

O SENTIDO NACIONAL DOS PROBLEMAS DO NORDESTE BRASILEIRO



413

BARRETO GUIMARÃES

BD/DASP

338.1(812/813)

69632

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
E
INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

APRESENTAÇÃO

O Serviço de Documentação do D.A.S.P. procura com espírito prático realizar o programa de trabalho correspondente às suas atribuições regimentais. Tem-se em mira principalmente o esforço em prol da modernização e aperfeiçoamento técnico dos serviços públicos, assim como do desenvolvimento cultural de tôdas as categorias de servidores do Estado.

Dentro dessa orientação, deveremos intensificar atividades e iniciativas ligadas às estruturas, métodos e práticas administrativas. Através do seu sistema de publicações onde se inclui a Revista do Serviço Público, objetiva realizar o Serviço de Documentação do D.A.S.P. uma obra cultural que ultrapasse os limites da Administração Pública em geral e estimule o próprio movimento educacional do país. Esta é uma contribuição à cultura especializada e às atividades pedagógicas, tanto no âmbito do Govêrno como no das entidades particulares.

Repartições públicas, Universidades, emprêsas privadas e personalidades nacionais e estrangeiras, têm proclamado o sentido educativo dos empreendimentos editoriais do Serviço de Documentação do D.A.S.P. Os resultados dessa obra cultural, de par com as exigências de organização, funcionamento, processamento do Govêrno nas três órbitas da Federação Brasileira — União, Estados, Municípios — acreditamos que justificam a presente iniciativa de publicar-se uma série de estudos e contribuições técnicas importantes, em regime de colaboração com o Instituto Brasileiro de Ciências

Administrativas, Seção do *International Institute of Administrative Sciences*. Assim se processam entendimentos com a Secretaria-Geral e com os grupos de trabalho da mencionada entidade internacional. O objetivo consiste em obter uma ajuda valiosa ao estudo e solução de complexos problemas do país. A idéia é que hoje não se poupem esforços para fazer que os mecanismos governamentais e administrativos acompanhem o ritmo de expansão acelerada que se apossou do Brasil. Porque, como já foi acentuado por estudiosos autorizados, "demográfica, econômica e socialmente, o Brasil vem ultrapassando as previsões estatísticas mais otimistas de desenvolvimento até certo ponto desordenado mas nem por isso menos real. Daí, a importância vital dos problemas de ordem administrativa, tanto no que se refere às doutrinas e princípios que a regulam como, sobretudo, no que diz respeito às técnicas e práticas de atuação".

Em tal conjunto de problemas, destaca-se o da Reforma Administrativa, fenômeno, de resto, comum a todos os Estados modernos. É a Reforma dia a dia mais urgente e necessária, podendo ser considerada, a esta altura da nossa evolução política, econômica e social, como uma generalizada aspiração popular e, mesmo, autêntico fator de engrandecimento.

Há que erradicar-se, é voz corrente, o empirismo, o atraso, as rotinas inflexíveis que subsistem entre nós como espectros coloniais. E que fisionomizam os vértices de estrangulamento do progresso geral.

A publicação dos volumes desta série contribuirá de certo para atender às necessidades renovadoras exigidas em todos os níveis e setores da Administração. É serviço à Nação no domínio das ciências administrativas.

O D.A.S.P. e o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas dando prosseguimento ao seu Programa Conjunto de divulgar estudos úteis e originais, plenamente

integrados nas diretrizes de renovação e aperfeiçoamento da Administração — submetem, nesta oportunidade, à meditação dos estudiosos das nossas realidades, o presente trabalho do Deputado Barreto Guimarães: *O Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste Brasileiro*.

Não é preciso acentuar o patriótico significado dos ensaios do eminente parlamentar cujos serviços prestados ao Nordeste e ao Brasil são assaz conhecidos.

Basta lembrar que foi o Deputado Barreto Guimarães o criador, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, da "Comissão da Área das Sêcas" — iniciativa de tal importância que as demais Assembléias Legislativas dos Estados nordestinos cogitam de reproduzir e acompanhar.

Uma das realizações concretas da mencionada Comissão foi o singular "Encontro do Salgueiro" recentemente levado a efeito, de 29 de julho a 1 de agosto de 1958, naquele longínquo Município do Polígono das Sêcas. Durante vários dias o "Encontro do Salgueiro" examinou e debateu, no próprio teatro da calamidade regional, o seguinte Tê-mário: 1.º) Aspectos econômicos e sociais das sêcas no Nordeste; 2.º) Obtenção e utilização das águas na região das sêcas; 3.º) Transportes, comunicações e abastecimento; 4.º) Alimentação, educação e saúde pública; 5.º) "Carta-Acôrdo" visando ao fortalecimento da unidade de ação do Nordeste.

Presentes o Representante Especial do Exmo. Senhor Presidente Juscelino Kubitscheck, Governadores da Região, Delegações das Assembléias Legislativas dos Estados nordestinos, Senadores e Deputados Federais, Oficiais-Generais das Forças Armadas, Membros do Episcopado, engenheiros, economistas, agrônomos, técnicos de administração e estudiosos, o "Encontro do Salgueiro" constituiu um êxito integral e produziu encorajadores resultados, dos quais, merece re-

lêvo o notável Documento denominado "Carta-Acôrdo" do Nordeste.

Todos êsses problemas e acontecimentos são objeto dos criteriosos estudos reunidos pelo Deputado Barreto Guimarães em "*O Sentido Nacional dos Problemas do Nordeste Brasileiro*" — trabalho que vem enriquecer a coleção de outros idênticos, igualmente importantes e já publicados pelo Serviço de Documentação do D.A.S.P. em colaboração com o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas.

MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO

Diretor do Serviço de Documentação

O SENTIDO NACIONAL DOS PROBLEMAS DO NORDESTE BRASILEIRO

Entendendo que os mais graves problemas do nordeste brasileiro têm, não apenas as características de problemas regionais, mas indiscutível sentido nacional, decidiu a representação pernambucana ao I Congresso Nacional de Assembléias Legislativas abordar, neste trabalho, exatamente essas questões que vêm, há muito tempo, inquietando os administradores dos Estados que compõem a região nordestina e também o povo, os homens públicos e a própria gente, todos sentindo, na sua amplitude, a sua importância e, na sua exata profundidade, as consequências desastrosas, para o próprio desenvolvimento do país, do abandono em que se acham êsses mesmos problemas. Ajusta-se, portanto, ao terceiro grupo do temário dêsse Congresso o tema que escolhemos e que é, realmente, ligado à política de desenvolvimento econômico do Brasil. Que não se descubra na exposição que vamos fazendo, ora salientando injustiças, ora evidenciando um tratamento desigual entre as regiões do sul e do nordeste, também, às vêzes, denunciando abandono e descaso, nenhum outro propósito senão aquêle de contribuir, modestamente embora, para evitar o desenvolvimento hemiplégico do Brasil. Também não vamos representar, aqui, a figura do pedinte de sacola em punho, mendigando auxílio. Pelo contrário, o que nos orienta é a intenção de demonstrar a importância do nordeste brasileiro, as suas reservas, as suas possibilidades, o seu valor na participação do trabalho que vise ao progresso nacional. O que nos impele é também o desejo de ressaltar as diversas nuances dêsse problema,

destacando ainda a gama completa dos seus múltiplos aspectos, entre êles o social, o econômico, o humano. O saudoso mestre pernambucano AGAMEMNON MAGALHÃES, na sua tese sôbre o nordeste brasileiro, com a qual conquistou a cadeira de Geografia do hoje centenário Colégio Estadual de Pernambuco, é quem nos afirma com a segurança dos seus conceitos e a sabedoria dos seus pronunciamentos: "no nordeste brasileiro estão as mais vigorosas possibilidades de desenvolvimento e grandeza do país. A população diferenciada que ali moureja em luta sem tréguas contra a natureza áspera é uma afirmação eloqüentíssima das energias da raça brasileira que se vai fixando. A sua proeminência na civilização futura será iniludível, se os govêrnos ampararem o homem forte dos sertões com o concurso de iniciativas que o trabalho individual não pode realizar. Modificado o *habitat*, com o empreendimento de obras que atenuem os rigores das condições físicas, desenvolvidas as vias férreas, difundida a instrução, o nordeste será o titã das resistências nacionais. O tipo étnico diferenciado do sertanejo, pelas suas qualidades de adaptação, constituirá o elemento propulsor da raça brasileira". É o depoimento de um homem que viveu identificado com a região nordestina e que sabendo exaltar as possibilidades da terra, soube também destacar as características inconfundíveis de uma população que tem oferecido através dos tempos os exemplos mais significativos de resistência às adversidades na luta constante contra as asperezas do solo e as hostilidades do clima. Essa resistência do sertanejo é que lhe tem oferecido condições que bem definem as suas características de fixidez. Êle não é um nômade. Vive arraigado à sua gleba, enfrentando o solo estéril, a natureza ingrata, os climas desfavoráveis, mas resistindo a tudo e sômente deixando os sertões diante das contingências inevitáveis e das situações extremas, expulso pela sêde e enxotado pela fome. Porque, assim, não é possível perma-

necer ali, quando “a natureza empobrece-se; despe-se das grandes matas; abdica o fastígio das montanhas; erma-se e deprime-se — transmudando-se nos sertões exsicados e bárbaros; onde moram rios efêmeros e destacam-se em chapadas nuas sucedendo-se indefinidas, formando o palco desmedido para os quadros dolorosos das sêcas”. Dessa forma é que êles vão caminhando, naquela marcha que poderíamos denominá-la de macabra, trepados nos chamados “pau de arara”, em demanda ao sul do país.

É inexcédível essa capacidade, tantas vêzes demonstrada, de resistência do sertanejo às hostilidades da terra e do clima. Acrescente-se, e dos governos. Êle é um estóico na afirmação dessa capacidade de resistência. Reage de todos os modos e de tôdas as formas para não ser forçado ao deslocamento. Levado, todavia, à fuga inevitável, volta quase sempre à sua gleba, logo desponte uma esperança de reabilitação no seu meio social de origem.

É o mestre GILBERTO FREYRE, notável sociólogo brasileiro, quem nos diz em “Região e Tradição” que “no sertanejo do nordeste o gôsto não é o da migração: é o da fixidez, e a família pelo sertão todo, estranhamente sensível às suas raízes, difícil, portanto, de habituar-se a meio diverso, a diferente clima moral. Donde a sua grande necessidade de viver em condições de permanência. Necessidade a um tempo de economia e de moral social”. Mas, essas condições de permanência e de fixação do homem à sua gleba não se tornaram possível ainda nos sertões do nordeste brasileiro. É o homem, tanto quanto a terra, é atingido implacavelmente pelo fenômeno das sêcas. Não sobreviverá se insistir em permanecer lutando contra a natureza, desde que seja caracterizada a calamidade pública, quando o problema atinge as suas proporções mais amplas. Sômente assim êle deixa de compor a paisagem sertaneja, emigrando para as capitais dos Estados do nordeste ou, o que é mais comum, para os

Estados do sul. Ninguém pode ter uma idéia, aproximada sequer, do quadro definido pelo sertão e pelas sêcas, sem haver experimentado, para uma visão mais larga do problema, as emoções provocadas por uma visita a essa região e o impacto da experiência de uma estiagem prolongada. E aqui, quase que repetiríamos com PEGUY, o Poeta Soldado; *quando não se é miserável é preciso ser gênio para ter uma idéia da miséria.*

Quando acaba a estrada de ferro, declara LIMEIRA TEJO, parece que a terra acaba. E prossegue: "a rodagem que a substitui penetra, todavia, com uma grande confiança, sertão a dentro. Larga. Sem vertigens. Segura do terreno como se fôsse para o infinito. Cortando uma vegetação rasteira que cresce uniformemente, no sentido horizontal dos chapadões sem fim. A caatinga está cinzenta. Os morros se parecem com fantásticos ouriços-cacheiros, eriçados de varas de marmeleiros, refletindo nas pedras descobertas os raios perpendiculares de um sol implacável, forte, brabo, queimando o mundo". É mesmo o aspecto atormentado das paisagens, de que nos falava EUCLIDES DA CUNHA. SILVA MELO, no seu trabalho que recebeu o título de "Nordeste Brasileiro", afirma: — "Um fato que se reproduz todos os dias nos caminhos do interior e que muito comovia aos retirantes, eram animais a pedir socorro ao homem. Quando repercutia o som do machado sobre qualquer árvore, o gado saía da mata, inânime, trôpego e vinha rodear o indivíduo que a derrubava, ali mesmo, muitas vêzes, caía morto. Havia-se acostumado com o som daquele golpe, pois procedia à queda da árvore que devia matar-lhe a fome". Até os irracionais parecem compreender o dantesco dêsse quadro terrível oferecido, pelas estiagens prolongadas! Orlando Parahym, nutrólogo, pernambucano, que transformou o sertão do seu Estado, durante muitos anos, num laboratório de pesquisas e num centro de estudos, é quem declara que nenhuma geração de

sertanejo atinge a maturidade básica sem haver suportado, uma vez ou mais, as vicissitudes de uma sêca.

Os problemas do nordeste brasileiro são, na verdade, problemas palpitantes para os estudiosos dotados de sensibilidade humana e acuidade social. Ninguém ouse pesquisar ou estudar problemas dessa região sertaneja se não estiver possuído dessas qualidades essenciais, porque sòmente tocado pelo drama do homem dessa região é que se pode penetrar profundamente no estudo dos problemas da terra, para que se atinja, finalmente, ao acêrto das soluções. Para melhor caracterizar o sentido nacional dêsses problemas ligados a esta região vamos ainda buscar no trabalho de AGAMEMNON MAGALHÃES, já citado, essas conclusões importantes: — “no nordeste está a resolução dos mais vitais problemas nacionais. Sem o seu desenvolvimento teremos os sertões desabitados, estioladas as mais vigorosas energias da raça, reduzida a nacionalidade, soçobrando a nossa unidade política no conflito de tendências opostas, resultantes da diversidade da população, sem homogeneidade étnica”. Tornou-se de tal modo evidente — a não ser para os que, errôneamente, ainda defendem o imediatismo econômico — a necessidade de um amplo movimento que longe de ser de natureza separatista tem o sentido da unidade, visando a incorporar o nordeste ao Brasil através de uma assistência real e efetiva, permanente, planificada em têrmos racionais e científicos, do Govêrno da União, que representantes dos Estados nordestinos que compoem as bancadas pessedistas à Câmara e ao Senado tomaram a iniciativa, sob muitos aspectos elogiável, da organização do chamado *Bloco do Nordeste*. Dirigiram-se através de um memorial em que estudaram a desigualdade de tratamento do Govêrno Central para com os Estados do nordeste, ao atual Presidente da República e o fizeram com tanto maior autoridade e isenção, também com os melhores propósitos de colaboração, uma vez que integram o mesmo quadro político-partidário do

qual faz parte o Presidente Juscelino Kubitschek. Desligando-se a economia da política e pensando-se apenas em termos de rentabilidade, certamente seriam encontradas razões para a aceitação do imediatismo econômico. Mas, "a pátria tem um destino e sentimentos que não podem ser abafados por uma política econômica transitória". Um povo não é propriedade agrícola ou industrial, sob pena de voltarmos ao regime da escravidão já que nenhum povo livre aceitaria o tratamento que estivesse orientado nos termos da política imediatista. Outro argumento bem expressivo que poderíamos apresentar justificando a necessidade de melhor tratamento para os Estados do norte e nordeste seria aquêle de afirmar que falece autoridade ao Governo da União para reclamar amparo e assistência das instituições internacionais, em função de acôrdos e convênios, sob o pretexto de condições de subdesenvolvimento do nosso país, quando o nordeste subdesenvolvido está clamando por essa assistência e por êsse amparo do Governo Central e lutando com tenacidade, há muito tempo, contra uma discriminação regionalista anti-econômica e sem sentido nacional. Essa luta, é bom salientar sempre, é inspirada menos no propósito de separação do que no ideal patriótico da unidade nacional.

Aproveitemos, para a ilustração dessas afirmativas, a demonstração feita no memorial do chamado *Bloco do Nordeste*:

"Consignando quase 30% da população nacional os estados e territórios do norte e nordeste (inclusive Sergipe) dispõem apenas de 14,3% dos leitos hospitalares; somente 7,7% das localidades com serviço de água e 2,8% com serviço de esgôto, relativamente ao total existente no país. Dos

3.461 estabelecimentos bancários somente 202, ou sejam 5,8% estão localizados naquela extensa área de 53,44% do território nacional.

Do capital daqueles estabelecimentos apenas 6,4% atendem às necessidades de operações bancárias, ou quase 30% vivendo no norte e nordeste. Só dispomos de 2,3% da rede rodoviária nacional, de 17,8% das ferrovias. No orçamento deste ano podem ser encontrados esses outros elementos que confirmam as clamorosas desigualdades entre sul e norte, a verba relativa às rodovias consignada para as obras em todo o país, num montante de Cr\$ 3.377.600.000,00, oferece somente a importância de Cr\$ 587.300.000,00 para o norte e nordeste, inclusive Sergipe. Isto significa que mais da metade do território nacional recebe pouco mais que a sexta parte dos recursos. Com as ferrovias ocorre desequilíbrio semelhante. Para o total de Cr\$ 2.092.400.000,00, corresponde ao norte somente o total de Cr\$ 365.000.000,00. No setor das obras portuárias a desigualdade também é acentuada; as nossas verbas não chegam a alcançar a quarta parte do total. No campo da educação repete-se a atitude discriminatória. Dos Cr\$ 250.000.000,00 do Fundo Nacional de Ensino Médio destinam-se aos nortistas e nordestinos apenas a soma irrisória de Cr\$ 45.765.000,00, ou sejam, 18%. Da verba de Desenvolvimento Econômico e Social do Departamento Nacional de Educação, na importância de Cr\$ 404.160.000,00 são consignados às nossas regiões Cr\$ 80.300.000,00, isto é, 19%. Assim, para quase 30%

da população nacional distribui-se somente 18 e 19% da verba educacional, dificultando dessa forma, a libertação intelectual do modo de proceder semelhante às velhas teclas das potências colonizadoras.

Enquanto o norte e o nordeste concorrem com quase dois bilhões de cruzeiros na produção extrativa vegetal do país, de Cr\$ 325.327.160,00 da verba de Desenvolvimento Econômico e Social do Departamento Nacional da Produção Vegetal, apenas nos toca a importância de Cr\$ 70.430.000,00. De um lado a renda da produção extrativa vegetal é obtida quase 100% nas regiões do norte e nordeste de outro lado as verbas de desenvolvimento atingem apenas a 21%. Sempre as desproporções chocantes”.

O que vemos acima é um depoimento dos mais categorizados e expressivos, capaz de convencer a todos e que revela de forma incontestável o tratamento desigual da União para com os Estados do norte e nordeste. Pode essa política discriminatória, injusta, antinacional e negativa, sob o ponto de vista econômico, ser oriunda de uma inadvertência, mas de qualquer forma é sempre uma política prejudicial, não digamos mais a uma região apenas do Brasil, porque ao país inteiro, já que não pode oferecer aquelas condições essenciais e imprescindíveis à unidade étnica, à unidade nacional, ao desenvolvimento completo do país. O exemplo isolado da produção extrativa vegetal citado no memorial do *Bloco do Nordeste*, quando verificamos que a renda dessa produção é quase toda ela obtida nas regiões nordestinas e a verba do desenvolvimento recebida é de pouco mais de 20%, é um exemplo bem significativo dessa desigualdade de tratamento. A análise das verbas destinadas às ferrovias que

deveriam cortar o nordeste como de resto o Brasil todo, em tôdas as direções, para a facilidade do escoamento dos produtos regionais e pela importância econômica da ampliação dessa rede ferroviária, revela que, de um total de Cr\$ 2.092.400.000,00 apenas cabe ao norte e nordeste Cr\$ 365.000.000,00. Fácil a constatação das dificuldades decorrentes dêsse tratamento e da precariedade de verbas para as ferrovias do nordeste, quando se verificam as deficiências das Estradas de Ferro, muitas vêzes incapacitadas até para o transporte da produção normal.

Sabem todos o quanto é injusto êsse tratamento, uma vez que o nordeste tem oferecido à União recursos financeiros os mais amplos. O economista Valentim Bouças é quem nos afirma que os Estados do norte arrecadam pouco pelo que produzem e pagam muito pelo que consomem. No caso particular de Pernambuco, vamos dar a palavra ao nosso ex-governador Barbosa Lima Sobrinho, que, discursando na presença do então Presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, declarou: — “no decênio de 1936 a 1945 — e não vou a outras fases pela certeza de que o fato não se alteraria na sua substância — a União arrecadou em Pernambuco 1.558.331.000 cruzeiros e aqui despendeu apenas, nesse mesmo decênio, 380.137.000 cruzeiros. Um saldo, pois, a favor da União de 1.178.194.000 cruzeiros. Pois bem, nesse mesmo período, o saldo obtido em todo o norte pela União é de apenas Cr\$ 728.675.000 cruzeiros, isto é, 61% do saldo de Pernambuco. Chega a parecer inacreditável que o saldo obtido pela União em nosso Estado exceda, de tal forma, o que ela consegue em dez unidades federativas, isto é, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia”.

O economista pernambucano Francisco Vera, em trabalho que foi publicado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (CODEPE), órgão consultivo que vem oferecendo inestimável contribuição ao estudo e solução dos problemas do nosso Estado, salienta que a posição de Pernambuco, décima-primeira na ordem dos coeficientes *per capita* sobe ao quarto lugar dentre os Estados brasileiros na classificação dos que mais cedem à recuperação do trabalho de sua participação na Renda Nacional. Veja-se a posição inversa de São Paulo, por exemplo. E não vai nisto senão o propósito do esclarecimento situado no segundo pôsto em relação ao coeficiente *per capita* desce para a décima-segunda colocação na escala das participações da remuneração do trabalho em função dos índices estaduais da Renda Nacional. Como bem demonstram os quadros abaixo:

| ESTADOS | ÍNDICES ESTADUAIS "PER CAPITA" EM Cr\$ |
|--------------------------|---|
| Distrito Federal..... | 17.405,10 |
| SÃO PAULO..... | 10.813,70 |
| Paraná..... | 6.302,50 |
| RIO GRANDE DO SUL..... | 5.873,70 |
| Rio de Janeiro..... | 5.838,00 |
| Mato Grosso..... | 5.095,30 |
| Santa Catarina..... | 4.397,00 |
| Amazonas..... | 4.080,00 |
| Minas Gerais..... | 4.016,30 |
| Espírito Santo..... | 3.923,90 |
| PERNAMBUCO..... | 3.001,40 |
| Sergipe..... | 2.773,30 |
| Pará..... | 2.767,70 |
| Rio Grande do Norte..... | 2.703,30 |
| Goiás..... | 2.650,70 |
| Bahia..... | 2.421,10 |
| Paraíba..... | 2.372,50 |
| Alagoas..... | 2.292,80 |
| Ceará..... | 2.180,60 |
| Maranhão..... | 1.590,20 |
| Piauí..... | 1.495,50 |

PARTICIPAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DOS COEFICIENTES
ESTADUAIS DA RENDA NACIONAL

| ESTADOS | REMUNERAÇÃO TRABALHO DE (MILHARES DE Cr\$) | PORCENTAGEM PARTICIPAÇÃO DA |
|--------------------------|--|-----------------------------------|
| DISTRITO FEDERAL..... | 30.044,5 | 66,28% |
| Pará..... | 2.052,7 | 62,16% |
| Rio de Janeiro..... | 7.647,4 | 58,35% |
| PERNAMBUCO..... | 6.302,7 | 57,34% |
| Bahia..... | 6.672,3 | 53,45% |
| Piauí..... | 856,9 | 50,83% |
| Sergipe..... | 949,9 | 50,44% |
| Amazonas..... | 1.019,0 | 49,42% |
| Ceará..... | 3.127,1 | 49,22% |
| Maranhão..... | 1.258,9 | 46,34% |
| Alagoas..... | 1.195,5 | 45,77% |
| SÃO PAULO..... | 47.455,3 | 44,61% |
| Rio Grande do Sul..... | 11.453,3 | 43,62% |
| Rio Grande do Norte..... | 1.221,6 | 43,49% |
| Santa Catarina..... | 3.009,2 | 40,25% |
| Espirito Santo..... | 1.399,4 | 39,67% |
| Paraíba..... | 1.701,6 | 39,55% |
| Minas Gerais..... | 12.761,8 | 39,42% |
| Mato Grosso..... | 967,2 | 38,94% |
| Goiás..... | 1.095,8 | 30,26% |
| Paraná..... | 4.609,7 | 29,09% |
| BRASIL..... | 146.864,8 | 47,67% |

Ainda é o sr. Francisco Vera quem, procurando ressaltar a desigualdade de tratamento do Governo da União para com os Estados do Norte e Nordeste, declara à certa altura do trabalho já citado: "as conclusões a tirar dêsse confronto têm a maior gravidade, indicativas que são de alarmantes desigualdades econômicas que não podem passar sem um corretivo enérgico indispensável à nossa sobrevivência como nação e como povo. Já não é possível silenciar sôbre as injustiças que êsses números documentam assustadoramente, conferindo responsabilidade não sômente aos governos pela falta de medidas oportunas de recuperação inadiável, mas a quantos se conservam indiferentes diante dêsse quadro usufruindo os privilégios de sua posição vantajosa ou carpindo os sofrimentos de inferioridade.

Êsses, certamente desaperebidos dessa espécie de espoliação econômica que os atinge, enquanto aquêles prosseguem se abismando de realizações e de conquistas no campo econômico, a exigir, cada vez mais, recursos e meios para evolução crescente, que minguam, por isso mesmo, e cada vez mais, aos outros, distanciados e indiferentes à sorte da nacionalidade, sem oportunidade de sentir a vergonha dêsses extremos desconcertantes, como se possível fôsse viver sem ela, a menos que se aguarde o instante da reparação impossível, o estabelecimento mesmo do cáos, a desintegração do todo, com a inutilidade das conquistas passageiras, da prosperidade desfrutada, mas em que se não fugirá do castigo severo de tão criminosa indiferença”.

Mais adiante, o mesmo autor citadô acima, fazendo um estudo sôbre a renda nacional e estabelecendo conclusões de uma análise comparativa, tem oportunidade de apresentar, através do quadro que transcrevemos em seguida, a relação entre os empréstimos bancários e os coeficientes de participação na Renda Nacional, comprovando a desigualdade e documentando a insuficiência do crédito ao Nordeste:

| REGIÕES | COEFICIENTES DA RENDA NACIONAL ^(*) | NIVEL DOS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS ^(*) | % |
|-------------------|---|--|---------|
| Norte..... | 5.525.500 | 1.019.940 | 18,45% |
| Nordeste..... | 31.468.900 | 8.017.899 | 25,45% |
| D.Federal..... | 45.323.000 | 49.121.905 | 108,38% |
| Leste..... | 63.364.900 | 21.018.016 | 33,69% |
| Sul..... | 155.909.000 | 57.787.103 | 37,06% |
| Centro-Oeste..... | 6.464.100 | 1.832.918 | 28,35% |
| BRASIL..... | 308.055.400 | 138.797.718 | 45,05% |

(*) Em Cr\$ 1.000,00

Em todos os setores essa desigualdade de tratamento é facilmente constatada. Assim, por exemplo, o polígono das sêcas, com a área de um milhão cento e cinquenta mil

quilômetros quadrados, reunindo nove Estados da Federação, só recebeu, até hoje, no espaço de 46 anos, obras contra as secas e assistência às populações flageladas, num total de quatro bilhões e quatrocentos e onze milhões de cruzeiros. Enquanto isso, um único Estado do sul, o Rio Grande do Sul, em apenas quatro anos foi contemplado com quatro bilhões de cruzeiros. Isto sem contar com outras despesas realizadas pelo Ministério da Viação, no mesmo Estado como, por exemplo, cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros em obras de irrigação e cento e cinquenta milhões de cruzeiros na Usina Candiota. No capítulo de irrigação, o que descobrimos é uma situação impressionante já que os três bilhões e quinhentos milhões de metros cúbicos d'água armazenados nos trinta e três açudes existentes não podem ser levados ao solo ressequido por falta de sistema irrigatório. Porisso, dos vinte mil hectares de terra que podem ser irrigados, apenas três mil estão sendo beneficiados. Diante de tudo isso, ficamos a pensar que os olhos dos administradores públicos estão vendados, tão clara é essa necessidade de atingirmos à unidade política do país através da valorização e do desenvolvimento de tôdas as suas regiões. ALIOMAR BALEEIRO é quem nos afirma que "certamente muito podem as origens históricas, as tradições, a língua, a religião, os costumes, todos os valores morais e espirituais, mas o interêsse econômico de que o país todo constitui um mercado interno comum sem barreiras de qualquer natureza, para a produção doméstica será sempre um dos mais sólidos elos da unidade nacional. Nenhuma industrialização no país, por exemplo, será possível, de modo geral, se não com alicerces seguros nesse mercado interno". Como atingir a essa situação se algumas regiões do país são economicamente prósperas e outras, como o Nordeste, apresentam todos os sinais de subdesenvolvimento? O Pe. Louis Joseph Lebret, mestre da Escola de Economia e Humanismo, no seu estudo sobre o "Desenvolvimento e Implan-

tação de Indústrias, Interessando a Pernambuco e ao Nordeste” teve oportunidade de declarar: “A situação é exatamente semelhante no Brasil e os Estados privilegiados do Sul compreenderão, pouco a pouco, a nosso ver, que o desenvolvimento nordestino é de interesse dêles, porque será êsse desenvolvimento que assegurará a prosperidade do país, a sua segurança total de grande potência. É preciso ter sempre em mente que o Brasil terá em breve cem milhões de habitantes e que será a quarta ou quinta potência do mundo em população. Os Estados do Sul devem ver com muita simpatia a ajuda a essa região”.

Essa falta de assistência do Govêrno da União que não tem sequer cumprido dispositivos constitucionais que possibilitam o amparo às populações nordestinas e a realização de obras como a pequena e a média açudagens, também, nos casos aconselháveis a grande açudagem, o reflorestamento, a construção de rodovias, de estradas de ferro, de silos, equipamento e ampliação dos portos, a efetivação de todo um programa de assistência ao Nordeste. essa ausência dos Podêres centrais cria condições de impossibilidade de permanência do sertanejo na sua gleba, quebrando até as características de fixidez do homem forte do sertão. Também o sr. SOUZA BARROS, no seu livro intitulado “Êxodo e Fixação” e que representa como êle próprio afirma no subtítulo dessa obra “Sugestões para uma Política de Colonização e Aldeamento do Nordeste”, situa bem essa característica de fixidez do sertanejo quando afirma que “onde quer que se estabeleça, porém, uma providência para reter as populações, mesmo os trabalhos mais rústicos e mais simples de abertura de estradas provisórias, construção de um açude, isto se tornava bastante para sustar o ritmo da retirada e criar novas esperanças de fixação”.

Temos o exemplo bem expressivo dêsse fato, quando o problema das sêcas no Nordeste assume as proporções de

uma calamidade pública. A imprensa divulgando de forma ampla e aparentemente sensacionalista, apenas aparentemente, porque não caberia nunca nos limites já por si só bem amplos de um sensacionalismo de imprensa tudo o que se pudesse dizer sobre a tragédia da estiagem prolongada, as suas conseqüências grotescas, o impressionante do quadro de desajustamentos provocados por êsse fenômeno; então, o Governo Federal decide liberar algumas verbas constantes do Orçamento, os governos dos Estados abrem os créditos especiais que representam sangrias nos seus minguados Orçamentos e oferecem, dessa forma, oportunidade de emprêgo a algumas famílias, através de construções de obras paliativas. Abre-se um mercado de trabalho temporário. Passada a fase aguda do fenômeno, novamente o desempregado começa a marcar as populações sertanejas do Nordeste. Apenas o combate aos efeitos e a luta contra as conseqüências, sem o propósito de estabelecer um plano fundamentado em bases racionais e científicas e visando a eliminar as causas. No estudo das causas da estiagem prolongada inúmeras concepções vamos encontrar, admitidas pelos estudiosos do assunto. Uma concepção, por exemplo chamada meteorológica, que oferece ao fator atmosfera a grande responsabilidade no estabelecimento das condições especiais para a efetivação desse fenômeno. A outra concepção é a ecológica e aí "o revestimento florístico o meio fitogeográfico, passam a responder pelas causas principais". Outras concepções ainda são apresentadas, inclusive aquelas que estudam o assunto no seu largo e complexo humano. Entendemos que o problema não pode ser enfeixado em nenhuma dessas teses unilaterais, já que apresenta uma multiplicidade de aspectos, uma diversidade de efeitos, nuances as mais várias, que impossibilitam a aceitação, para o estudo das suas causas, de concepções apenas unilaterais. Na admissão daquelas duas teses, em que se situa a causa desse fenômeno entre a atmosfera e o meio fitogeográfico,

devemos compreender que nenhuma política vem sendo adotada no sentido da preservação das nossas matas. As indústrias açucareiras, têxtil, e alimentícia, ao lado do consumo doméstico, podem oferecer, atualmente, durante o ano esta soma realmente impressionante, de 10.785.120 metros cúbicos de lenha queimada. O professor VASCONCELOS SOBRINHO, no seu estudo admirável sobre as regiões naturais de Pernambuco, é quem afirma que "tomando a média de produção de lenha em matas, capoeiras e caatingas, que é de 250 metros cúbicos por hectare, devastamos, cada ano, 49.000 hectares das nossas reservas florestais. Sendo a área do Estado de aproximadamente 99.000 quilômetros quadrados, ou sejam 9.900.000 hectares, devastam-se, anualmente, 0,44% de sua área. Isto significa que, em cada 230 anos, descobrimos, totalmente, a superfície do Estado. Somente o esforço da natureza, pela recuperação das matas cortadas, das quais surgem, continuamente, novas capoeiras e capoeirões, ameniza essa tremenda exigência que a civilização impõe ao patrimônio florestal".

É ainda o sr. SOUZA BARROS quem, no livro já citado, nos oferece êsse quadro realmente impressionante e que diz respeito ao deslocamento das populações nordestinas para São Paulo no decênio de 1941-50. Do Piauí: 6.826; do Maranhão: 249; do Ceará: 31.478; do Rio Grande do Norte: 2.179; da Paraíba: 5.588; de Pernambuco: 44.034; de Alagoas: 43.366 e de Sergipe: 18.873. Nesse período saíram só da Bahia para igual destino 66.193 pessoas, perfazendo para êsses Estados um total de quase duzentas mil, isso sem falarmos nas migrações internas. E aí é bom lembrar a figura do «corumba», ou seja, o sertanejo que se desloca para a Zona da Mata, na época das moagens das usinas e que volta para sua gleba, retorna ao sertão, logo depois da safra. Também o agrestino compõe o quadro dos "corumbas", e o mais triste é que êsse sertanejo ou agrestino que deixou a sua gleba para ir à Zona da

Mata no período da safra, volta para o sertão ou para o agreste, marcado pela esquistossomose. E' o jornalista ANÍBAL FERNANDES quem escreve essa verdade incontável: "Tôda a área açucareira de Pernambuco, ou seja, a área mais rica, mais próspera, de maior rendimento do Estado de Pernambuco, está infestada e os cursos d'água contaminados de tal ordem, que nenhuma pessoa que tomou banho de rio no interior de Pernambuco, se pode considerar imune do mal".

Nesses deslocamentos internos tem havido, nos últimos tempos, uma tendência bastante acentuada de procura das capitais dos Estados nordestinos que se apresentam, em consequência, com a sua população enormemente aumentada, num espaço de tempo muito curto, acarretando aquêlê fenômeno que o sociólogo GILBERTO FREIRE chamou de "inchação", com referência à capital pernambucana. Fácil é constatar, assim, os tremendos desajustamentos sociais provocados por êsse excesso de população. Aumentam os índices de mortalidade infantil, de analfabetismo, de doentes, o número de desempregados também aumenta assustadoramente, torna-se cada vez mais elevada a incidência de desocupados, tudo acentuando no seu terrível aspecto, êsse quadro de miséria e de abandono.

É interessante a transcrição do quadro abaixo, em que o sr. SOUZA BARROS, procedendo a indagações sôbre o motivo do êxodo no Nordeste em fevereiro e março do ano de 1952, descobriu muitas outras causas além das climatéricas e que vão assinaladas pelas Zonas fisiográficas:

ZONA DA MATA

| | |
|--|---|
| — alto preço da renda das terras | 4 |
| — baixos salários | 6 |
| — desemprego | 6 |
| — monocultura e estiagem | 1 |
| — sedução de agenciadores | 3 |
| — venda da terra que ocupava | 1 |

ZONA DO AGRESTE E CAATINGA

| | |
|--|----|
| — sedução de agenciadores | 8 |
| — alto preço da renda das terras | 4 |
| — desemprego | 12 |
| — falta de assistência oficial | 5 |
| — baixos salários | 6 |
| — estiagem | 9 |
| — períodos curtos de trabalho nas safras | 1 |
| — alto preço da terra | 2 |
| — pagamento adiantado dos foros | 1 |

ZONA DO SERTÃO

| | |
|--|----|
| — estiagem | 21 |
| — desemprego | 8 |
| — baixos salários | 2 |
| — alto preço da renda das terras | 3 |
| — ocupação das terras para criação do gado | 1 |
| — falta de assistência oficial | 2 |
| — sedução de agenciadores | 5 |
| — falta de segurança nos contratos de meação | 1 |

Observação:

Tomamos a divisão antiga das zonas fisiográficas, sem prejuízo para o assunto, pois, a subdivisão de zonas, ora adotada, está ajustada à área da divisão antiga. O número de vezes de freqüência corresponde às respostas por município, pois, em cada unidade municipal houve sempre indicação de mais de um fator de êxodo. Os números, portanto, não se referem a casos individuais e sim a causas apontadas como razões das retiradas nessas unidades”.

A assistência deficiente que os Podêres Públicos vêm prestando aos nordestinos possibilitando-lhes apenas trabalho precário em caráter provisório tem levado o sertanejo à desilusão e ao desencanto, às vezes até ao desespero e, dessa maneira, “a idéia de emigrar para o sul começa a ter na sua vida uma marca de destino”. Homem do sertão e estudioso dos problemas sociais do nordeste, o professor AGAMENON MAGALHÃES, observando todos êsses fatos, escreveu que no sertão só o homem é grande, vivendo em meio a uma natureza madastra e mesquinha. A terra não

lhe ajuda, êle tem que ser estóico, bravo e quase herói na luta permanente contra as adversidades da natureza. Do homem forte dos sertões não se pode esperar mais do que a resistência heróica que há quatro séculos porfiadamente, mantém sem tréguas, sem desfalecimentos, dorso nú, cavando a terra, tendo uma só esperança, é Deus. O nordeste é um "habitat" distinto, caracterizado no rigor da sua condição mesológica. A natureza reflete-se no homem, imprime-lhe os seus aspectos, talha-lhe a forma, forma-lhe o espírito. Essas são também palavras de AGAMEMNON MAGALHÃES.

Tôda essa dissertação aqui e ali documentada ou ilustrada com citações de autoridades sôbre os problemas do Nordeste, revela, ao mesmo tempo o tratamento desigual da União para com os Estados nordestinos, as conseqüências desastrosas dessa política discriminatória e antieconômica e o êrro dela oriundo. São motivos êsses que nos conduzem a um esforço tenaz e decidido, a um embate sem desfalecimentos pela conquista de uma política diversa, capaz de oferecer a essa região brasileira os meios essenciais e indispensáveis ao seu desenvolvimento e ao seu progresso. Essa é uma tarefa de grande conteúdo patriótico porque tem em mira o fortalecimento da unidade nacional. Estamos convictos da exata compreensão que hoje domina as populações do sul diante dessa questão fundamental. Longe de interpretarem o nosso movimento como sendo de espírito separatista haverão, muito pelo contrário, de comungar conosco dêsses mesmos ideais que devem ser comuns a êles, pois a nossa causa também lhes pertence e não sômente a nós.

SUGESTÕES

Primeira — Não poderia ser outra a primeira das nossas sugestões senão aquela que fundamentada no texto da Constituição Federal nos leva a solicitar o cumprimento,

pelo Governo, do artigo 198 da nossa Carta Magna, que estabelece: “na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada sêca do nordeste, a União despendará anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento de sua renda tributária. Parágrafo primeiro — um têrço dessa quantia será depositado em caixa especial destinado ao socorro das populações atingidas pelas calamidades, podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juros módicos consoante às determinações legais, em empréstimos à agricultura e indústrias estabelecidas na área abrangida pela sêca. Também que seja dado cumprimento integral ao art. 199 da Constituição que tem o seguinte texto: “Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, 20 anos consecutivos quantia não inferior a 3% de sua renda tributária.

Segunda — Transferência da séde do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, para o Nordeste. Sendo o D.N.O.C.S. uma entidade criada para servir exclusivamente ao Nordeste parece estranho que sòmente agora haja sido iniciado um movimento no sentido de transferir a sua séde para a região nordestina. Essa é uma luta retardada, mas, de qualquer forma, ainda oportuna e que deve atrair não apenas os políticos e homens públicos ligados diretamente ao Norte e Nordeste, mas todos aquêles que, conhecendo os objetivos do D.N.O.C.S. e interessados no desenvolvimento mais rápido desta parte do Brasil, haverão de prestar o seu apoio inestimável à efetivação dêsse plano. Como justificar que êsse órgão federal venha funcionando há tanto tempo distante da área onde deve atuar, longe do ambiente geográfico compatível com a sua função? E não precisamos de argumento mais forte do que o fato de haverem instalado, com muito acêrto, nesta região, a sede do Banco do Nordeste.

Terceira — Fornecimento dos meios financeiros necessários para o cumprimento do programa elaborado pelos técnicos da Comissão Mista Brasil — Estados Unidos e relativo às ferrovias do Nordeste. É a necessidade que hoje ninguém mais contesta de ampliação da nossa rede ferroviária e do reaparelhamento das oficinas e do material rodante.

Quarta — Maiores facilidades de crédito para o Nordeste através do Banco do Nordeste, do Banco do Brasil e do Banco de Desenvolvimento Econômico.

Quinta — Liberação, *sempre em tempo hábil*, das verbas federais que se destinam à construção de açúdes, rodovias, aparelhamento dos portos, de tôdas as obras, enfim, que estejam ligadas ao Nordeste em geral e ao polígono das sêcas, em particular.

Sexta — Estímulo e amparo ao desenvolvimento da indústria de fosfato no Nordeste, concedendo o Govêrno Federal, às emprêsas legalmente habilitadas e reconhecidamente idôneas, a critério do D.N.P.M., que se dedicam a essa atividade altamente lucrativa:

a) Tôda a assistência econômico-financeira através os órgãos competentes como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Brasil e Banco do Nordeste.

b) Assistência técnica através do Ministério da Agricultura, especialmente o D.N.P.M.

c) Prioridade, mesmo em caráter excepcional, do custo do câmbio para importação de maquinaria e equipamentos destinados a essa indústria.

d) Abertura de crédito especial para a construção, no mais curto espaço de tempo, do ramal ferroviário ligando Fôrno da Cal à Rede Ferroviária do Nordeste e Pôrto de Recife, para o escoamento fácil e econômico do fosfato natural produzido pela Fosforita Olinda S. A.

Com relação à necessidade de amparo e assistência do Governo Federal à Fosforita Olinda S.A., convém, pela sua importância, que façamos um histórico talvez suficiente para esclarecer os srs. Convencionais do 1º Congresso Nacional de Assembléias Legislativas sôbre a importância dêsse empreendimento. E tomamos essa iniciativa do registro de considerações mais amplas sôbre êsse assunto, porque a Fosforita Olinda é um fato novo na economia nacional.

O aspecto fundamental que deve ser evidenciado, a êsse respeito, é o da economia de divisas que será feita a partir de 1957, em virtude da produção em larga escala do fosfato de Olinda, beneficiado em volume capaz de atender inclusive aos mercados internacionais. A tendência indiscutível é a do crescimento rápido do consumo do adubo fosfatado no Brasil, uma vez que reside no fosfato a maior deficiência mineral dos nossos solos. Mas vamos ao histórico referido acima.

Jerônimo de Albuquerque, chegando a Pernambuco, instalou, em Olinda o primeiro engenho do nosso Estado, inicialmente chamado de N. S. da Ajuda talvez como primeiro fator de segurança do êxito dêsse empreendimento, fator ditado por um misticismo incontestável e por uma grande fé religiosa — depois era chamado êsse engenho, de Engenho Velho e, por fim, recebera a denominação de Fôrno da Cal, nome que vem da invasão holandesa. Atribui-se a Matias de Albuquerque a exploração de cal, naquela localidade e que deu lugar à mudança de nome. Nas velhas casas da tradicional cidade de Olinda, nos seus antigos câsarões, vamos descobrir a predominância dos blocos calcáreos, certamente tirados do Fôrno da Cal e não o arenito dos arrecifes que caracterizava as construções da atual capital pernambucana. Já pelo ano de 1873, a localidade Fôrno da Cal era visitada por uma comissão de geólogos.

tendo a frente o cientista G. F. Hartt, que procurava dar cumprimento a uma incumbência oficial. E, em setembro daquele ano, informava essa comissão de técnicos e cientistas que «no lugar denominado Forno da Cal, situado em Olinda, encontrara um calcáreo branco compacto, com uma porção estratigraficamente inferior às camadas de Olinda e onde colecionara alguns fósseis, principalmente gasterópodos e dentes de tubarão "Squelus". Era êsse pronunciamento da missão técnica que vinha em ofício conferido pelo governo imperial. Certo que estaríamos sempre longe de admitir que família tradicionalmente ligada à cana do açúcar, identificada com o agradável ruído das moendas e das turbinas, presa à clássica paisagem rural definida pelo chamado triângulo patriarcal — casa grande, engenho e capela — e ornamentada essa paisagem pelo canal verde e ondeante, pudesse conquistar essa verdadeira ascensão individual e coletiva também, no campo da indústria, vindo adquirir as terras do Forno da Cal para depois explorar a fosforita. Muito expressivo êsse empreendimento da família Costa Azevedo, sobretudo pelas características de arrôjo e sinais inconfundíveis de pioneirismo. Empreendimento notável para a economia de Pernambuco, do Nordeste e do país inteiro. Obra magnífica a que o Estado jamais poderá se comportar com indiferentismo ou alheamento.

Da maior importância para a política econômico-financeira de um país, é, sem dúvida alguma o aumento de produção. E essa produção está, evidentemente, ligada à fertilidade do solo. No caso particular do Nordeste, vamos encontrar, sobretudo na zona canavieira, terras cansadas que estão a carecer de adubagem para que ofereçam maior produção. Os fatores climatéricos, como de resto toda uma série de fatores outros, aí estão atuando sobre o solo, modificando as suas condições de fertilidade, aqui e ali, caracterizando a necessidade de adubagem. O papel principal

do fósforo é agrícola. Foi, assim, de grande oportunidade e elevada importância a descoberta dos depósitos de fosfato orgânico na costa de Pernambuco. Tanto mais expressiva essa importância, quando sabemos que as reservas de fosfato, até então, conhecidas no país, são, na maioria, de apatita, cujo fósforo necessita solubilização através do ácido sulfúrico para se tornar eficiente como fertilizante. O mesmo não ocorre com a fosforita que “goza da propriedade de ter alta solubilidade em presença das diástases das plantas, quando convenientemente moída e usada in-natura, constituindo o que chamamos “hiperfosfato”, em contraposição com o chamado superfosfato. Acresce ainda a circunstância de que, para atender às nossas necessidades teremos de importar adubos em larga escala, o que representa, indiscutivelmente, uma larga evasão de divisas.

Se, até bem pouco, poderíamos descobrir nos nossos agricultores uma certa reação ao emprêgo de adubos, haveremos de convir que essa mentalidade está muito modificada. Se, portanto, o consumo do Brasil é da ordem de 200 mil toneladas de fósforo, certamente, em face dessa nova mentalidade que se está criando entre os agricultores, êsse consumo tende a aumentar gradativamente. Quando se cogitar de diretrizes nacionais para uma política do sólo, o fosfato do Nordeste aparecerá como um dos esteios mais vigorosos. E as minas do Fôrno da Cal, encravada em terras de Pernambuco, conquistarão fâcilmente posição privilegiada.

Considerando todos êsses aspectos e com o pensamento voltado para o desenvolvimento do país, os nossos homens públicos entenderam que o Govêrno não poderia cometer o êrro da omissão, diante dessa obra magnífica que está sendo realizada pela iniciativa particular. Seria, então, traduzida a participação do Poder Público, nesse grande empreendimento, pela construção de uma ferrovia,

ligando a zona fosfateira ao Pôrto do Recife. Uma verba de dez milhões de cruzeiros foi consignada em Orçamento da União, para o ano de 1954.

Mas como não havia sido autorizados os estudos dessa ferrovia, perdemos essa verba. No Orçamento de 1955 já não fizeram constar essa verba, pelos mesmos motivos. Todavia o Orçamento de 1956 apresenta, no Quadro do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Verba 4 — Obras e equipamentos e aquisição de imóveis — Consignação 4.1.00 — Obra — Sub-consignação 4.1.01 — Alínea 18 — Pernambuco — Item 3 — a importância de dez milhões de cruzeiros destinada à construção do ramal para acesso à zona fosfateira, no Município de Olinda. Os estudos já foram concluídos e aí é oportuno e justo ressaltar o trabalho eficaz e perfeito realizado pelo Distrito de Construção 3 — do Departamento Nacional de Estradas de Ferro com sede em Pernambuco e que tem à sua frente o competente e probo engenheiro Lauriston Pessôa Monteiro. A Portaria Ministerial que aprovou o projeto tem a seguinte redação: "Portaria n. 24 de 11 de janeiro de 1956 — O Ministro de Estado, atendendo ao que propôs o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, no ofício n. 1.407 DG, de 6 de dezembro de 1954, resolve aprovar o projeto e orçamento, na importância de Cr\$ 28.926.162,60, que com esta baixam, rubricados pelo Diretor da Divisão de Orçamento do Departamento de Administração deste Ministério, para a construção do ramal "Fôrno da Cal", na linha Recife — Nova Cruz, da Rêde Ferroviária do Nordeste entre as estacas 0 — Km 16.102 e 1.004 + 1.000 no Município de Olinda, Estado de Pernambuco — Lucas Lopes". Tudo como se vê, pronto para receber autorização a fim de que seja iniciada essa obra tão útil e tão significativa para o desenvolvimento econômico de Pernambuco.

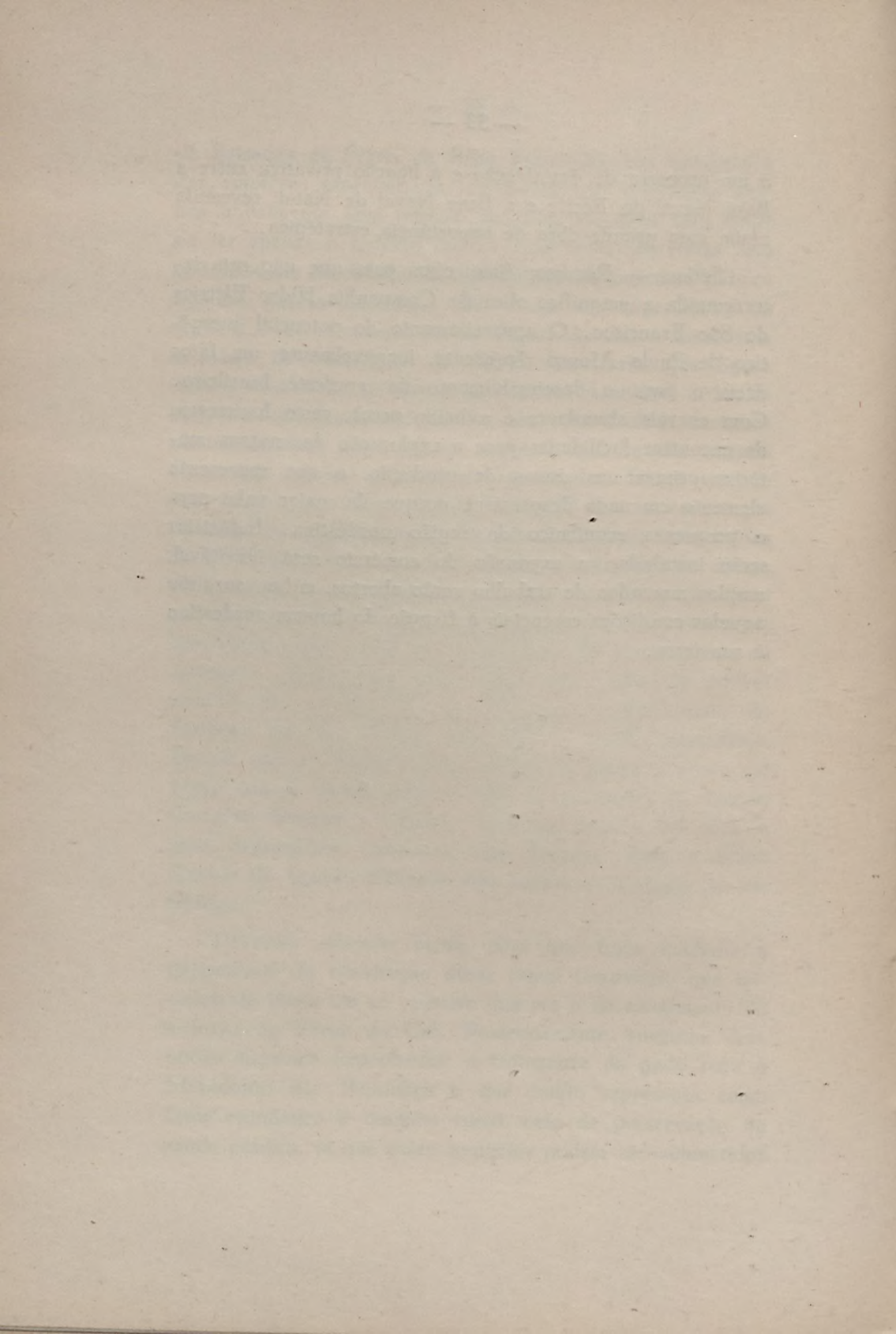
A Associação dos Técnicos em Construção Ferroviária do Nordeste integrada pelos engenheiros do Departamento

de Estradas de Ferro, da Rede Ferroviária do Nordeste e das empresas especializadas em construção ferroviária realiza anualmente uma reunião de congraçamento que longe de ter apenas o aspecto festivo representa sobretudo uma oportunidade de debates dos problemas de interesse público ligados àquela entidade. Este ano os engenheiros da A.T.C.F.N. reuniram-se em Forno da Cal e estudaram o plano de construção do ramal ferroviário que ligará aquela localidade ao Porto de Recife. Louvável e muito oportuna essa iniciativa que nos deu oportunidade de saber muitos detalhes desse plano. Sabe-se que há um traçado ferroviário ligando o Brum a Camaragibe. Esse traçado será aproveitada uma extensão de 4.820 Km, na construção do ramal da zona fosfateira, ficando a construir nada menos de 9.520 km. Entre as inconveniências do traçado antigo encontramos a infiltração do transporte comercial na zona privativa da Base Naval do Recife, ora em construção, bem como o alto custo da reconstrução da antiga ponte de Limoeiro. Destacamos então toda uma gama de conveniência com relação ao novo traçado: o escoamento da fosforita por via férrea, para toda a região nordestina, ligação com a Paraíba e Rio Grande do Norte e muito em breve com o Ceará, dada a fase de conclusão da ligação Campina Grande -- Patos. Também para o sul toda a zona densamente canavieira das Alagoas, com a Bahia através da ligação Palmeira dos Índios — Colégio, já em tráfego.

Devemos salientar ainda, para que fique evidente a importância da construção desse ramal ferroviário que inicialmente havia um só objetivo que era o de escoamento da fosforita do Forno da Cal. Posteriormente, surgiram dois outros aspectos importantes: o transporte do gado para o Matadouro dos Peixinhos o que muito representa como fator econômico e também como meio de preservação da saúde pública, já que esses comboios podem ser submetidos

a um processo de desinfecção e a ligação privativa entre a Base Naval do Recife e a Base Naval de Natal, revestida assim essa grande obra de importância estratégica.

Sétima — Recursos financeiros para que não seja interrompida a magnífica obra da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. O aproveitamento do potencial energético de Paulo Afonso representa, inegavelmente, um fator decisivo para o desenvolvimento do nordeste brasileiro. Com energia abundante e a baixo preço, certo haveremos de encontrar facilidades para a exploração das nossas matérias primas nas zonas de produção, o que representa elemento em nada desprezível, porque da maior valia para o progresso econômico da região nordestina. Indústrias serão instaladas, a expansão do comércio será inevitável, amplos mercados de trabalho serão abertos, enfim, surgirão aquelas condições essenciais à fixação do homem nordestino à sua terra.



O ENCONTRO DO SALGUEIRO — MENSAGEM
DE FÉ E CONFIANÇA NO FUTURO
DO NORDESTE (*)

Deve ter sido muito estranho para muitos que um homem do litoral, identificado com a paisagem de Olinda e habituado a contemplar as suas praias, os seus coqueiros, as suas colinas verdejantes e o seu mar bravio, houvesse tido a idéia de criar na Assembléia Legislativa de Pernambuco a Comissão da Area das Sêcas para o estudo e debate dos problemas ligados às zonas atingidas pelo tenebroso impacto desse fenômeno climático. E deve ter causado ainda maior espanto a circunstância de ter sido esse mesmo homem do litoral, que vos fala neste instante, o autor dessa iniciativa de promover uma reunião de técnicos, estudiosos, parlamentares, enfim, de homens detidos real e decididamente no estudo e na solução dos graves e inquietantes problemas decorrentes da estiagem prolongada. Mas, é fácil a explicação: um homem que seja do litoral, do sertão, do agreste ou da zona da mata, mas, que se detenha diante do drama em que vivem as populações do Nordeste, em decorrência das sêcas, basta ter um pouco de sensibilidade humana, de sensibilidade social e de espírito público para se dedicar, assim, com entusiasmo e patriotismo na execução de uma tarefa que, realizada com modéstia, embora, é grandiosa na sua finalidade e dignificante nos seus objetivos.

(*) Discurso pronunciado na instalação do Encontro de Salgueiro, em 29 de julho de 1958.

Não poderia, portanto, sentindo de perto a gravidade dêsse abandono em que vive o nordeste brasileiro, assumir outra posição, senão esta de lutar na primeira linha, com estoicismo, com destemor e com acentuada persistência em defesa das populações desta região brasileira.

Ninguém pode, num julgamento apriorístico, avaliar a gravidade dêsse desprezo, dêsse alheamento e dêsse abandono com que, através dos tempos, têm os Governos centrais se comportado diante do nordeste brasileiro. E, sentindo, sobretudo, que êsse desprezo é ameaçador para a própria unidade nacional, esta unidade nacional que foi plasmada no solo sagrado de Olinda, e no solo sagrado dos Guararapes, e, que pode vir encontrar nesse mesmo solo do nordeste as origens de um movimento separatista; sentindo que a unidade nacional poderia estar abalada com êsse tratamento injusto, é que nós todos aqui estamos, homens desta região do país para o estudo, para análise, para a pesquisa, para o empenho, para o esforço, para o trabalho, visando, acima de tudo, a fortalecer a unidade nacional através do fortalecimento do próprio nordeste brasileiro.

Outros aspectos à margem do político, como o aspecto humano, como o aspecto social tudo a reclamar de quem tem a menor parcela que seja de responsabilidade na administração pública no país, e em particular, no nordeste, um empenho decidido, um esforço constante e uma vigilância permanente para que o nordeste se incorpore ao desenvolvimento integral da pátria brasileira.

Nenhuma obra, nenhum trabalho, nenhuma ação construtiva pode ter mais acentuado cunho de nacionalismo do que a obra que estamos realizando no sentido de fortalecer o nordeste, e, visando ao fortalecimento da unidade política da Nação. Sentimos todos nós que neste desenvolvimento da democracia brasileira e nesta evolução do regime democrático, a tese nacionalista está preponderando. Mas, começaríamos a realizar, sem dúvida, uma obra timbrada em

sentido altamente nacionalista quando voltássemos, todos, as nossas preocupações e as nossas vistas para o nordeste abandonado, esquecido e injustiçado pelos governos centrais.

Estamos, assim, srs. convencionistas, com essa disposição: disposição firme de trabalho, para que, realizando o início de um planejamento em bases novas, um planejamento global e coordenado, possamos evitar aquilo que o grande sociólogo Gilberto Freyre considerou a ação isolada e contraditória. O nordeste deslocou-se, agora, para uma cidade do sertão de Pernambuco. O nordeste está aqui, em Salgueiro, para, dentro dêsse espírito e dessa diretriz, realizar êsse planejamento em bases técnicas, racionais e científicas.

E, se neste Encontro de Salgueiro constata-se a participação do político, é apenas porque os políticos têm as suas limitações, os técnicos têm as suas limitações, e, o esforço combinado de técnicos e políticos poderá oferecer à pátria brasileira aquelas condições imprescindíveis ao seu soerguimento econômico e social.

Ressalte-se, neste instante, que a Comissão da Área das Sêcas da Assembléia Legislativa patrocinando o Encontro do Saigueiro em tôdas as oportunidades, em todos os debates anteriores à instalação dêsse conclave, teve o zêlo e o cuidado de excluir qualquer preocupação de ordem política para que realizássemos aqui um trabalho sério, um trabalho útil, sem essas injunções políticas, as vêzes perniciosas, um trabalho capaz de oferecer aos administradores públicos os planos e as diretrizes necessárias à valorização econômica do nordeste brasileiro.

O mestre AGAMENON MAGALHÃES, grande líder político, mas, sem dúvida, um profundo estudioso dos nossos problemas sociais, em trabalho com o qual conquistou a cadeira de Geografia do velho e tradicional Ginásio Pernambucano, era quem nos advertia de que "sem o desen-

volvimento do nordeste, teremos estioladas as mais vigorosas energias da raça, reduzida a nacionalidade, soçobrando a nossa unidade política num conflito de tendências opostas resultante da diversidade de populações sem homogeneidade étnica.”

Verifica-se, assim, nesse depoimento tão expressivo e categórico, a constante de AGAMENON MAGALHÃES, em, tornando possível o soerguimento do nordeste, visar ao fortalecimento da raça, a homogeneidade étnica, e, sobretudo, preservar a unidade política da pátria brasileira.

Este Encontro do Salgueiro, Sr. Governador, srs. convencionais, deve ter a significação de um marco zero que será plantado nesta cidade do sertão pernambucano. Esta será a primeira arrancada para uma revolução nos métodos de ação no combate aos efeitos da estiagem prolongada, e, sobretudo, para o estudo das soluções em bases novas desse problema inquietante que tanto atormenta e preocupa a população sertaneja.

Este Encontro do Salgueiro, realizado aqui, no contacto, teatro da sêca do Nordeste brasileiro e tendo como moldura dessa paisagem sertaneja, os carrascais, os mandacarús, a terra hostil, o clima adverso, precisa representar um passo firme e decisivo no sentido do fortalecimento da unidade de ação do Nordeste, em defesa das suas legítimas aspirações. Aquí, aonde o homem é um símbolo de resistência e de fortaleza, vamos assumir o solene compromisso de lutar com idealismo, perseverança e bravura para que asseguremos a esta região do país o direito de progredir que lhe foi garantido pela própria Constituição de 46. Aquí batalharemos para que seja respeitada a dignidade da pessoa humana.

Este Encontro do Salgueiro, realizado aqui, no contato, com a gente sertaneja e com a participação de todos os Estados do Nordeste deve representar também uma sincera,

uma pujante, uma vigorosa e expressiva homenagem a êsse homem do sertão, que tem uma capacidade ilimitada de resistência às adversidades, êsse homem que sabe sofrer, que sabe resistir, êsse homem que tem características de fixidez, e, se adota o êxodo é porque foi expulso pela fome e enxotado pela sêde. Logo desponte uma esperança de uma obra pública, uma esperança de chuva, e o sertanejo volta a sua gleba, identifica-se mais uma vez com a sua terra, fixa o seu destino no sertão porque aqui nasceu e aqui há de morrer.

Precisamos, neste Encontro, aproveitando a oportunidade em que o nordeste aqui se reúne, estudar os nossos problemas de base, entregar, sobretudo, aos técnicos essa tarefa para que amanhã nós possamos nos eximir da responsabilidade do permanente abandono em que vive êste pedaço do Brasil.

Atentemos bem para o fato de que o homem do sertão do Nordeste, apenas ligou-se à terra sentimentalmente. Não lhe foram dadas as condições para que êle se ligasse à terra econômicamente. E é isso o que tencionamos conquistar.

Se nós tivermos o ensêjo de apreciar os dados estatísticos insuspeitos haveremos de verificar que nos capítulos da educação, da saúde pública, da irrigação, de tôdas as obras públicas, enfim, o orçamento da União reserva ao Nordeste brasileiro uma percentagem que não está em correspondência ao que determina o texto constitucional, e não está, acima de tudo, em correspondência com as mais agudas necessidades do povo nordestino.

É contra isso que precisamos lutar unidos. É contra isso que precisamos desfechar uma campanha patriótica, sem sentido separatista, e, visando, vamos repetir, ao fortalecimento do Nordeste para a garantia da própria unidade política da Nação.

Queremos incorporar o Nordeste ao crescimento orgânico, racional e científico do país inteiro. Queremos oferecer ao mercado interno condições propícias e compatíveis ao consumo dos produtos que são fabricados aqui e em outras regiões do país. Queremos, também, aumentar o nosso potencial energético. Queremos explorar o nosso solo e o nosso sub-solo. Queremos explorar as nossas riquezas minerais. Queremos dar condições de vida mais humana à população do Nordeste brasileiro.

O crédito, é outro capítulo que haverá de ser debatido amplamente no Encontro de Salgueiro, para que tenhamos dentro dessas balizas aquelas condições imprescindíveis a que possamos atingir ao nosso objetivo e aos desígnios dos que promoveram êste conclave.

Se outros países já enfrentaram, em condições muito mais ingratas, o problema decorrente da estiagem prolongada, se o Brasil não tem zonas desérticas, e se as zonas de chuva do Brasil oferecem chuvas mais abundantes, ou menos escassas do que as chuvas de certas regiões dos Estados Unidos, do Chile, da Bolívia, da Argentina e outros países, então, nós temos aqui a esperança de que orientados por um trabalho sério, permanente e visando, sobretudo, a um sentido patriótico, nós poderemos realizar a obra a que nos destinamos.

Devo, nestas palavras finais, render a minha homenagem a essas delegações de todos os Estados nordestinos que, se deslocando de zonas tão distantes, e, sabendo que vinham para uma pobre cidade do sertão de Pernambuco, o fizeram atendendo tão de pronto, tão solícitamente ao nosso apêlo e aqui estão para realizar conosco êsse trabalho patriótico do Encontro do Salgueiro.

Rendo o meu tributo, também de reconhecimento e a minha homenagem aos técnicos, aos estudiosos ligados a órgãos públicos, federais, estaduais ou municipais, e até mesmo, homens de estudo que não estão ligados a órgãos públicos. Rendo a minha homenagem a todos êles e tributo-lhes agora, nesta oportunidade, a minha confiança na colaboração decisiva que êles haverão de prestar ao Encontro do Salgueiro. Rendo a minha homenagem, nestas palavras finais, também ao Prefeito do município de Salgueiro, às autoridades municipais, aos deputados Orlando Parahim e Suetone Alencar, ao velho coronel Veremundo Soares, à sociedade, enfim, de Salgueiro que prestou inestimável contribuição ao êxito e brilhantismo dessa recepção. Rendo a minha homenagem às Forças Armadas do país. Quando transmiti o convite para que comparecessem ao Encontro do Salgueiro representantes das Fôrças Armadas do Brasil, era porque venho acompanhando, nos últimos tempos, o interêsse e o devotamento das Fôrças Armadas no estudo e nas pesquisas dos problemas sociais que atormentam e inquietam a população do país. Rendo a minha homenagem a todos os que prestaram direta ou indiretamente a sua contribuição, o seu esfôrço, o seu trabalho, a sua ação construtiva para que pudéssemos realizar esta reunião. O meu reconhecimento à valorosa gente da imprensa de Pernambuco. E, deixo para o fim, em palavras finais, a homenagem que haveria, por justiça de prestar, ao ilustre Governador de Pernambuco, General Cordeiro de Farias (Palmas). E o faço com a mais absoluta autoridade, porque quando cogitei da realização do Encontro do Salgueiro, militava nas hostes oposicionistas, fazia oposição a S. Ex^a, mas, pude, de logo, contar com a presença do Poder Executivo em tôdas as reuniões que promovi para organização dêste Encontro. Pude de logo sentir a presença do General Cordeiro de Farias em tôdas as iniciativas que assumimos visando à realização dêsse conclave. Homem

dotado de espírito público, não poderia faltar neste instante a esta iniciativa que tem também elevado sentido patriótico. Vamos, srs. convencionais, vamos partir para o trabalho construtivo, e vamos, aqui, realizar alguma coisa de útil e proveitoso para que possamos salvar o nordeste brasileiro, e oferecer ao país a segurança de sua unidade política. (Palmas).

AS RECOMENDAÇÕES DO ENCONTRO DO SALGUEIRO

O Encontro do Salgueiro, realizado entre 29 de julho e 1º de agosto, sob o patrocínio da Comissão da Área das Sêcas da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, objetivando o início de um planejamento global e coordenado em bases técnicas, racionais e científicas, para a solução definitiva dos problemas decorrentes da estiagem prolongada, elaborou o plano de reivindicações aos poderes da República, para imediata execução, e a "Carta-Acôrdo" para o fortalecimento da unidade de ação do Nordeste, contidas nas recomendações que se seguem:

Transferência do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (G.T.D.N.) para a área do Polígono das Sêcas afim de atender aos seus objetivos e que na sua composição se incluam técnicos de notória idoneidade profissional, representantes de cada um Estado do Nordeste, nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos Governos Estaduais.

Revisão da política de açudagem, tendo em vista a irrigação.

Destinação de recursos substanciais às entidades altamente especializadas em pesquisa de plantas economicamente cultiváveis nas regiões áridas e semi-áridas.

Instituição no D.N.O.C.S. de Serviço de Previsão das Sêcas baseado nos mais recentes estudos e com especial referência aos dos engenheiros Adalberto Serra e Sampaio Ferraz.

Fomento da expansão das indústrias existentes e providências no sentido de restabelecer o funcionamento das indústrias atualmente paradas na região não por motivos de ordem econômica porém financeira ou administrativa.

Formulação, pelo Governo Federal, de metas especiais para o Nordeste no sentido de promover a implantação daquelas indústrias economicamente orientadas para os recursos regionais.

Aplicação efetiva dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (Lei Colombo de Sousa) no desenvolvimento regional.

Expansão em todo Nordeste do crédito rural às legítimas fontes de produção especialmente através de cooperativas agroindustriais, precedida a fundação destas de cursos em cada Estado para formação de gerentes.

Intensa promoção do crédito rural supervisionado.

Modificação da Lei 1649, que criou o Banco do Nordeste do Brasil S.A., no sentido de estender sua área de operações a todos os Municípios pertencentes a Estado que tenham mais de 40% de sua área incluída no Polígono das Sêcas.

Supressão, através de legislação adequada ou de reforma agrária, das relações de produção semifeudais.

Educação da população rural, por meio de práticas extensionistas, no sentido de habilitá-la à economia de previsão.

Realização de estudos definitivos para construção do Canal Sobradinho-Moxotó.

Criação do Instituto Nacional de Pesquisas do Nordeste.

Criação, em cada Estado do Nordeste de um Conselho Coordenador das Medidas de Valorização e Recuperação

das Áreas Sêcas, suplementando a ação do D.N.O.C.S. e da Comissão do Vale do São Francisco.

Organização de um Serviço Cartográfico para preparação de Cartas Topográficas, Geológicas e Mineralógicas da Região Nordeste, provido dos recursos necessários e subordinado ao órgão Ministerial ou à Autarquia Federal competente.

Organização de um Serviço de Hidrologia, de ampla ação sobre toda região nordestina, provido dos recursos necessários e subordinado ao órgão Ministerial ou à Autarquia Federal competente.

Criação de cursos especializados nas Escolas de Engenharia e Agronomia, destinados à formação de maior número de técnicos versados em assuntos da região semi-árida do Nordeste.

Elaboração de um Estatuto de uso das Águas do Rio São Francisco, com a participação dos Estados de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco, das Alagoas e de Sergipe. Nêle deverão ser definidas as potencialidades econômicas das diversas regiões servidas pelo aludido Rio, as obras de engenharia e agronomia de viabilidade garantida e incorporados os planos já existentes, visando ao aproveitamento de suas Águas, de maneira que haja uma distribuição da riqueza hídrica em função características orográficas, topográficas e potamográficas possuídas por cada um dos Estados vinculados ao Estatuto. Admitir-se-á a modificação do aludido Estatuto sempre que um desses Estados estiver habilitado a incorporar, ao mesmo, novo ou novos planos concretos, aprovados pelos órgãos técnicos competentes.

Transferência para o Nordeste da sede do D.N.O.C.S.

Revigoroamento das medidas de financiamento, a cargo do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil, em favor da pequena e da média açudagem.

Inclusão, no Orçamento Federal, da verba anual correspondente a 0,5% (meio por cento) da Receita Tributária da União, afim de ser distribuída com os Estados do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, das Alagoas, de Sergipe e da Bahia, através dos seus órgãos técnicos competentes e destinada à construção de pequenos açudes públicos ou em cooperação.

Criação de Comissões Estaduais de Saneamento, com a participação dos Departamentos de Saneamento dos Estados, D.N.O.C.S., D.N.E.Ru., Comissão do Vale do São Francisco e S.E.S.P., com o objetivo de coordenar a aplicação dos recursos destinados a serviços de abastecimento d'água.

Intensificação do aproveitamento das bacias de irrigação dos açudes públicos do Nordeste.

Construção, no atual Governo, pelo D.N.O.C.S., de trinta poços tubulares na Chapada do Araripe, distanciados de dez em dez quilômetros, no sentido do maior eixo daquela Chapada.

Perfuração, pelo D.N.O.C.S., Comissão do Vale do São Francisco e órgãos técnicos especializados dos Estados do Nordeste, do maior número possível de poços tubulares, visando ao abastecimento de água potável, em regiões onde as formações geológicas sejam favoráveis.

Construção de cisternas em tôdas as Escolas Típicas Rurais, com as verbas orçamentárias votadas pelas Assembléias Legislativas, bem como nas novas Escolas Típicas Rurais que fôrem construídas.

Início dos trabalhos de perenização dos Rios Pajucó e Brígida, no Estado de Pernambuco, e do Rio Salgado, no Estado do Ceará.

Realização dos estudos e projetos de obras de perenização dos Rios Capibaribe, Ipojuca e Una, inclusive estudos

pedológicos das terras para irrigação, quando o volume d'água acumulado permitir a lavoura irrigada de, pelo menos, cem hectares.

Revisão da regulamentação da Lei Federal nº 3.276, de 7 de outubro de 1957, fazendo prevalecer o disposto no artigo 11º da referida Lei.

Construção, em cada Município do Polígono das Sêcas de um açude público de pequena ou média capacidade, para atender às necessidades de suprimento d'água de sua população, a juízo dos órgãos técnicos competentes.

Empenho dos Congressistas e dos Governos do Nordeste pela não inclusão, nos planos de economia, das dotações rodoviárias nos Estados do Polígono das Sêcas.

Inclusão, no Orçamento Federal, pelos Congressistas Nordestinos, de dotações massiças para as obras rodoviárias de maior importância regional, evitando-se, ao máximo, a dispersão de recursos financeiros.

Liberação e pagamento de todos os recursos financeiros destinados à construção de estradas de que a União seja devedora a Estados Nordestinos, incluindo, entre êles, o "Fundo Nacional de Pavimentação".

Aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei de autoria do deputado Estácio Souto Maior, que dispõe sobre o prosseguimento da construção da ferrovia Recife-Salgueiro-Petrolina e construção do trecho Salgueiro-Missão Velha (Estado do Ceará) e providências complementares.

Construção das seguintes ligações ferroviárias:

a) Petrolina-Salgueiro-Missão Velha, como obra de caráter prioritário;

b) Periperi-Campo Maior-Terezina;

c) Terezina-Paulistana;

d) Oiticica-Campo Maior;

e) Crateús-Piquet Carneiro;

f) Salgado (Sergipe)-Paulo Afonso.

Estudo de uma linha de penetração ferroviária para Santa Maria do Araguaia.

Construção da ligação ferroviária no trecho Paquevira-Quebrangulo.

Estudo da instituição do Fundo Ferroviário Nacional.

Aumento do crédito rotativo das entidades destinadas a melhorar o abastecimento nas regiões das secas (COAP e S.A.P.S.).

Ampliação do programa de construção de rêsdes de silos e armazéns gerais no Nordeste.

Execução, em caráter prioritário, do chamado Sistema do Cariri, atingindo os Estados de Pernambuco, (Salgueiro, Manisobal, Bom Nome, Cabrobó e Petrolina), Ceará (toda a região do Cariri), Paraíba (Antenor Navarro, Sousa, Cajazeiras), Rio Grande do Norte (Pau dos Ferros, Alexandria e Patú), sendo, na parte referente a Pernambuco, feito o estudo do sistema de eletrificação elaborado pelo Departamento de Águas e Energia do mesmo Estado, destinado a servir de suporte para o plano de colonização em ambas as margens do São Francisco, por entendimento entre o D.A.E. de Pernambuco, C.H.E.S.F. e C.V.S.F.

Implantação imediata, pela C.V.S.F., de uma zona de colonização, constituindo Plano Piloto a ser executado na região compreendida entre Paulo Afonso e Rodelas, já contando com a existência de um sistema elétrico de base.

Refôrço do Fundo Federal de Eletrificação e que, da cota que cabe à União do referido Fundo, sejam destinados recursos suficientes para eliminar o "deficit" acumulado de energia da região, expandindo-se os serviços em todos os centros regionais de consumo, de fôrma que, como é próprio na indústria de energia elétrica, a oferta se anteceda à procura, no sentido de ser atingido, na região, o índice médio de consumo «*per capita*» do país.

Planejamento, a longo prazo, que objetive a melhoria das condições de saúde, alimentação e educação, o qual deve constituir parte fundamental do plano global de desenvolvimento econômico da região.

Com base no melhor aproveitamento da água — distribuição, irrigação e, sobretudo, legislação adequada — que permita a utilização das terras irrigadas por toda a população, no sentido do desenvolvimento da policultura, fomentada por crédito rural amplo e acessível.

Estudos para implantação, na região, do seguro agrícola, afim de proteger o agricultor contra os riscos do clima.

Melhor coordenação e planejamento das atividades assistenciais de emergência, cujos resultados sociais, até a piscicultura e para o abastecimento d'água as localidades vizinhas.

Organização de coeprativas ou associações de pesca, com o objetivo de explorar, segundo os processos técnicos, a piscosidade do Rio São Francisco e das demais águas interiores.

Criação de reserva alimentar de emergência, de acordo com o projeto de lei já apresentado à Câmara Federal.

Intensificação do uso da farinha de mandioca enriquecida e dos estudos que permitam o enriquecimento alimentar de outros produtos da região.

Aplicação rigorosa do mínimo de 3% (três por cento) da renda tributária da União no Polígono das Sêcas, conforme o disposto no artigo 198 da Constituição Federal.

Criação de novas fontes de receita pública para aplicação, no Plano de Desenvolvimento do Nordeste.

O *Encontro do Salgueiro* julgou conveniente divulgar as conclusões dos trabalhos da Comissão de Educação, Alimentação e Saúde Pública:

1ª) Educação, Alimentação e Saúde constituem problemas correlatos e dependentes da estrutura sócio-econômica.

2ª) Em virtude do baixo nível econômico-social das populações do Nordeste, o problema, no seu aspecto global (Educação, Alimentação e Saúde), se apresenta com características muito graves.

3ª) Crê ainda a Comissão que o deficiente nível econômico é resultante da baixa produtividade das populações que habitam a região; que a baixa produtividade decorre, em grande parte, dos precários índices de saúde; e que tais índices de saúde são conseqüências da inadequada alimentação.

4ª) Se bem que os Governos, nas suas diferentes esferas administrativas, despendam verbas razoáveis nestes setores, os resultados obtidos, de modo geral, são reduzidos, em face, sobretudo, da falta de coordenação da alta administração, cujos reflexos se fazem sentir na desarticulação dos serviços locais.

5ª) Tal desarticulação se agrava quando há duplicidade ou multiplicidade de órgãos locais com objetivos idênticos ou semelhantes, o que se observa com freqüência nos setores da Assistência Médico-Sanitária e Alimentar.

6ª) Ainda que, na sua maioria, as populações nas épocas de chuvas regulares consigam retirar da terra os recursos alimentares suficientes para suas necessidades básicas, não podem, entretanto, acumular reservas, seja para as emergências das estiagens prolongadas, seja para expandir a economia regional.

"CARTA-ACÔRDO"

Texto aprovado pelos representantes do Nordeste reunidos em Salgueiro — 1 de agosto de 1958.

Art. 1º Os estados que firmam o presente documento se comprometem a pleitear o cumprimento, através dos seus poderes legislativos, das normas aqui estabelecidas que visam à disciplina de determinadas atividades comuns aos interesses econômicos, políticos, financeiros e sociais do polígono das sêcas e do Maranhão.

Parágrafo Único. Essas atividades não deverão ferir dispositivos da Constituição Federal nem, sobretudo, o que diz respeito ao zelo à unidade política da Federação Brasileira e Integridade do Território Nacional.

DA GARANTIA DO ACÔRDO

Art. 2º O órgão que assegurará o cumprimento dos termos deste acôrdo dos estados signatários e dirigirá as atividades previstas nesta carta, será a Comissão Interestadual do Polígono, inclusive o do Maranhão (CIPMA).

Art. 3º A CIPMA será constituída de até dez (10) membros, um de cada um estado signatário, eleitos pelos plenários das assembléias legislativas com mandato de duração de um (1) ano, podendo, todavia, ser reeleitos para exercícios seguintes, o mesmo ocorrendo com os suplentes destinados à substituição do titular em sua eventual ausência.

Art. 4º Na sua primeira reunião, a CIPMA elaborará o seu regimento interno. Os casos omissos serão resolvidos na comissão, por maioria absoluta de votos.

DA AÇÃO COLETIVA

Art. 5º As reivindicações constantes do Encontro de Salgueiro e de outras reuniões convocadas ou não pelas assembléias legislativas desde que digam respeito a interesses comuns aos estados-membros do acôrdo, terão prioridade na ordem dos interesses da CIPMA.

Art. 6º Os estados-membros dêste acôrdo, quando necessário, promoverão, através de suas assembléias legislativas, os meios de preservação e segurança do seu desenvolvimento.

Art. 7º A CIPMA reunir-se-á, trimestralmente, a partir da data da assinatura da Carta-Acôrdo pelos legislativos dos estados do polígono e do Maranhão.

Art. 8º Nas reuniões trimestrais deverá ser feito, também, um balanço das atividades desenvolvidas no trimestre anterior.

Art. 9º Cumpre, também, à CIPMA, representação junto aos órgãos federais, estaduais e autárquicos, tôda a vez que se fizer necessário.

Art. 10. Na primeira reunião, a CIPMA deverá organizar a cerimônia da assinatura da Carta-Acôrdo o que terá caráter solene.

Art. 11. Até que os legislativos dos Estados do Polígono e do Maranhão homologuem a carta, e elejam seus representantes à CIPMA, a comissão da área das secas, da assembléia legislativa de Pernambuco responderá pelo trabalho de consecussão dêsse objetivo.

DA ADMISSÃO

Art. 12. Os estados do Maranhão, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, das Alagoas, de Sergipe, da Bahia, e de Minas Gerais poderão ser membros do acôrdo, desde que suas assembléias legisla-

tivas, por maioria absoluta do plenário, homologuem este anteprojeto, após as devidas emendas.

Art. 13. A admissão implica em eleger o seu representante à CIPMA; aceitar os termos deste acôrdo e estabelecer pequenos fundos destinados a custear as despesas com as reuniões daquela comissão.

DO DESLIGAMENTO

Art. 14. Qualquer estado-membro poderá solicitar seu desligamento, seis meses depois de ter denunciado o acôrdo.

Parágrafo Único. O desligamento compulsório de qualquer membro só será feito por solicitação da maioria dos membros da CIPMA e após o pronunciamento favorável da maioria dos parlamentares dos estados signatários.

DA DENÚNCIA

Art. 15. A denúncia do acôrdo dos estados signatários poderá ser feita por qualquer estado-membro, através da CIPMA.

Parágrafo Único. Justifica a denúncia o não cumprimento dos termos e objetivos deste acôrdo.

DO VALOR JURÍDICO

Art. 16. O acôrdo deverá ser assinado pelos estados-membros em cartórios competentes de todos os estados referidos no art. 12.

Parágrafo Único. A reforma dos termos deste acôrdo sômente poderá ser feita mediante a aprovação da maioria das assembléias legislativas dos estados signatários.

DAS SANÇÕES

Art. 17. Não se obedecerá a ordem de prioridade no programa trimestral das atividades da CIPMA para as reí-

vindicações do estado-membro que não estiver cumprindo os termos do acôrdo e as determinações da CIPMA.

Art. 18. Será desligado compulsòriamente do acôrdo, nos tẽrmos do parágrafo único do art. 14, o estado-membro cuja assembléia legislativa deixar de cumprir o programa de atividades trimestrais da CIPMA.

Salgueiro, 1 de agosto de 1958. — *Barreto Guimarães*, Pernambuco. — *Luiz Tavares da Silva*, Maranhão. — *Stoessel de Brito*, Rio Grande do Norte. — *Jorge de Oliveira Neto*, Sergipe. — *Robson Duarte Espindola*, Paraíba. — *Djalma Muniz Falcão*, Alagoas. — *Wilson Roriz*, Ceará.

O ANTEPROJETO DA "CARTA-ACÔRDO"
CONVÊNIO REGIONAL SEM PRECEDENTES
NA HISTÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

O anteprojeto da "Carta-Acôrdo", que deverá ser agora submetido às Assembléias Legislativas do Nordeste.

Salgueiro, 1 (De Ernani Regis e Fernando Luís, enviados especiais do *DIÁRIO DE PERNAMBUCO*) — O plenário do "Encontro do Salgueiro" aprovou hoje o texto final do anteprojeto da "Carta-Acôrdo", que está agora submetido às Assembléias Legislativas dos Estados do Nordeste, para a devida homologação.

Pela importância de que se reveste o documento — estabelecendo um convênio sem precedentes em tôda a história do país, pois cria uma espécie de "mercado comum regional" — publicamos o seu texto na íntegra, que é o seguinte:

Art. 1º Os Estados que firmem o presente documento se comprometem a cumprir, através dos seus Podêres Legislativos, as normas aqui estabelecidas e visam à disciplina de determinadas atividades comuns aos interesses econômicos, políticos, financeiros e sociais do Nordeste.

Parágrafo Único. Essas atividades não deverão ferir dispositivos da Constituição Federal e sobretudo o que diz respeito ao zelo pela Unidade Política da Federação Brasileira e integridade do Território Nacional.

DA GARANTIA DO ACÔRDO

Art. 2º O órgão que assegurará o cumprimento dos termos do Acôrdo dos Estados Nordestinos e dirigirá as atividades previstas nesta Carta será a Comissão interestadual do Nordeste Brasileiro.

Art. 3º A Comissão Interestadual do Nordeste Brasileiro (C.I.N.B.) será constituída de nove membros, um de cada Estado nordestino, eleitos pelos Plenários das Assembléias Legislativas com mandato de duração de um ano, podendo, todavia, ser reeleitos para exercícos seguintes, o mesmo ocorrendo com os suplentes destinados à substituição do titular em sua eventual ausência.

Art. 4º Na sua primeira reunião a C.I.N.B. elaborará o seu regimento interno, sendo que os casos omissos serão resolvidos na Comissão por maioria absoluta de votos.

DA AÇÃO COLETIVA

Art. 5º Tôda vez que se acharem ameaçados os interesses de qualquer Estado do Nordeste os Estados-Membros deste Acôrdo deverão promover conjuntamente, através de suas Assembléias Legislativas, um movimento de opinião pública, com o fim de pacificamente manter íntegros aquêles interesses ameaçados.

Art. 6º Esse movimento de opinião pública poderá ser levado a efeito nas mais variadas formas que vão desde os requerimentos de apelos ou de protestos até a promoção de conferências em recinto fechado, aos comícios e concentrações em praça pública e ainda a convocação dos Deliberativos Municipais de cada Estado.

Art. 7º O movimento de opinião pública deverá ser exercitado em tórno, também, das reivindicações mais sen-

tidas desde que envolvam interesse comum a todos os Estados-Membros do Acôrdo.

§ 1.º As reivindicações constantes do “Encontro do Salgueiro” e de outros conclaves convocados não pelas Assembléias Legislativas, desde que digam respeito a interesses comuns aos Estados-Membros do Acôrdo terão prioridade na ordem das atividades da C.I.N.B.

Art. 8º A Comissão Interestadual do Nordeste Brasileiro se reunirá trimestralmente, a partir da data da assinatura da Carta-Acôrdo pelos Legislativos nordestinos.

Art. 9º A reunião trimestral da C.I.N.B. tem por finalidade a programação das atividades do movimento de opinião pública que deverão desenvolver as Assembléias Legislativas dos Estados-Membros.

Art. 10º Nessa reunião deverá ser feito, também, um balanço das atividades desenvolvidas no trimestre anterior.

Art. 11. Cumpre também, à C.I.N.B. a representação junto aos órgãos federais, estaduais e autárquicos toda vez que se fizer necessário.

Art. 12. Na primeira reunião a C.I.N.B. deverá organizar a cerimônia da assinatura da Carta-Acôrdo que terá caráter solene.

Art. 13. Até que os Legislativos dos Estados Nordestinos homologuem a Carta-Acôrdo e elejam o seu representante à C.I.N.B., a Comissão das Áreas das Sêcas da Assembléia Legislativa de Pernambuco responderá pelo trabalho da consecução dêsse objetivo.

DA ADMISSÃO

Art. 14. Os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia poderão ser membros do Acôrdo desde que suas

Assembléias Legislativas, por maioria absoluta o Plenário homologue o anteprojeto, após as devidas emendas.

Art. 15. A admissão implica em eleger o seu representante à C.I.N.B., aceitar os termos do Acôrdo e estabelecer pequenos fundos, destinados a custear as despesas de viagens das reuniões daquela Comissão.

DA DEMISSÃO

Art. 16. Qualquer Estado-Membro poderá solicitar sua demissão seis meses depois de ter denunciado o Acôrdo.

§ 1º A demissão compulsória de qualquer membro só será feita por solicitação da maioria dós Paramentos Nordesteiros.

DA DENÚNCIA

Art. 17. A denúncia do Acôrdo dos Estados Nordesteiros poderá ser feita por qualquer Estado-Membro, através da C.I.N.B.

§ 1º Justifica a denúncia o não cumprimento dos termos e finalidades do Acôrdo.

DO VALOR JURÍDICO

Art. 18. O Acôrdo deverá ser assinado pelos Estados-Membros em cartórios competentes de todos os Estados do Nordeste.

§ 1º A reforma dos termos dèste Acôrdo só poderá ser feita mediante a aprovação da maioria das Assembléias Legislativas dos Estados Nordesteiros.

DAS SANÇÕES

Art. 19. Será desligado compulsoriamente do Acôrdo o Estado-Membro, cuja Assembléia Legislativa deixar de cumprir o programa de atividades trimestrais da C.I.N.B.

Art. 20. Não se obedecerá a ordem de prioridade no programa trimestral das atividades da C.I.N.B., para as reivindicações de Estado-Membro que não tiver cumprido os termos do Acôrdo e as determinações da Comissão Interestadual do Nordeste Brasileiro". (*)

(*) *Diário de Pernambuco* — Recife — 2 de agosto de 1958.

DOCUMENTAÇÃO ANEXA

DOCUMENTAÇÃO AMEXA

1. A MENSAGEM DE SALGUEIRO

O Encontro do Salgueiro exprimiu mais uma tentativa de recuperação do Nordeste, assinalando-se por uma série de resoluções práticas que, decerto, terão conseqüências objetivas, porque refletem um trabalho sistemático de revalidação regional.

O que se fixou nesse Encontro foi um programa geral de organização econômica, que poderá oferecer os melhores resultados como brado de alarma contra a situação em que se debate o Nordeste brasileiro. Mais uma vez os problemas foram planejados, as soluções apontadas, os caminhos traçados, as reivindicações reclamadas. E isso não há de ter sido em vão, porque não é possível que a voz que clama por justiça não seja um dia ouvida.

A criação de um Conselho Coordenador dos Estudos e Trabalhos Científicos e Técnicos do Nordeste, sediado nesta Região, é uma iniciativa que merece registro. Na verdade, a missão desse Conselho poderá ser, em si mesma, a de articular o melhor material sobre os problemas das secas, propiciando com isso a elaboração de Leis realistas e oportunas que modifiquem as condições de adversidade que afligem esta Região, através de séculos de martírio e de frustração.

O importante é que tudo se faça no Nordeste e não à distância, pois é preciso sentir de perto a tragédia econômica e humana de que é vítima a população sertaneja. Os planos gizados à distância, através de relatórios e de sugestões, podem dar bons resultados, mas o Nordeste tem necessidade de ser conhecido e penetrado, de ser estudado à face dos problemas que, nesta área geográfica, adquirem intensidade cada vez maior e mais desconcertante. Não basta que as autoridades venham ao Nordeste, nos momentos mais amargos da estiagem, como geralmente acontece, quando a seca, atingindo o seu paroxismo, como que obriga a consciência nacional a uma atitude de compreensão.

Se é de uma planificação que se trata, faz-se mister, então, que o programa de recuperação nordestina se exerça à base de uma previsão segura da calamidade climática. O fato de se esperar que o castigo se desencadeie e que o irremediável surja, para só então adotarmos uma

posição de ataque à estiagem, é o nosso velho êro, cuja repetição não passa de um crime.

Daí porque a transferência dos serviços do D.N.O.C.S. para o Nordeste oportuna recomendação do Encontro do Salgueiro — é u'a medida que se impõe, não porque isso represente uma reivindicação inspirada pelo nosso regionalismo, mas porque exprime a necessidade mesma do combate à estiagem. Essa é uma aspiração de todo o Nordeste, que está cooperando decisivamente com a Nação ao pretender que a economia desta Região se desenvolva, pois com isso se estará ampliando e alargando o horizonte econômico nacional.

É interessante acentuar que todo êsse esforço de recuperação, que todos êsses trabalhos de coordenação econômica, que todos êsses empenhos por um Nordeste progressista constituem um programa de vivo e direto interesse de todo o País, uma vez que essa renovação repercute, intensamente, na organização geral das riquezas brasileiras.

O Encontro do Salgueiro teve, dessarte, um sentido nacional, porque não visou apenas ao Nordeste, mas à própria Nação. E, sob êsse aspecto, pelo vulto que tomou, revestiu-se de uma significação de tal maneira eloquente que desdenhar de suas recomendações seria relegar a segundo plano o que se insere mais diretamente nos ideais de revalidação econômica brasileira.

A necessidade de ficarem sediados no Nordeste os serviços que dizem respeito às nossas aspirações e ao nosso futuro, é simplesmente elementar. Administrar de longe uma Região como esta, que oferece peculiaridades tão próprias, é não poder assistir de maneira integralmente satisfatória a tôdas as nossas necessidades e aos ideais que aqui se representam pela constância dramática da conjuntura em que nos debatemos.

Por isso, tantas medidas propostas pelo Encontro do Salgueiro, atinentes a tantos problemas diversos e angustiantes — o aproveitamento dos fatôres naturais, a perenização dos rios Pajeú, Brígida e Moxotó, o serviço mais proveitoso e mais extenso de irrigação e de construção de pequenos açudes, a construção do canal Sobradinho-Moxotó, maior assistência do Banco do Nordeste, criação de órgãos encarregados de prevenir a estiagem — traduzem um trabalho ordenado e benéfico de soerguimento não apenas da Região, mas também da Nação.

Duas coisas são, porém, essenciais: primeiro, que os trabalhos sejam desenvolvidos pelos serviços e autarquias devidamente instalados no Nordeste, com um raio de ação direta, exigida pelo conhecimento

local dos problemas; e, segundo, que tantas sugestões, escapando à órbita político-partidária onde geralmente se enredam em antagonismos indisfarçáveis, sejam convertidas em Leis, que assegurem a nossa recuperação.

Se assim não fôr, tudo não passará de vão esforço, cuja continuidade, na hipótese, consistiria apenas no registro dos Anais do certame sertanejo. A política profissional, exercida sempre em termos pessoais e espúrios de competições egoísticas, tem sido o grande prejuízo do Nordeste.

Deve-se, quanto antes, situar o problema em termos técnicos, interessando a ação política no desenvolvimento de um plano eficaz de combate ao flagelo climático.

Se será, sob êsse aspecto, que o Encontro do Salgueiro terá um sentido vivificador e renovador pela maneira como enquadróu as nossas reivindicações num programa de revalorização regional, com a Carta-Acôrdó, que define, nesta hora de apreensões, a mentalidade nordestina em sua luta mais firme contra a incompreensão e o descaso. (*)

(*) Recife — Jornal do Comércio, 2 de agosto de 1958.

2. A REPERCUSSÃO DO ENCONTRO DO SALGUEIRO NA IMPRENSA NORDESTINA

I — O ENCONTRO DO SALGUEIRO

Na minha opinião o encontro levado a efeito recentemente em Salgueiro neste Estado, foi um dos mais objetivos encontros já realizados no Nordeste. Os assuntos, pelo que soubemos através da imprensa, foram tratados convenientemente pelos congressistas, homens em sua maioria técnicos e conhecedores dos problemas e males da nossa região.

Realmente, temos muita coisa para desentravar neste velho e causticado Nordeste. Os casos são enormes e complexos, não somente pela burocracia, como também pelos arranjos políticos para que êsses objetivos atinjam os fins colimados. Homens de tôdas as categorias profissionais, políticos, jornalistas, economistas e até mesmo militares imbuídos dos mesmos propósitos lá estiveram para debater o magno problema do desenvolvimento regional.

Não podemos, pôr nenhuma dúvida sobre a seriedade dêsse encontro e achamos que tudo se efetivará. Não vai ficar no papel como comumente tem acontecido nos encontros aqui realizados.

Pontos capitais do nosso desenvolvimento foram ali ventilados e estudados minuciosamente. A Reforma Agrária foi um dêles e que merece o maior empenho por parte, principalmente dos nossos legisladores. Não podemos desperdiçar tempo por que não estamos em condições de esperar por coisas que já deviam ter sido solucionadas, principalmente em se tratando de uma região em que a má-vontade e outras coisas mais entram sempre em cena. Outro assunto relevante que foi tratado pelo que soubemos, foi o do Crédito Agrícola, decisivo para a nossa região por que a verdade é que nunca os nossos homens do "hinterland" usufruíram benefícios realmente efetivos por parte das instituições que canalizam o dinheiro do governo federal para o pronto combate aos males e efeitos das sêcas.

É preciso que se modifiquem os sistemas até então utilizados a fim de que êsses meios sejam amenizados e os problemas solucionados no devido tempo. Não acredito, que seja accito pelos que orientam e ma-

nuplam o Crédito nos estabelecimentos semi-oficiais o pressuposto de que a sua aplicação para ter melhor efeito deva ser a prazo longo e juros baixos, como instituiu o Dep. Aluizio Alves em seu projeto recente que concede "Crédito de Emergência aos Agricultores e Pequenos proprietários do Nordeste", prestes a ser aprovado pela Câmara e Senado. Os nossos agricultores não têm condições financeiras e econômicas tão boas para assumirem compromissos a curto prazo por empréstimos realizados em Bancos do govêrno diante da baixa e incerta produção agrícola pelas terríveis sêcas advindas periodicamente.

Portanto, os que assistiram e participaram ativamente dêsse conclave devem fixar-se nos pontos básicos do incremento da nossa produção e do desenvolvimento geral do Nordeste, meios pelos quais atingiremos melhor as metas pelas quais lutamos há muitos anos.

Com o Seminário Agrícola a ser realizado em Setembro vindouro não é possível que faltem providências dos poderes públicos para que êsse tão propalado desenvolvimento seja conseguido, a não ser que êsses homens estejam insensíveis aos problemas que assolam o "Polígono das Sêcas".

A ausência do presidente Juscelino Kubitschek foi coisa que causou profunda decepção em nossos círculos regionais, deixando assim o encontro de ter maior relevância. Vamos vêr se pelo menos o seu representante tomará as medidas que imperiosamente merecem solução a fim de que o Nordeste inteiro não sofra mais uma decepção neste govêrno tão dignamente administrado.

João Lyra Netto (*)

II — A "S.A.I.C." E O ENCONTRO DO SALGUEIRO

Quando o engenheiro francês Dombre se meteu pelo sertão a dentro, montado num jumentinho, disse-lhe o presidente da Província, barão de Lucena: "Surtout, mr. Dombre, de l'eau" (Sobretudo, sr. Dombre água!).

Não é outra cousa que, no ano de 1958, decorrido tanto tempo, a Secretaria da Agricultura, dirigida pelo agrônomo Aluizio Fragoço Costa, cujo pai tanto conheci recomenda, no Encontro do Salgueiro: "o remédio para os males multiformes, oriundos da irregularidade e Insuficiência das chuvas, no Polígono das Sêcas, reside, basicamente, na obtenção e utilização adequada da água". "Surtout, de l'eau!" (Sobretudo, água!).

(*) Jornal do Comércio, Recife, 10 de agosto de 1958.



Infelizmente, apesar da velha experiência do Nilo, o pernambucano jamais viu o rio S. Francisco, que lhe poderia ter sido tão dadivoso, quanto o velho curso da água, conhecido há milênios; crescendo e descendo e fecundando a terra. O rio estava ali perto, no Egito. Ninguém sabia de onde vinha e onde se situava sua fonte; não havia explicação para suas misteriosas cheias e secas; exceto que o próprio Deus passava a correr sobre as águas tumultuosas, ano após ano, para abençoar os campos dos homens (V. «Os Santos que abalaram o Mundo» — René Fulop — Miller — Liv. José Olímpio — Fdit.). No primeiro século de nossa era entretanto já o felá com a sua junta de búfalos, empurrava a "roda da água", para irrigar os trigais e os algodoados. A "roda da água" era um instrumento rotineiro, dos tempos bíblicos.

A Bíblia andava, por aqui, de mão em mão. Mas o "beradeiro pernambucano nunca foi instruído para utilizar aquilo, que era em uso no tempo dos faraós e dos profetas. Por isso o velho barão dizia ao engenheiro Dombre: "Surtout de l'eau!" Não apareceu nem padre, nem bispo, nem monsenhor, nem vigário que aconselhasse o Povo a fazer aquilo que Santo Antão fazia, bem novo, na aldeiazinha do seu pai; encarapitado numa estranha espécie de assento; vigiando a procição infundável que deseja água a dentro e voltava a subir à margem; de potes de barro vazios e cheios, ligados aos raios salientes de uma roda vertical, montada sobre os dentes de uma outra horizontal, que os búfalos empurravam, vagarosa e constantemente, girando, girando, girando (V. livro acima citado, pág. 32).

Ninguém. O S. Francisco corria desde Petrolina à Santa Maria da Boa-Vista; subia até Cabrobó; descia a Belém de S. Francisco; fazia uma curva; tornava a subir; descia de novo até a Cachoeira de Paulo Afonso; mas ninguém se dava conta daquele tesouro inaproveitado.

A água, a bendita água, que o barão sugeria ao engenheiro Dombre, estava ali, perdida, correndo atôa, por um mundo-do-sem-fim. Ninguém dava por ela. Surgiu Antônio Conselheiro pelo desolado mundo do Nordeste como um novo profeta. Desapareceu. Veio o padre Cícero, "padrim" de todo o mundo; mais N. Senhora das Dores. Não deu jeito, não.

Até que, no governo de Barbosa Lima, o moço, em Pernambuco, a "roda da água" bíblica entrou em ação. Toda essa riqueza súbita da água; o povo endoidando de ver tanto dinheiro; surgiu de um pequeno e rotineiro instrumento, que há milênios se utilizava; e de que ninguém, entre nós, dava conta.

Chegou, porém, a hora de dar outra orientação ao primitivismo das práticas irrigatórias; e a Secretaria da Agricultura, no Encontro do Salgueiro, insiste pela instalação de bombas elétricas; ampliando-se as rês de eletrificação, nas margens do rio; e pelo aproveitamento da água, seja de que modo fôr; sejam quais forem os processos de captação e utilização; grande, média, pequena açudagem; barreiras; cisternas; canais; poços tubulares; perenização dos rios.

Assim se estenderão os benefícios, além da área do "beradeiro", com o objetivo de fixar o homem à terra, em condições normais de existência, dentro de tãda a área batida pela sêca.

A execução dêsses serviços não poderá ser atribuída, isoladamente, a nenhum órgão; federal, estadual ou municipal; mas a quantos tenham relações com o problema. Os serviços complementares do Açude Poço da Cruz; os trabalhos referentes a estudos e planos do canal Sobradinho-Moxotó (Eudes de Souza Leão); a irradiação do plano de armazéns e silos (Petronilo Santa Cruz); a perenização dos rios Pajeú-Brígida (Agamenon); a construção de cisternas para armazenagem das águas pluviais; a perfuração de poços na Serra do Araripe; a piscicultura nos pequenos, médios e grandes açudes; a construção de barragens nos rios do agreste; a defesa do solo, flora e fauna do Polígono; serviços sociais, educacional e sanitário da região sanfranciscana; financiamento agropecuário; transporte e escoamento da produção; tudo isso é um plano sobremodo complexo e que exige a contribuição de todos; se não quisermos que o drama das sêcas se renove, todos os anos, com a mesma e trágica seqüência de sempre. Para isso, porém, não valem palavras; mas fatos. Gastar-se numa região tão necessitada, quanto essa, em despesas suntuárias (teatros de 300 milhões de cruzeiros; automóveis de 1.400 contos e outros desperdícios) é cousa mesmo de doido.

Para que o Encontro do Salgueiro saia do plano das palavras, é necessário que o plano da «S.A.I.C.» seja quanto antes executado; desta ou daquela forma; e que os políticos não atrapalhem, como sempre atrapalharam, seja o Eudes, seja o Petronilo, seja ao próprio Aluisio e até ao falecido Agamenon; que, apesar do Estado Novo, sempre pensou e agiu, "politicamente"; muitas vezes no mau sentido, chegando a dizer demagógicamente, "que preferia errar com o povo a acertar contra o povo". — *Aníbal Fernandes* (*)

(*) Diário de Pernambuco. Recife, 7 de agosto de 1958.

III — O ENCONTRO DO SALGUEIRO

I — *Os Homens do Encontro* — Com aquela franqueza, que tem sido a minha desgraça, devo dizer que, ao dirigir-me ao sertão, para assistir ao encontro, não esperava defrontar em Salgueiro senão um aglomerado de homens dispostos a divertir-se, sob o pretexto de debater assuntos ligados aos problemas das sêcas nordestinas. Essa minha previsão não era nada descabida, porque já de nossos hábitos é quase uma praxe: — os homens sê reúnem com o objetivo de debaterem assuntos de "relevante importância": mas o que fazem, na verdade, é outra coisa — é divertir-se em programas previamente traçados pelos organizadores das "reuniões" e "conferências".

O que vi em Salgueiro, porém, foi muito diferente. Em primeiro lugar, nenhum "programa" social foi estabelecido oficialmente. Os homens do Encontro estavam imbuidos dos melhores propósitos, na busca de soluções tanto para enfrentar as causas quanto para combater os efeitos do fenômeno climatérico e periódico, que assola a região nordestina. Eram homens vindos desde o Maranhão e Bahia, incluindo-se uma representação de Minas Gerais, na parte em que êsse Estado entra no Polígono das sêcas. Eram técnicos, políticos e estudiosos dos assuntos em pauta, a discutir teses, a expor pontos de vista técnicos e sociais, sob a mais elevada inspiração. Em Salgueiro, os homens do nordeste trabalharam duro, até altas horas de madrugada friorentas. E houve mesmo uma sessão plenária que reencontrou o sol, no dia seguinte; sem que qualquer de seus integrantes afastasse o pé da sala de reuniões.

Das representações, que compareceram ao certame organizado por Barreto Guimarães (êste homem é um capitulo à parte na história do Encontro), não se pode dizer que esta ou aquela brilhou mais; pois tôdas estiveram à altura do cometimento. Os Estados participantes no Encontro enviaram homens competentes, conhecedores profundos de todos os problemas que iam ser debatidos. E o conclave, por causa disso, se transformou numa tertúlia magnífica de homens cultos e inteligentes que, mesmo no mais aceso dos debates, nunca desceram do alto nível de intelectualidade e de saber, a que foi elevado o Encontro de Salgueiro.

De minha parte, que já estou envelhecendo com as negações dessas reuniões, retornei da velha cidade sertaneja com uma nova concepção do que sejam nordeste, sêcas e a decantada improdutividade das áreas atingidas pelos fenômenos climáticos; e mais do que isso: — minha concepção do homem do sertão é outra, hoje. Quando Euclides da

Curha afirmou que o "sertanejo é antes de tudo um forte", exprimiu uma desnuda verdade. Verdade que, no meu conceito, deixou de ser uma frase puramente literária, um velho chavão, que todos repetem aéreamente, em face da concepção nova, que adquirir em Salgueiro.

Ficou demonstrado ali, por exemplo, que o nordestino não quer esmolas de ninguém. Ficou patenteado que o nordestino é um homem válido; tão válido e de tanta capacidade produtiva quanto quem mais o fôr, noutras regiões. A hostilidade do clima e das condições mesológicas, o homem do nordeste pode opor a técnica; a técnica que tem feito milagres em outros países possuidores de regiões piores do que esta nossa. E' clássica a expressão de que "o Egito é um presente do Nilo". Hoje, o Nilo é um escravo do Egito, isto é, da técnica a que os egípcios recorrem, para suborná-lo e fazê-lo produzir em benefício de tãda uma nação.

No nordeste do Brasil também temos um rio — o mais brasileiro de todos os rios perenes nacionais — que pode ser domado e obrigado a nos redimir de uma situação calamitosa, que vem desde séculos.

Para tanto, basta que os homens da República, cujo presidente prometeu ir mas não compareceu, resolvam encarar o nordeste por outro prisma de objetividade; por um prisma que nos equipare aos homens do sul, na sua capacidade de trabalhar e produzir para o engrandecimento da nação.

E o nordeste — isto foi dito e repetido inúmeras vèzes no Encontro do Salgueiro — quer produzir, quer trabalhar em bases técnicas para soerguer-se a si mesmo e para dar um sentido novo à nacionalidade. Daí porque os homens que compareceram ao Encontro do Salgueiro estiveram imbuídos dos melhores propósitos e do mais alto sentimento patriótico, ao debater e estudar os assuntos pertinentes à verdadeira redenção desta região que, até agora, tem sido aquela clássica "parte dos infieis", de que nos fala a história ("in partibus infidelium"). E na história de nossa pátria nunca figuramos como infieis; pois aqui, neste nordeste adusto e esquecido, foram fincados os marcos definitivos da unidade política nacional, com o sangue generoso e bom dos nordestinos, aos quais, hoje, a madrastra nação vem votando o mais completo desprezo. Desprezo que se acentua nas esmolas remetidas pelos governos centrais, quando ocorrem estiagens prolongadas e quando êsses mesmos nordestinos, que estiveram representados em Salgueiro, morrem e se estiolam à mingua de um planejamento, que não vem; de medidas objetivas e práticas, que se retardam indefinidamente, na mais criminoso e estapafúrdia indiferença.

Os Homens do Encontro, pois, não se reuniram para comes-e-bebes e ruidosos regabofes, como é quase da praxe. Estiveram reunidos sob uma bandeira; bandeira pacífica dos estudos objetivos e práticos dos problemas nordestinos, para equacioná-los e encaminhá-los aos poderes competentes, que não tiveram, nunca, tal iniciativa. De agora por diante já não será mais possível, aos governos centrais, se desculparem de não cuidar do nordeste à falta de estudos e planejamento dos nossos problemas. Os Homens do Encontro o fizeram, na ânsia patriótica de sermos integrados, efetivamente, na órbita do progresso nacional. — *Julio Barbosa* (*).

IV — O ENCONTRO DO SALGUEIRO

II — *Redenção do Nordeste* — Do modo pela qual as coisas foram dispostas no Encontro do Salgueiro (objetividade dos problemas), não há por que não dizer que, dos problemas ali estudados e equacionados, não resulte a verdadeira redenção do nordeste, por que esperamos há séculos. Tudo, agora, está na dependência da boa vontade e do espírito patriótico do govêrno federal. Se êste se encontrar com disposição de nos livrar da condição de mendigos, para integrar-nos no verdadeiro papel que podemos desempenhar na economia brasileira, não há dúvida de que o Encontro do Salgueiro terá sido o primeiro e grande passo decisivo para a nossa redenção econômica e social, pela revalidação do homem e da gleba nordestinos.

Aliás, o sub-título dêste segundo comentário sugere algumas considerações, não diretamente ligadas ao Encontro; mas com afinidades bastante acentuadas com o que ali se discutiu e se aprovou. É o caso daquela suspirada redenção nordestina, pela energia de Paulo Afonso. Desde séculos, sempre se disse, e se esperou, que a energia sanfranciscana promovesse a liberdade econômica de nossa região. Isto, porém, não se deu, rigorosamente falando. Foi um sonho que se tornou realidade; mas uma realidade bem diversa daquela que esperávamos. Tinha-se em mente que, uma vez realidade, a energia elétrica do São Francisco se transformasse numa espécie de ouro da Califórnia, carreando para o nordeste tôdas as atenções dos capitais sulinos e de outras regiões, inclusive, capitais estrangeiros, que aqui se investessem à base de energia barata, para desenvolvimento e florescimento de novas indústrias. O preço, todavia, dessa energia, que se anunciou barata, não convida a ninguém a fazer investimentos no nordeste. E

(*) Jornal do Comércio, Recife, 6 de agosto de 1958.

isto porque, em São Paulo, para citar apenas um Estado do Sul — justamente o mais poderoso e mais desenvolvido — a energia elétrica, que promove as riquezas e desenvolve o parque industrial, é muitas vezes mais barata do que aqui, onde a corrente emana da subjugação da Cachoeira famosa.

Esses aspectos não ficaram alheios no Encontro do Salgueiro. E isto porque a irrigação — digamos das margens do São Francisco — poderia ser feita à base de energia elétrica de origem hídrica, através de um sistema de eletrificação do vale. Mas não convém, agora, à C.H.E.S.F., eletrificar o vale do São Francisco; talvez porque as perspectivas de demanda não correspondam a um lucro imediato. No entanto, outra não foi a finalidade para que se criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco: — promover o desenvolvimento, sob os mais variados aspectos, da região nordestina, em que ela pudesse atuar.

A eletrificação não somente do vale como de uma grande e extensa área do sertão seria o primeiro passo para que a energia sanfranciscana cumprisse o seu objetivo primordial. A irrigação das margens do grande rio, como tive oportunidade de observar "in loco", na remota cidade do Cabrobó, é feita pelas empíricas rodas-d'água, por moto-bombas e por motores de energia termoelétrica; o que não deixa de ser até pilhérico, para uma região que é sede e fonte da mais poderosa usina de energia hidrelétrica do país, e uma das maiores do mundo.

Num capítulo especial, a irrigação, como base para a reavaliação econômica de Pernambuco e do Nordeste, será devidamente tratada. Mas antecipando conceitos, posso dizer que, o que vi em Cabrobó pelo sistema mais empírico e rotineiro de irrigação, dá uma idéia alentada do que será a nossa região quando pudermos dispor, no sertão de energia elétrica barata, para arrancar da terra, o que essa generosa terra pode dar, quando tratada por métodos técnicos e científicos, à base de energia. Basta dizer — e isto vai ser somente uma amostra! — que um hectare irrigado por processos rotineiros, está dando vinte toneladas de cebola, em média, naquele município sertanejo do São Francisco! E as terras irrigadas, tanto das margens do rio quanto das paragens mais secas, não dão somente cebola; dão tudo, propiciando uma policultura das mais fabulosas. A terra ainda é a mesma descrita por Caminha, que só se referiu, na sua correspondência a el-rei, ao litoral e possivelmente à zona da mata.

A revolução generalizada do nordeste, todavia, foi mesmo especulada no Encontro do Salgueiro. Tudo foi estudado à luz da reali-

dade trágica que nos sufoca. Não ficou nenhum ponto obscuro, ligado ao problema de nossa redenção econômica, que não fosse dissecado. Tinha-se a impressão de estar num vasto anfiteatro, no qual os tomistas da nossa realidade cascavilhassem, nervo por nervo, tegumento por tegumento, o cadáver exposto do nordeste.

Não é possível logicamente, que depois de tanto trabalho honesto e construtivo, o governo federal não mude de rumos, para encarar, de frente, os problemas nordestinos, com vontade firme e patriótica de solucioná-los, nos termos em que foram equacionados por técnicos, especialistas e estudiosos.

Se o governo federal, nas épocas das grandes catástrofes climáticas do nordeste, é presto em arranjar auxílios, que nos vêm às mãos em tonalidades de acinte, ofendendo e humilhando a quem os recebe, chegou, agora, a vez de o próprio governo federal se redimir perante a nossa região, dando as soluções aos problemas propostos e devidamente estudados no Encontro do Salgueiro.

Porque, uma cousa é verdadeira; e bom é que se diga, sem meos termos e sem meias tintas: — antes de êsses problemas terem sido estudados, havia a escapatória da não existência de estudos e de planos.

Não pegando, agora, a deixa que se oferece ao Governo Central, a paz social e política do Brasil pode ser perturbada; e tão profundamente, que é impossível fazer prognósticos. A perturbação, de certo, não virá pelos homens que se encontraram no Salgueiro; mas será consequência lógica e infismável da caracterização do descaso oficial pela sorte dos brasileiros do nordeste. E o nordestino não quer outra coisa senão paz, paz decorrente de um tratamento objetivo e igual para tôda a nação.

Há mouros na costa; e os pescadores de águas turvas estão atentos ao menor sinal de inquietação, gerada pelas clamorosas injustiças de que o nordeste tem sido vítima indefesa.

O nordeste — é bom que se repita não quer esmolas; não quer favores; dispensa a piedade que lhe tem sido demonstrada nas horas amargas, quer, somente, um tratamento equitativo e justo, de modo a que possa se ver redimido, para ombrear-se com o resto do país. Êsse, o espírito do Encontro do Salgueiro. Isso, o que vi e senti na minha pele de homem do nordeste. — *Julio Barbosa*. (*)

(*) Jornal do Comércio. Recife, 7 de agosto de 1958.

III — *Mentalidade Nova* — Já disse, num dos comentários anteriores, que retornei do Encontro do Salgueiro, aonde me levou um convite de Barreto Guimarães, com uma nova concepção do que sejam nordeste, sêcas e improdutividade das áreas atingidas pelos fenômenos climáticos. E acrescentava que minha concepção do homem do sertão é outra, hoje.

E, na verdade, retornei com uma mentalidade nova acêrca do complexo problema. Mentalidade que não é sômente minha, mas de todos os que, não conhecendo a questão da realidade gritante.

Vamos por partes. Primeiro, a idéia generalizada que se tem, no litoral e no sul, acêrca do sertão nordestino, é a de desertos infindos, onde só vegetam os cardos e a macambira; onde o solo é maninho, e no qual tudo é estéril, menos a desgraça, que viceja e floresce na miséria dominante.

Conforme o professor Josué de Castro, em feliz alocução no Encontro do Salgueiro, “no Brasil não há desertos, senão de homens capazes de resolver os problemas nacionais”. A diversificação da clima e as condições mesológicas de cada região não podem servir de pretexto a que se criem zonas privilegiadas; a que se amparem, ostensivamente, a umas e se vote o mais completo desprezo por outras, que aparentemente nada podem produzir.

É aqui, justamente, onde o carro emperra. O nordeste, com seu clima próprio e suas características particulares, e apesar desse clima e dessas particularidades, é uma região tão fértil e tão produtiva quanto as mais férteis e produtivas regiões do país, ou sejam, as chamadas regiões privilegiadas do sul, onde o principal perigo é constituído pelas geadas.

Aqui — e eu aprendi isso no Encontro do Salgueiro — o solo pode dar tudo, desde que o homem esteja armado da técnica, para criar condições ambientes ao aproveitamento da terra e do clima subjugando-os à sua vontade.

No nordeste, não há geadas. Mas há sêcas; há estiagens prolongadas, que estiolam tudo e que só não acabam com a esperança do nordestino, paciente e resignado.

Segundo, a concepção que se tem, em geral, do nordestino é a de faminto, de inútil e de desajustado, incapaz de produzir.

Nunca, em tempo algum, o conceito euclidiano foi mais atual do que agora: — “o sertanejo é antes de tudo um forte”. E é mesmo. O homem do sertão é saudável, como consequência do clima; o homem

do sertão é forte, como resultado da alimentação que, se é pobre de certos elementos nutritivos por um lado, por outro é rica de substâncias que contrabalançam e substituem, até, a carência daqueles. De um modo geral, o sertanejo é imune a certas doenças; não liga para as endemias, apesar do primitivismo de sua vida. E no dia em que houver condições sanitárias adequadas à sua vivência, juntamente com as condições de trabalho, que o fixem ao solo e o façam esquecer das sêcas e das estiagens, nesse dia o nosso sertanejo estará no mesmo pé de igualdade com os *super-homens* das chamadas regiões privilegiadas. Nesse dia, não haverá senão brasileiros do norte e do sul, todos iguais, no físico e na alma, nivelados pelo mesmo sentimento de patriotismo e de justiça social.

Estes conceitos, ou mais exatamente, essa concepção nova do nordestino, eu não a inventei: — assimilei-a no Encontro do Salgueiro. Porque êsse Encontro foi, igualmente, uma escola. O Professor Josué de Castro, por mais de uma vez, se referiu ao Encontro chamando-o de Seminário. E o conclave salgueirense, que reuniu o que de melhor, de mais sábio e mais competente, em homens, havia no nordeste calcinado pela indiferença dos governos centrais, foi acima de tudo um Seminário de Estudos técnicos e sociológicos, com o objetivo supremo de criar uma mentalidade nova na própria região, no próprio sertanejo que, como o Jeca-Tatú, de Lobato, vive mas não sabe por que e para que; vota, mas não sabe em quem, anestesiada pela desgraça e oprimido por milhões de toneladas de indiferença governamental.

Deliberei-me a fazer esta série de comentários, em tórno do Encontro do Salgueiro, com o objetivo de dar minha contribuição modesta de nordestino à divulgação do espírito daquele Encontro. Em linhas gerais, a imprensa — particularmente o JORNAL DO COMÉRCIO — deu magnífica cobertura, na divulgação do fato: pois que êsse é sagrado; sendo livre o comentário, conforme o mestre Aníbal Fernandes. E no terreno do comentário livre ha muito o que respirar, como contribuição à formação da nova mentalidade nordestina, que em Salgueiro se plasmou.

É falsa, portanto, injusta e discriminatória a concepção de que o homem desta região, o sertanejo nordestino, é um inútil, improdutivo, desajustado.

Já foi dito, alhures, que o nordeste, com os seus problemas, suas sêcas e suas estiagens, só faz pesar no erário da nação. Já houve, até, quem sugerisse (Cincinato Braga, se não me engano) o abandono

da região, por improdutivo e estéril. Tudo isso é mentira; é engodo, para criar um complexo de inferioridade no homem do sertão e do nordeste em geral.

Foram os próprios nordestinos que, em Salgueiro, me ensinaram isso, no fabuloso Seminário que ali se realizou, por iniciativa do presidente da Comissão da Área das Sêcas, da Assembléia Legislativa de Pernambuco — o deputado Barreto Guimarães.

O nordeste, apesar de tôda a propaganda em contrário, é uma região rica e fértil, que se presta, principalmente, no sertão, às maravilhas da policultura agrícola, e bem assim da pecuária nos seus mais variados aspectos.

O que falta, para que o nordeste se realize como região produtiva é um programa objetivo do govêrno federal, visando à solução dos problemas básicos que nos afligem; o que falta é o govêrno central olhar para a nossa região com espírito patriótico, vendo em nossa gente um povo capaz de arrancar do solo o que o solo pode dar, sob os efeitos da técnica benfazeja. Porque, se a técnica pode mudar o facies de regiões desérticas noutros países e noutros continentes, como é a caso de certas áreas dos Estados Unidos e da África, também poderá operar o mesmo milagre nesta parte do país, que não possui desertos senão de homens, como bem o disse o autor de "Geografia da Fome".

Os Governos Federais têm se jactanciado de já haver a União gasto bilhões de cruzeiros com o nordeste, no combate aos efeitos das sêcas. Esses bilhões têm vindo, na verdade. Mas em que caráter? Em caráter de esmolas, que queimam as mãos de quem as recebe. E, além disso, o dinheiro é gasto bestamente; pois é parvoíce combater efeitos; quando o justo, o sensato, é ir às causas, para anulá-las ou contorná-las,

Já de agora por diante não é mais possível mandar dinheiro em caráter de esmola. Os homens do nordeste, os técnicos do nordeste, os cientistas nordestinos, os políticos da região, se agruparam no Encontro do Salgueiro, bem no coração das sêcas, para estudar os problemas, equacioná-los e encaminhá-los ao Govêrno Federal, afim de que êste determine a imediata planificação das obras a realizar, utilizando — naturalmente — o dinheiro que nos tem sido remetido por esmola, através de "pontes aéreas" mais ou menos demagógicas; utilizando as dotações orçamentárias, prescritas na Constituição.

O homem do nordeste, o sertanejo nordestino, não precisa de esmolas; precisa, antes, de que os administradores do país despertem dêsse longo letargo em que mergulharam, mandando em nosso socorro

não dinheiro eleitoral, não xarque, não bacalháu, não farinha do barco, não arroz, não leite do FISI, mas técnica. Técnica que nos libertará e nos dará uma carta de igualdade para com o resto da nação. — *Julio Barbosa.* (*)

VI — ENCONTRO DO SALGUEIRO

IV — *Irrigação como Solução Real* — Tudo quanto já foi dito, no que tange às soluções técnicas para a redenção do nordeste, se resume nisto: — irrigação, como fonte real para nos emancipar da fome e da condição de sub-homens de uma região brasileira.

A irrigação, porém, depende da "Obtenção e utilização das águas na zona das sêcas" (II Tema do Encontro) e um dos mais importantes do conclave salgueirense.

Não abordarei, neste comentário, o aspecto do tema n. 2, do Encontro do Salgueiro, porque êsse será focalizado num capítulo especial, relacionado, diretamente, com o plano do Canal Sobradinho-Moxotó.

Falemos, então, dos milagres da irrigação, de que sou testemunha ocular, na zona mais sêca e mais adusta do sertão pernambucano. No próprio município do Salgueiro há um exemplo frisante do que pode a irrigação racional das terras sêcas: — a Fazenda do Coronel Veremundo Soares.

A gente dizendo o que é essa Fazenda, parece mentira encomendada, de campanha eleitoral. Só mesmo quem viu aquêle vale verdejante, num violento contraste com a caatinga circunjacente, esquelética e cinzenta, é que pode aquilatar e fazer uma idéia do extraordinário poder da técnica irrigatória, como solução para os problemas das grandes estiagens nordestinas; e como prova de que a nossa região é tão rica e tão fértil quanto às mais férteis e ricas regiões privilegiadas do Brasil.

Veremundo Soares construiu, por iniciativa própria, um açude nos terrenos de sua Fazenda. Um açude com capacidade para cinco milhões de metros cúbicos. E com êsse reservatório desafiou a hostilidade do meio (Salgueiro é sertão danado), fazendo brotar da terra ressequida um verdadeiro oásis verdejante, no qual ninguém pode acreditar, se não o vir com os próprios olhos.

(*) Jornal do Comércio. Recife, 14 de julho de 1958.

No Brasil há um mal crônico, de quatrocentos anos (diga-se isso em homenagem à verdade), que é a falta da iniciativa privada. Enquanto nos países mais adiantados do mundo a iniciativa privada é tudo no Brasil nada se faz sem a iniciativa do governo. E como, de resto, o governo nunca toma iniciativa de nada, conseqüentemente, nada se faz neste belo e apolíneo gigante adormecido.

Contrariando a regra, porém, já existem várias iniciativas de caráter privado, que são verdadeiros exemplos a serem imitados. Somente que, no caso específico do nordeste, e porque já nos acostumamos a esperar tudo do governo, a iniciativa privada não tem expressão, como solução definitiva para os problemas das sêcas. Entretanto, nesse capítulo da irrigação racional, por meio da técnica, a iniciativa particular, mesmo na sua pouca expressão, pode servir de exemplo ao governo para as grandes e definitivas soluções, conforme foi amplamente esclarecido no Encontro do Salgueiro.

Ora, nas terras irrigadas da Fazenda de Veremundo Soares dá de tudo: — laranjas só comparáveis com os espécimes da área correspondente dos Estados Unidos, que é a Califórnia, onde a irrigação transformou a face daquela região realmente desértica. Na Fazenda do Veremundo Soares há canaviais, de que se fazem aguardente e rapadura; há coqueiros frutificando; há verduras e legumes, milho e feijão, algodão e roça; e tudo o mais que se plantar. Há, até que pareceria estranho, tratando-se do sertão nordestino — parreiras produzindo a melhor uva do tipo moscatel finíssimo, com duas safras anuais. E por diletantismo, para passear a sua velhice sadia de oitenta anos, que Veremundo Soares de Sá se dá aquilo que seria um descoco de promover essa verdadeira policultura nas terras de sua fazenda. Ele o faz com objetivo de lucro imediato; lucro que obtem, como paga de seu trabalho honesto e construtivo; e mais do que isso, exemplaríssimo.

Mas como obtém ele essa magnífica policultura em suas terras, que seriam tão sêcas e improdutivas quanto as terras, que lhe ficam nas visinhanças e que formam um violento contraste com o seu vale verdejante?

A resposta é simples e clara: — pela irrigação racional e técnica, quanto pela elevação eletromecânica. Possui uma usina geradora quanto pela elevação eletromecânica. Possui uma usina geradora (têrmoeletricas) que lhe move as fábricas e bombeia as águas do reservatório para as elevações do terreno, de onde são canalizadas para os campos de cultura.

Sendo assim, e desde que nem todos podem tomar iniciativas dêsse porte, seria justo (seria, não; o tempo do verbo foi mal empregado) será justo que o governo federal tome a si a iniciativa, para solucionar o problema das sêcas do nordeste, pelo processo da irrigação.

Além do mais, o exemplo da Fazenda de Veremundo Soares não é único, embora seja o de maiores proporções naquela zona ressequida.

Mas, deixemos Salgueiro, que é o coração do sertão adusto. Vamos às margens do São Francisco, onde um incipiente sistema irrigatório está sendo posto em prática, se bem que com fabulosas vantagens. Vamos ao município do Cabroró, onde floresce uma violenta civilização da cebola; e onde, só com muito esforço dos técnicos, está sendo tentada uma diversificação de culturas, para evitar-se decepções e prejuízos maiores, quando a "allium cepa" não dá preço nos mercados do Sul.

Levado pelo entusiasmo beneditino do agrônomo Eudes de Scusa Leão Pinto — apóstolo da redenção do nordeste pela irrigação racional e técnica — fui até à velha cidade marginal do São Francisco para ver, com os meus próprios olhos, o milagre que ali se produz. Em certa ocasião, visitando a Cachoeira de Paulo Afonso (antes da Hidro-Elétrica), lá encontrei, no respectivo livro de impressões, esta patética exteriorização de entusiasmo e alumbramento: — "Vim, vi e fiquei besta" (as pessoas que já visitaram a Cachoeira, do lado das Alagoas, sabem disso: é fato concreto).

Pois bem. Eu poderia dizer a mesma coisa, se não controlasse os meus entusiasmos, em relação ao que vi nas margens do São Francisco no tocante ao milagre da irrigação. Porque o que ali se vê é puro milagre da técnica, vencendo a hostilidade do ambiente. Pelo sistema mais rudimentar de irrigação, que é o roda-d'água e da moto-bomba um hectare de terra produz, em média, vinte toneladas de cebola, do tipo Canárias. Troque-se cada quilo do produto por vinte e cinco cruzeiros, que é o preço de venda no local, e ter-se-á uma soma apreciável.

Mas mesmo que tãda a margem do São Francisco seja técnica e cientificamente irrigada, não resolverá, no total, o problema da fixação do homem nordestino ao solo; pois as áreas da margem são limitadas, uma vez que a elevação do liquido precioso, pela ausencia de eletrificação, barata, não vai a mais de vinte e cinco metros de altura; o que não dá alcance para penetração mais longa.

Qual a solução definitiva e real para êsse problema da irrigação racional, barata e eficiente?

A resposta foi dada pelo engenheiro agrônomo Eudes de Sousa Leão Pinto, ao defender a tese da construção do Canal Sobradinho Moxotó, tese que foi aprovada por unanimidade na Segunda Comissão e na sessão Plenária do Encontro do Salgueiro, com recomendação de prioridade número um, para as reivindicações a serem feitas ao governo federal. A construção desse Canal será a pedra de toque de tudo que se pretender, no que tange à redenção do nordeste, aquela irrigação de uma área de um milhão e duzentos e seis mil hectares de terra, no estado de Pernambuco. E o Canal Sobradinho-Moxotó será o tema do próximo comentário. — *Julio Barbosa.* (*)

VII — O ENCONTRO DO SALGUEIRO

V — *O Canal Sobradinho-Moxotó* — Não vamos sofismar nem fazer circunlóquios: — tudo quanto se disser sobre fixação do sertanejo nordestino ao solo se traduz tão-sómente por água. E já que não se pode disciplinar as precipitações pluviométricas, para que elas sejam feitas regularmente, no tempo oportuno (apesar das pachezadas do Dr. Janot), a solução é recorrer à técnica, com o fim de contornar a situação.

Em certa ocasião, ouvi de um padre, em Paulo Afonso (quando a inteligência e a técnica de nossos engenheiros domavam o braço mais impetuosos do grande rio) esta, expressão, que nada tem de patética nem de sacrilega, partida de um sacerdote: — «A obra do homem, aqui, é superior à Deus».

É o padre estava certo. Porque se Deus havia feito aquêl mundo, deixando-o em sua forma mais primitiva, concedera ao homem o dom supremo da inteligência para modificá-lo e colocá-lo a serviço do bem-estar do próprio homem, numa exaltação à magnificência do Criador.

Ora, nesta região do país, que todos sabemos abençoado por um Cruzeiro de estrêlas, não chove regularmente, oportunamente, por um designio insondável das atribuições de Deus. Isto, porém, não quer dizer devamos nos conformar com essa situação, desertando o nordeste, ou permanecendo na triste postura em que nos encontramos, desde séculos, à espera das providências dos governos centrais, que não vêm nunca (pelo menos, até agora, providências sérias e objetivas com o fim de resolver o problema jamais vieram).

(*) Jornal do Comércio. Recife, 14 de agosto de 1958.

Se não chove, a técnica — como resultado da inteligência dada por Deus ao homem — pode resolver a questão, já resolveu noutras partes do mundo; já resolveu na África, no Oriente Próximo e nos Estados Unidos.

A água, no sertão, pode ser obtida — para irrigação das terras — por meio da rudimentar cisterna (colhendo água das chuvas, quando houver precipitação), do poço tubular, da roda-d'água e das moto-bombas (às margens do São Francisco), e pela perenização dos rios de caudal periódica, através de barragens sucessivas (idéia Agamenon Magalhães, para o Pajeú e Brigida); e, ainda, pela pequena e grande açudagem. Esta, do ponto de vista oficial, não tem dado os resultados que seriam de desejar, uma vez que, ao lado dela, o governo federal não tem planos de irrigação; ou, se os tem, a sua prática fica muito aquém do suspirado, sem embargo das fabulosas somas que a União tem gasto com os grandes e pequenos açudes.

Já vimos, em comentários anteriores, os exemplos de irrigação científica e objetiva na Fazenda de Veremundo Soares; e bem assim o milagre que está sendo operado às margens do São Francisco com a moto-bomba e a roda-d'água, apesar do seu empirismo e de suas limitações.

A construção do Canal Sobradinho-Moxotó, não resta dúvida, será o ponto culminante da obra de fixação do sertanejo ao solo, pela extensa área que beneficiará. Serão um milhão e duzentos e seis mil hectares de terra, técnica e cientificamente irrigados pelos processos mais modernos, que dispensam a roda-d'água e moto-bomba, uma vez que, numa extensão de mais de trezentos quilômetros, a água será conduzida aos campos de cultura pela gravidade. E a isto se acrescenta a circunstância de que a água poderá atingir grandes distâncias da margem do Canal; não ficando a irrigação adstrita, como nas margens do São Francisco, a uma área limitadíssima pela impotência das moto-bombas e das rodas-d'água.

Argumentar-se-á, e já se tem objetado, que uma obra dessa natureza e dêsse porte, custará somas fabulosas; pelo que parece impraticável a observadores menos avisados.

Entretanto, se levarmos em conta que o governo federal tem gasto bilhões, para combater os efeitos das secas nordestinas, a despesa com a construção do Canal — por maior que seja, ou venha a ser — justificará o emprêgo do dinheiro porque, em futuro bem próximo, depois da construção, reverterá numa espantosa economia: não só das verbas que periodicamente são remetidas para o nordeste, afim de combater

os efeitos das estiagens, mas — e sobretudo — porque as terras irrigadas pelo Canal darão resultados imediatos, que irão pesar, preponderantemente, na economia regional e nacional além de resolver profundos problemas sociológicos.

Com os argumentos aqui expostos, não se quer dizer que a irrigação das margens do São Francisco seja abandonada. Ao contrário, deve ser incrementada; porém em bases técnicas e científicas, como complementação da obra de fixação do homem sertanejo ao solo; se bem que, para conseguir-se a ampliação da irrigação marginal do grande rio, levando-se as suas águas a quilômetros além das margens, seria preciso a eletrificação da região, com o aproveitamento do potencial hidrelétrico de Paulo Afonso.

No encontro do Salgueiro, o engenheiro agrônomo Eudes de Sousa Leão Pinto, autor do plano, defendeu brilhantemente a sua tese. E não será de mais repetir, aqui, palavras suas, naquele conclave:

“Se há um meio de redimir o nordeste, com objetividade e elevação patrióticas, êsse meio tem de ser a construção do Canal Sobradinho-Moxotó”.

A história do nordeste, no que se relaciona com as secas, terá de ser contada, daqui para diante, como antes e depois do Encontro do Salgueiro. Antes, porque nada havia de estudos e de planos; depois porque dali resultaram estudos e planos de todos os problemas relacionados com as secas e com a fixação do nordestino ao solo, para revalidação da região e do homem regional. E o governo federal, a quem será afeta a questão, não poderá se omitir das soluções sugeridas no certame salgueirense. Êsse plano do Canal já foi objeto de uma reunião no Ministério de Viação e Obras, há anos, tendo empolgado o então titular da pasta e os seus técnicos, que o encararam como perfeitamente viável e sobretudo como solução objetiva e prática para o problema das grandes estiagens por estas bandas.

Isto quer dizer que, encaminhado, agora, ao governo central, como indicação das resoluções do Encontro do Salgueiro, deverá a União interessar-se pelo plano, a fim de determinar as providências imediatas à sua realização; partindo da premissa de que há, realmente, interesse pelos problemas do nordeste. Até o levantamento aéro-fotogramétrico da região a ser cortada pelo Canal já foi feito pelo Serviço de Aéro-Fotogrametria da Cruzeiro do Sul. Donde se deduz que tôdas as providências, do Estado de Pernambuco, já foram tomadas, com o

objetivo de que o governo central se interesse pelo assunto, a fim de contribuir, patrioticamente, para a revalidação do homem e da região nordestinos. — *Julio Barbosa.* (*)

VIII — ENCONTRO DO SALGUEIRO — ELETRIFICAÇÃO RURAL
CONTRA, O VOTO DA CHESF

A iluminação elétrica da cidade de Cabrobó, recentemente inaugurada, é um atestado eloquente da má vontade da CHESF para com a eletrificação rural e o fornecimento do motor diesel pela Comissão do Vale do São Francisco para a usina termoelétrica é a confirmação de que a prepotente companhia insiste nos seus pontos de vista de franca inimiga do sertanejo.

É interessante notar que a Comissão do Vale do São Francisco tem verba para financiar as rêsdes aéreas pela margem do rio, porém a CHESF permanece indiferente criando uma série de desculpas desca- bidas, com sua diretoria onipotente.

Há mais de dois anos o dr. Alves de Campos de passagem por Itacurubá prometia ao sr. Anibal Cantarelli a inauguração da luz para junho de 1956.

O velho ribeirinho sanfranciscano já farto de tanta conversa fiada declarou que já estava cansado de ver chegarem por aquelas paragens corpos sem cabeça, ao que respondeu o presidente da CHESF que daquela vez haviam chegado cabeças para os corpos. Infelizmente, o rude sertanejo é quem estava com a razão, são decorridos dois anos da data da promessa e apesar da CHESF ter financiado todo o serviço até Itacurubá e estar com um engenheiro residindo no local à espera de energia para iniciar os trabalhos da instalação da Estação Piloto de Eletrificação Rural, a redentora de mais um «trust» elétrico alheia a importância social do problema do nordeste e indiferente à situação do povo da região, continua impavidamente transportando a eletricidade para os grandes centros através de suas gigantes tórres de aço como que a indicar ao sertanejo o roteiro para um completo êxodo rural.

Nenhum diretor da CHESF se dignou comparecer ao encontro do Salgueiro, naturalmente tratava-se de um ambiente muito subalterno para tão altas personalidades. Mandou apenas um funcionário para

(*) Jornal do Comércio. Recife, 10 de agosto de 1958.

votar contra a tese de eletrificação rural, unânimeamente aprovada na comissão e plenário dos engenheiros Arnaldo Barbalho e Rildo Marques.

A justificativa é típica da CHESF — inimigo n. 1 do nordeste — “afirmando não constar dos planos imediatos daquela empresa a eletrificação rural”.

Será que os luminaires do novo polvo elétrico vão esperar que todo o sertão passe à zona urbana para, então, cogitarem da distribuição da energia?

O engenheiro Assis Scaffa, diretor-superintendente da C.V.S.F. está assombrado com os gastos da CHESF para realizar qualquer trabalho. De fato a CHESF tem a mania das grandezas, queima pólvora alheia, age com tal supertécnica que tudo ali tem que custar os olhos da cara, é mesmo para fazer o povo sair espavorido.

Pernambuco é o trecho do São Francisco mais sacrificado com este aspecto melancólico dos cabos metálicos atraindo os sertanejos para o litoral a fim de observarem o que estão fazendo com a força da Cachoeira que Delmiro Gouveia começou a disciplinar para a verdadeira redenção do nordeste. Infelizmente o gigante sertanejo foi abatido pelas forças do poder econômico.

Pernambuco é o único Estado do Vale que vem mantendo uma produção agrícola capaz de fazer aparecer no sul do país o nome do São Francisco. Com mais de 600 conjuntos de moto-bombas, sendo mais da metade financiada pela Secretaria de Agricultura do Estado e o restante pela Comissão do Vale do São Francisco e do Ministério de Agricultura, tem um consumo mensal de Cr\$ 1.600.000,00 de óleo combustível e podemos dizer que está com sua produtividade estagnada por falta de força para elevar a água de irrigação.

Devemos esclarecer que, os caboclos do São Francisco iniciaram os serviços de irrigação se valendo das rodas d'água, sendo logo em seguida auxiliados pelo Estado com os moto-bombas, aumentaram a produção de cebolas tornando-se o único trecho do grande rio com expressão econômica no setor agrícola.

Urge portanto a solução do problema da eletrificação rural independente das condições “anti-técnicas”, exigidas pelos donos das terras sanfranciscanas. — *Jair Meireles.* (*)

(*) Diário de Pernambuco. Recife, 17 de agosto de 1958.

IX — COMISSÃO DA ÁREA DAS SÊCAS

Recife, 9 de julho de 1958.

Recebemos do deputado Barreto Guimarães: Senhor engenheiro-agrônomo Guido Fernandes — Tenho a honra de comunicar a V.S. que esta Comissão tomou a iniciativa de promover na cidade pernambucana de Salgueiro, um *Encontro* das Comissões da Área das Sêcas das Assembléias Legislativas dos Estados do Nordeste e bem assim dos respectivos Governos e órgãos técnicos federais e estaduais ligados aos problemas resultantes da estiagem prolongada.

Os objetivos do *Encontro do Salgueiro*, que será realizado nos dias 29 de julho a 1 de agosto próximos, com o comparecimento já confirmado, do exmo. sr. Presidente da República, podem ser assim definidos:

a) início de um planejamento, em bases técnicas, racionais e científicas, para a solução dos problemas decorrentes da estiagem prolongada;

b) elaboração de um plano de reivindicações imediatas que será apresentado ao Chefe da Nação;

c) fortalecimento da unidade de ação do Nordeste, para poder reivindicar em termos regionais.

Em reunião havida nesta Assembléia, esta Comissão, em consonância com vários técnicos identificados com os problemas nordestinos, organizou o *Temário do Encontro*, sob cujos itens serão elaboradas e estudadas as teses que forem levadas à consideração dos congressistas, assim concebido:

- I — Aspectos Econômicos e Sociais da Sêca no Nordeste;
- II — Obtenção e Utilização das Águas na Zona Sêca;
- III — Transportes, Comunicações e Abastecimento;
- IV — Alimentação, Educação e Saúde Pública;
- V — Elaboração de uma Carta-Acôrdo, visando ao fortalecimento da Unidade de Ação do Nordeste.

Para assegurar o êxito do referido conclave, que, não bastante o seu caráter regional, se reveste de indiscutível sentido nacional, esta Comissão considera indispensável a colaboração de V.S. que é, inegavelmente, um estudioso dos problemas desta região e com os quais está identificado.

Diante do exposto, tenho a satisfação de, em nome da Comissão da Área das Sêcas da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, convidar V. S. para participar do *Encontro do Salgueiro*.

Nesta oportunidade, apresento à V.S. os meus protestos de elevada consideração e distinto aprêço. *Barreto Guimarães* — Presidente. (*)

X — A INCORPORAÇÃO DO NORDESTE AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Salgueiro, 2 (De Alexandrino Rocha, enviado especial do *Jornal do Comércio*) — O deputado Barrêto Guimarães, presidente da Comissão da Área da Sêca e idealizador do Encontro que tomou o nome desta cidade, ontem, à tarde, ainda a bordo do avião da "Real" que conduzia os convencionais ao Recife, prestou à imprensa, as seguintes declarações:

"Não creio que haja uma opinião divergente entre os que participarem do Encontro do Salgueiro. Todos haverão de dizer que atingimos, plenamente, os objetivos desse conclave. Era de ver-se o entusiasmo e o interêsse dos convencionais durante as reuniões das diversas Comissões e nos debates em plenário. Era de ver-se o alto nível em que foram colocados as discussões. Nenhuma preocupação que não fôsse a de imprimir um sentido regional às recomendações; nenhum propósito diferente da orientação a que todos se traçaram de defender, com patriotismo, esta região do país, lutando pela solução dos seus problemas de base".

Técnicos e Politicos

"Esse conclave revelou o quanto pode a harmonia entre os homens públicos e os técnicos e estudiosos — continuou o deputado Barrêto Guimarães. Um completando a ação do outro: o técnico e o político poderão realizar a grande e inadiável obra de incorporação do Nordeste ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Volto ainda mais otimista quanto às nossas possibilidades de recuperação desta região brasileira.

"Quero, ainda, destacar uma constante que perdura no pensamento de tôda a região: se não fortalecemos o Nordeste, através da

(*) Diário de Pernambuco. Recife, 17 de agosto de 1958.

solução dos seus problemas, teremos anunciada a própria unidade política da Nação. Por isto, o sentido patriótico da reunião de Salgueiro, foi dos mais nítidos”.

Agradecimento

Concluiu o presidente da Comissão da Área da Sêca: “Rendo a minha homenagem aos técnicos e estudiosos do Nordeste que demonstraram, mais uma vez, a sua grande capacidade e o seu inestimável valor. Louvo e agradeço a hospitalidade da família salgueirense, tão generosa e tão cativante. Exalto o estímulo da presença de tôdas as autoridades. Agradeço a magnífica e impressionante colaboração que nos prestaram êsses bravos e inteligentes jornalistas de Pernambuco. Finalmente, a minha gratidão a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram para que pudéssemos realizar êsse Encontro de Salgueiro, marco zero da unidade de ação do Nordeste em defesa das suas reivindicações e dos seus mais legítimos interesses”. (*)

XI -- “DE TANTO ESFÔRÇO, ALGO VAI RESULTAR”

Salgueiro 2 (De Julio Barbosa, enviado especial) — Argüido sôbre se acredita em que, do Encontro, decorrerão benefícios práticos e objetivos para o Nordeste, o sr. Veremundo Soares, com tôda aquela franqueza característica do sertanejo tarimbado e superlativamente vivido, abanou a cabeça para deixar transparecer um pouco de descrença, que não é sua, mas de todos os homens da sua malsinada região;

“Não creio — disse — que todos os assuntos que aqui estão sendo debatidos com espirito patriótico e desinterêsse pessoal venham a ter as soluções pelas quais nós, os sertanejos, esperamos desde que Pedro Alvares Cabral — por acaso, como se diz — descobriu o Brasil. Entretanto, não generalizo a minha descrença; é provável que, de tanto esforço bem intencionado, alguma coisa resulte de útil para a nossa região. De todo êsse sacrificio, de tôda essa trabalhadeira que os nordestinos estão tendo em Salgueiro, se resultar apenas um grão de milho em nosso favor, já é uma conquista, melhor do que nenhuma. Mas vale esperar do que desesperar”. (**)

(*) Jornal do Comércio. Recife, 3 de agosto de 1958.

(**) Jornal do Comércio. Recife, 3 de agosto de 1958.

XII --- HOMEM DO NORDESTE PERDEU O INSTINTO

Lembrando Exemplo da Formiga

Salgueiro, 2 (Do enviado especial Alexandrino Rocha) — “Sabemos normalmente que em cada dez anos temos oito praticamente normais, que permitem produção compensadora. O problema é, então, produzir o máximo para mantermos a estabilidade econômica nos anos de baixa pluviosidade” — declarou o prof. Carlos Vitor de Farias, diretor do Departamento da Produção do Estado da Paraíba, e que participou ativamente dos debates de *Salgueiro*. Ex-Catedrático da Escola de Agronomia do Nordeste (cadeira de Genética) o prof. Carlos Farias, que tem curso de especialização na Inglaterra sobre economia agrícola, prosseguiu em suas declarações afirmando:

— «Nós, homens do Nordeste, perdemos dois fatores de êxito básico: o instinto e o bom senso, pois não guardamos nada, contrariamente à formiga, sem inteligência. O problema é criar uma estabilidade econômica para dar poder ao homem de atravessar favoravelmente os períodos difíceis. O problema, fica, então, ligado à necessidade de conseguirmos tecnicamente produções compensadoras das bases econômicas e de subsistência. Aparece, em primeiro plano, o algodão perene, como forte base econômica, bem como o milho, em segundo lugar, como elemento de subsistência de real valor”.

Camelo Vegetal

— “No campo algodoeiro — prosseguiu o prof. Carlos Farias — novas linhagens de algodão que rivalizam o algodão egípcio, foram conseguidas, cuja produção compensadora já começa nos primeiros anos. É necessário frisar que o algodão mocó é, na realidade, uma xerófita (planta que produz com pouca água) altamente importante porque chega a produzir com curvas de chuvas baixíssimas, desde 200mm, constituindo-se, dessa forma, um valiosíssimo patrimônio econômico sendo um verdadeiro camelo vegetal”.

Previsão da Produção

Acrescentou, em seguida:

— “A genética moderna tem permitido avanços técnicos com purificações rapidíssimas, explorando-se raízes duplas, sendo que uma delas é haploide (que tem uma só batéria de cromossomos que são duplicadas por intermédio de alcaloídes especiais). Trabalhos que levariam anos podem ser feitos, hoje, em poucos dias. O trabalho científico combinado com a enxertia permite a previsão exata da produção em grande escala, trabalho êsse que pode ser feito com nossos

concorrentes, que trabalham em base de alçadas anuais. O Nordeste realmente apresenta, para essa espécie de exploração, um futuro bem promissor, pois o Polígono das Sêcas é a região tecnicamente aconselhável para produzir fibras e óleos.

Híbridos Precoces

Com relação ao milho, o prof. Carlos Farias afirmou:

— “Trabalhamos, atualmente para conseguir variedades ou híbridos altamente precoces, cuja produção esteja garantida com 60 dias, pois nós sabemos que normalmente contamos com dois meses de chuvas regulares. Esta é realmente a aplicação da técnica, adaptando as variedades das plantas cultivadas às chuvas. Trabalho idêntico deve ser feito com as leguminosas fornecedoras de proteínas de origem vegetal aos homens da região da sêca. Essas medidas visam a garantir a produção de todos os anos para enfrentar os anos de carências híbridas”.

E concluiu:

— “Estamos convencidos de que os problemas básicos do Nordeste podem ser vencidos pela técnica, como já provaram outros povos”. (*)

XIII — O B.N.B. RECEBE CRÍTICAS: JÁ NÃO ATENDE ÀS FINALIDADES QUE MOTIVARAM SUA CRIAÇÃO

A Atual Orientação é Apenas Comercial

Salgueiro, 30 (De Alexandrino Rocha, enviado especial) — As cinco comissões iniciaram seus trabalhos de debates de teses e estudos de planos. Na comissão de “Alimentação, Educação e Saúde Pública”, presidida pelo deputado Josué de Castro, este criticou violentamente o Banco do Nordeste Brasileiro, afirmando que o mesmo não está atendendo às finalidades para que foi criado. Sua crítica baseou-se em três pontos, a saber:

1º) O Banco do Nordeste deve fugir da sua atual orientação comercial, devendo incentivar investimentos agrícolas;

2º) Não devem prevalecer as desculpas de que os projetos enviados ao B. N. B. são mal elaborados, já que aquela organização tem uma equipe de técnicos que deveria tratar do assunto;

3º) Não se justifica que o Banco do Nordeste Brasileiro tenha um grande encaixe não aplicado, quando a imensa região do Polígono tem necessidade de empréstimos.

(*) *Jornal do Comércio*. Recife, 3 de agosto de 1958.

Ouvido pela reportagem, o deputado Josué de Castro esclareceu que a fome do Nordeste não é fruto, apenas, de falta de alimentos; mas de capitais, também. "Trata-se de uma zona subdesenvolvida, necessitada de injeções de capitais que permitam a expansão de sua economia".

O deputado Orlando Parahym apoiou o ponto de vista do parlamentar pernambucano, lembrando que jamais tivera conhecimento da existência efetiva do B. N. B., aqui no sertão.

O deputado Josué de Castro concluiu suas violentas críticas à organização do Banco do Nordeste, propondo uma reunião especial de sua Comissão, com a finalidade precípua de debater o assunto.

A Defesa Do Banco Não Se Fêz Esperar

Salgueiro, 30 (De Alexandrino Rocha, enviado especial) — Dois representantes do Banco do Nordeste Brasileiro, srs. Joaquim Batista e Rubem Costa, ouviram atentamente as críticas feitas à sua organização, pelo deputado Josué de Castro.

A tarde, os dois delegados do B. N. B. fizeram uma exposição detalhada da questão, esclarecendo que, se o Banco não aprofundou ainda mais o seu campo de ação, é porque não tem idade para isso. Além dos 28 núcleos, espalhados por todo o Nordeste, trata, agora, da criação de mais 17, com gente capacitada e especializada.

Sobre a Caixa de Crédito Agrícola, afirmaram que o Banco, de fato, ainda não está ajudando aos 12 milhões de agricultores nordestinos, mas já possui cerca de 300 milhões de cruzeiros emprestados.

Um representante de Sergipe aparteu o orador, argumentando que sairá daqui levando essa mensagem de esperança aos seus colegas agricultores sergipanos. Fará isso com empenho, porque o Banco do Nordeste, em seu Estado, é conhecido apenas de nome.

Os representantes do B. N. B. responderam que o deputado e agricultor de Sergipe não estava bem esclarecido sobre as atividades do Banco do Nordeste. Recomendaram-lhe um pouco mais de espírito de pesquisa: deveria ele pagar um agricultor de seu Estado e fazer uma experiência. Mandá-lo ao Banco solicitar empréstimo e aguardar os acontecimentos. "O Banco só não empresta dinheiro, através de sua Caixa de Crédito Rural, a quem não possui terra. Temos o cuidado, igualmente, de só entregar dinheiro a quem, de fato, souber empregá-lo. Não nos interessa jogar dinheiro fora, nem tampouco executar ninguém. Queremos orientar os agricultores e esclarecê-los, na medida do possível, como empregar esses empréstimos".

Encontro tem seu encerramento hoje

Salgueiro, 31 (De Alexandrino Rocha, nosso enviado especial) — Os trabalhos do Encontro se encerrarão amanhã, à noite, com uma sessão solene, logo após a última plenária. O deputado Barreto Guimarães encontra-se em grande atividade, achando que o certame está cumprindo, inteiramente, a sua finalidade.

Ouvido pela reportagem, o engenheiro Arnaldo Barbalho, da Secretaria de Viação e Obras Públicas, afirmou que tudo estava transcorrendo, normalmente. Ficou satisfeito em saber que a tese do Departamento de Águas e Energia, sobre eletrificação das margens do rio São Francisco, havia sido aceita.

Hoje, ainda, duas outras reuniões plenárias serão realizadas: à tarde e à noite. Até agora, nenhum incidente se registou durante as discussões de teses e pontos de vista. Todos parecem irmanados com o mesmo objetivo: solucionar definitivamente a crise da seca e da fome que reina no Polígono.

O Poder Aquisitivo Caindo No Nordeste

Salgueiro, 31 (De Alexandrino Rocha, nosso enviado especial) — O Sr. Cid Sampaio participou dos trabalhos do Encontro do Salgueiro, apresentando a seguinte tese: "Planejamento como medida necessária à solução dos problemas regionais".

Hoje, pela manhã, pediu a palavra, em sua Comissão, e fez uma exposição de sua tese, sendo aparteado por congressistas nordestinos, que não o conheciam, nem o identificaram pelo nome. Somente depois de um elemento da terra levantar-se e explicar que o sr. Cid Sampaio era um dos candidatos a governador, foi que alguns convencionais prestaram-lhe homenagens, ressaltando o seu interesse em tomar parte nos debates e comparecer ao Encontro, escrevendo uma tese.

Respondendo, afirmou que não estava aqui na condição de candidato, e sim, de presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco. Nem tampouco desejava ser acolhido como candidato, mas como técnico.

A Tese em Resumo

A tese do engenheiro Cid Sampaio não chega a ter duas laudas datilografadas, espaço dois. Está mimeografada e foi espalhada entre todas as pessoas presentes. Não a recebeu quem não se interessou pelo assunto. No seu trabalho, lembra, particularmente, a queda de rentabilidade da Região, afirmando que "Entre os anos de 1947/1953

(1947, como índice — 100) e renda "per-capita" da região nordestina passou a 185, enquanto que a diminuição do valor do cruzeiro entre os mesmos anos expressa-se pelo número 230, o que vale dizer que as populações nordestinas diminuíram o seu poder aquisitivo de 5,5 por cento.

Termina o engenheiro Cid Sampaio recomendando a criação duma comissão permanente de estudos para o Nordeste, sediada na zona do Polígono, e sob a direção dos governos estaduais, com a finalidade de, provocar estudos técnicos, "sendo solicitados recursos ao Governo Federal para o efetivo funcionamento desse órgão. — (*)

XIV — SUGERIDA A TRANSFERÊNCIA DA SEDE DO D. N. O. C. S. PARA UM DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO

E Também do Grupo de Desenvolvimento

Salgueiro, 30 (Alexandrino Rocha, enviado especial) — Os trabalhos da Segunda Comissão estão atraindo as atenções gerais, de vez que possui o maior número de congressistas. Cerca de 30 pessoas debatem entusiasticamente os assuntos relacionados com a "Obtenção e Utilização das Águas na Região das Sêcas". Preside-a, o deputado Pernambucano Emídio Cavalcanti.

Hoje, na parte da manhã, ocupou quase todo o tempo, a proposta do deputado Wilson Roriz, representante do Ceará, no sentido de que fosse aprovada uma mensagem, dirigida ao Governo Federal, propondo que a sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas deixasse a zona do asfalto, no Rio, e viesse se instalar na área do Polígono.

Posta em votação, a proposta do parlamentar cearense foi unanimemente aprovada. Ouvido pelo repórter, acrescentou êle que o D. N. O. C. S. deve vir para o Nordeste; e que sua sede seja Salgueiro, centro do Polígono.

Grupo de Desenvolvimento

Salgueiro, 30 (Pedro Jorge de Andrade, enviado especial). — Os srs. Cid Sampaio e Josué de Castro, apoiados pelo secretário Arnaldo Barbalho, da Viação e Obras Públicas, sugeriram a transferência para uma cidade da região, do já existente Grupo de Trabalho e Desenvolvimento do Nordeste.

Um presente chegou a afirmar que o órgão — que funciona no Rio — vivia "passeando" pelo asfalto carioca, o que foi desmentido

(*) Jornal do Comércio. Recife, 1 de agosto de 1958.

pelo sr. Josué de Castro, que afirmou conhecer de perto os esforços dos seus técnicos para produzir algo de positivo.

Finalmente, aprovou-se a idéia de que o órgão permanecesse nas bases atuais, mas que houvesse uma maior participação dos Estados, através dos próprios Governadores, nas suas resoluções. O problema foi debatido pela Primeira Comissão (Aspectos Sociais e Econômicos da Sêca no Nordeste).

Debates

O sr. Cid Sampaio foi o primeiro convencional a pedir a palavra e, apoiado pelo deputado Josué de Castro, pediu a reforma de uma resolução em debate, para a transferência para o Nordeste do já existente Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste, órgão criado há dois anos, por recomendação da missão econômica Robock.

Um dos convencionais acusou êste grupo de inoperante, que "vivia a passear no asfalto carioca". Replicou o sr. Josué de Castro que o Grupo trabalhava em salas por êle cedidas, junto ao Instituto Nacional de Alimentação, e que era testemunha de que seus membros trabalhavam. Recebe o Grupo uma dotação anual de 18 milhões e está diretamente subordinado à Presidência da República, sendo chefiado pelo economista Aluísio Campos.

Pediu o sr. Cid que o grupo seja também reformado, sem deixar de ser um órgão federal, mas que os Estados nordestinos tivessem uma representação ativa, por intermédio de representantes dos governos.

Como reforço às atividades do Grupo, recomendou-se também a criação de comissões de desenvolvimento econômico nos Estados no Polígono e, mesmo, nos Municípios mais importantes da região.

Outras sugestões partidas dêste grupo:

Revisão da política da açudagem, sôbre o prisma da irrigação;

Concessão de recursos à Comissão do Vale do São Francisco, para a aquisição e fornecimento de todo material elétrico necessário à execução dos planos estaduais e municipais de eletrificações, articulados ao sistema da C.H.E.S.F. em todo o Nordeste; Modificação da Lei n.º 1.649 que criou o Banco do Nordeste do Brasil S/A, estendendo sua área de operações a todos os Municípios pertencentes àqueles Estados que tenham mais de 40 por cento da sua área incluída no Polígono; e supressão paulatina das relações de produções simifeudais através da promoção de legislação adequada. (*)

(*) Jornal do Comércio. Recife, 1 de agosto de 1958.

XV — A CARTA-ACÓRDO DO ENCONTRO, APROVADA

Salgueiro, 31 (De Júlio Barbosa, enviado especial) — Foi aprovado, ontem, em sessão plenária, o projeto da "Carta-Acôrdo", principal objetivo das delegações que compareceram a este Encontro.

A "Carta-Acôrdo" será agora debatida por uma comissão formada por sete elementos, representando cada um dos Estados, do Nordeste, ocasião em que será dada a redação final ao projeto elaborado pelo deputado Clodomir Moraes que reivindica:

1º) Eliminação de qualquer espécie de tributo de barreiras estaduais que prejudiquem a circulação da riqueza e os interesses econômicos da Região Nordeste;

2º) Unificação de determinadas taxas que possam repercutir na melhoria das relações econômicas entre os Estados Nordestinos e suas populações;

3º) Ação coletiva dos Estados Nordestinos, toda a vez que se acharem ameaçadas a sua economia e as obrigações constitucionais que tem a Federação para com os Estados-membros do Acôrdo;

4º) Elaboração de normas que visem à planificação do consumo e produção das mercadorias dos Estados nordestinos para o aproveitamento do mercado interno da região, evitando-se dessarte, o desgaste da sua economia;

5º) Representação oficial das Assembléias Legislativas nas reuniões periódicas aos Estados-membros do Acôrdo".

Este acôrdo, segundo estabelece o trabalho do deputado pernambucano, só entrará em vigor após a sua aprovação em cada plenário dos parlamentos das unidades que o assinam, com a presença no mínimo, de dois terços dos seus representantes.

A sua promulgação será realizada em reunião solene, após a sua homologação, pelas Assembléias, em local a ser marcado e qualquer estado-membro só se poderá desligar depois de seis meses de o ter denunciado.

Falando sobre a importância desse documento, o deputado Clodomir Moraes esclareceu que, ao contrário do que se possa imaginar, a Carta-Acôrdo não ferirá, nem de leve a Constituição Federal. Antes — disse — esse documento será um instrumento decisivo para que se cumpra os dispositivos da Carta Magna do país, naqueles pontos que dizem respeito, diretamente, aos interesses da nossa região. Em vez de ser

um instrumento de ameaça à unidade nacional — como talvez possa parecer aos menos avisados — será um fortalecimento ao espirito daquela unidade, uma vez que obrigará os poderes centrais a olharem com mais objectividade para os nossos problemas básicos e vitais.

Um dos aspectos interessantes, em relação à Carta-Acôrdo é que, uma vez terminados os trabalhos do Encontro, será constituída uma Comissão Permanente, composta de nove membros, representantes dos Estados nordestinos, com o fim precípua de vigiar a execução dos dispositivos legais relacionados com os três problemas de nossa região. A Comissão Permanente se reunirá de três em três meses, para discutir e deliberar sobre os assuntos pertinentes às suas finalidades. Assim é que a Comissão, resultante da Carta-Acôrdo, terá a seu cargo exigir a liberação de verbas para o Nordeste e o cumprimento das obrigações, em geral, do Govêrno Federal para os Estados da área das sêcas; ao mesmo tempo que passará a exigir o cumprimento das resoluções tomadas no Encontro do Salgueiro, para a revalidação do homem e da economia do Nordeste. (*)

XI — FOI RECOMENDADA A "REFORMA AGRÁRIA

Salgueiro, 31 (De Pedro Jorge de Andrade, enviado especial) — A reforma agrária foi recomendada como medida de melhoria das condições de vida das populações rurais, através de uma indicação assinada pelos srs. Josué de Castro, Jacob Erantz, Dom Jerônimo de Sá Cavalcanti, Edson Moury Fernandes, Emídio Cavalcanti, João Marques Guimarães Jamesson Ferreira Lima, José Angelo de Sales e Silva e Clodomir Morais, na reunião de ontem, no Encontro.

A indicação considerava, entre outros itens, o pronunciamento favorável dado por oitenta bispos da Igreja, em reunião recente.

XVII — O CANAL SOBRADINHO-MOXOTÓ: ALTA PRIORIDADE FOI VOTADA

Salgueiro, 31 (De Júlio Barbosa, da "equipe" especial enviada pelo *Jornal do Comércio*) — Um dos trabalhos mais bonitos e mais eficientes do presente Encontro do Salgueiro foi desenvolvido, ontem,

(*) *Jornal do Comércio*. Recife, 1 de agosto de 1958.

na Segunda Comissão, pelo engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto, ao defender, oralmente, a sua tese da realização do canal Sobradinho-Moxotó.

Os estudos dessa monumental obra foram feitos, há alguns anos, pelo próprio engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto, juntamente com uma equipe de técnicos da Secretaria de Agricultura, ao tempo do governador Agamenon Magalhães.

Se há um meio de redimir o nordeste, com objetividade e elevação patrióticas, esse meio tem de ser a construção do canal Sobradinho-Moxotó — disse o autor dos estudos e da tese. Se bem que seja uma obra que ficará inteiramente em Pernambuco, isto não quer dizer que seja exclusivamente para beneficiar o nosso Estado. Beneficiados serão todos os Estados do Polígono, uma vez que a área de 1.206.000 hectares a ser irrigada, em toda a extensão do canal, abrigará uma população de quatro milhões de habitantes, ou de trabalhadores rurais; uma população, portanto, superior, à do Estado de Pernambuco. Com isso — reafirmou o engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto — teremos um alto motivo de fixação do sertanejo ao solo, evitando-se o êxodo nas épocas das grandes estiagens.

A seguir, frisou o ex-secretário da Agricultura de Pernambuco: a obra do canal Sobradinho-Moxotó é de imediata rentabilidade, pelos altos benefícios que trará à região. Além do mais, a construção do canal pode ser feita por etapa, ou por seção, mediante concorrência pública com firmas estrangeiras e nacionais. Há firmas francesas, alemães e italianas interessadas na construção dessa obra; como, igualmente, há firmas brasileiras que querem participar dos trabalhos. No caso, então, abrir-se-ia concorrência entre essas firmas (brasileiras e internacionais) para a construção do canal pelo sistema de seção: cada firma construiria as primeiras seções; e a que terminasse o trabalho de sua seção no mais breve espaço de tempo e com o máximo de perfeição, ganharia a concorrência para a construção das etapas finais. Construída a primeira seção, esta entrará imediatamente em funcionamento, dando rentabilidade instantânea pela fertilização da área seccional correspondente à parte construída.

Com esses e outros argumentos foi que o engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto impôs a sua tese do canal, tese que foi aprovada por unanimidade, na Segunda Comissão, como recomendação de "alta prioridade" para as reivindicações a resultarem do Encontro.

Combate à Tese do Canal

Salgueiro, 30 (De Julio Barbosa, enviado especial) — Rigorosamente falando, a tese defendida pelo engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto, da construção do Canal Sobradinho-Moxotó, não foi combatida no plenário da Segunda Comissão. Mesmo porque as objeções levantadas em plenário contra o plano, foram sobejamente afastadas pelo autor do plano e defensor da tese, com sólidos argumentos e com esplanações objetivas, que convenceram plenamente aos participantes daquela Comissão.

Entretanto, nos bastidores, nos corredores do edificio da Escola Normal, houve restrições à idéia do Canal, que havia sido defendido pelo engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto.

Uma dessas restrições foi feita quanto à possibilidade de vir a Bahia, num futuro próximo ou remoto, a construir idêntico canal em seu território, desviando as águas do São Francisco que, assim, teria o seu volume diminuído, pondo em risco o funcionamento da Usina de Paulo Afonso, da Barragem das Três Marias, etc.

Ouvido a respeito, o engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto declarou:

— Não há o que temer. Todos os prós e contras foram devidamente estudados, quando da elaboração do plano, ao tempo do governador Agamenon Magalhães. A Bahia, frisou — não tem possibilidades de construir um canal, do seu lado, do tipo do Sobradinho-Moxotó; nem tem necessidade, tão pouco, de uma obra dessa natureza. Além do mais, a Bahia — se é por isso — já está construindo um canal em Barreiras; se bem que de menores proporções. Basta ver que, para tanto, o dinheiro da Comissão do Vale do São Francisco está sendo todo, ou quase todo, carreado para essa obra baiana. E não se diga que dois canais do tipo do Sobradinho-Moxotó diminuiriam o volume do São Francisco, pondo em risco a Usina de Paulo Afonso; e isto porque as águas, uma vez desviadas, e depois de servirem aos fins para que forem deslocados, do seu curso normal, serão devolvidas ao mesmo São Francisco, perdendo-se, somente, uma pequena percentagem que será absorvida pela terra irrigada.

Outra objeção, levantada nos bastidores, referiu-se à irrigação das margens do São Francisco: — não seria justo, segundo os objectores, que se deixasse de realizar uma obra de menor vulto, que mal foi iniciada, para cuidar-se de uma obra gigantesca, como a do Canal Sobradinho-Moxotó, na qual serão invertidas somas fabulosas.

A essa objeção, o engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto opôs argumentos técnicos e realistas: — a irrigação das margens do São Francisco é precária, na sua rentabilidade, visto como só servirá a uma faixa limitadíssima das margens do grande rio. Primeiro, a elevação tem de ser mecânica, por moto-bombas, motores elétricos e a empírica roda-d'água. Isso encarece o custo da irrigação; enquanto a do Canal Sobradinho-Moxotó será feita por gravidade, atingindo uma área enorme além das margens do canal. Segundo, a elevação nas margens do São Francisco não pode ser feita a mais vinte e cinco metros de altura; o que não dará alcance desejável à área a irrigar. Terceiro, a super-valorização das margens do São Francisco que, por serem limitadas, estão valendo, já, cêrca de seiscentos mil cruzeiros o hectare. Quando, último e definitivo argumento do técnico pernambucano: — a irrigação das margens do São Francisco não resolverá o problema da fixação do sertanejo ao solo de sua gleba, porque a área, segundo os itens anteriores, é limitada, em comparação com a que resultará do Canal Sobradinho-Moxotó. Além do mais (palavras textuais do técnico) para os grandes males, os grandes remédios: — se temos a terapêutica definitiva, consagrada na sua indicação para curar o mal, por que aplicar paliativos? (*)

XVIII — LUTA-SE PELA NÃO INCLUSÃO, NO PLANO DE
ECONOMIA, DAS VERBAS DESTINADAS À REGIÃO

E o Equilíbrio das Dotações com o Sul

Salgueiro, 1 (De Pedro Jorge de Andrade, um dos enviados especiais) — Com referência ao problema de transportes na região das sêcas, o Encontro do Salgueiro tomou posição no sentido de reivindicar do Governo Federal o pagamento das dotações orçamentárias destinadas ao Nordeste; e não inclusão, nos Planos de Economia, das dotações nos Estados do Polígono; e um maior equilíbrio entre as dotações do Nordeste e do Sul do País.

Rodovias

No Setor rodovias, foram, em resumo, as seguintes as recomendações aprovadas:

— Que os congressistas e os govêrnos do Nordeste lutem pela

Jornal do Comércio, Recife, 1-8-1958.

não inclusão, nos planos de economia, das dotações rodoviárias nos Estados do Polígono das Sêcas;

— Que os governos estaduais apresentem dotações maciças para as obras rodoviárias de maior importância regional, evitando-se ao máximo a dispersão de recursos financeiros;

— Que sejam liberados e pagos todos os recursos financeiros destinados à construção de estradas de que a União seja devedora a Estados Nordestinos, incluindo entre êles o "Fundo Nacional de Pavimentação".

Ferrovias

No setor ferrovias, foi recomendada a aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto do deputado Estácio Souto Maior que dispõe sobre o prosseguimento da construção da ferrovia Recife-Salgueiro-Petrolina e construção do trecho Salgueiro-Missões Velha (Estado do Ceará) e providências complementares.

Ainda com referência às ferrovias, o Encontro do Salgueiro, considerando o imperativo fundamental da formação de um sistema ferroviário regional, pela interligação de suas principais rêsdes e ferrovias isoladas, como infra-estrutura indispensável à execução dos demais planos de desenvolvimento e fomento econômico da região, recomenda a construção das seguintes ligações :

a) Terezina-Paulistana; b) Periperi-Campo Maior-Terezina; c) Oiticica-Campo Maior; d) Crateus-Piquet Carneiro.

A ORGANIZAÇÃO DO ENCONTRO: ÓTIMA

Salgueiro, 1 (De Alexandrino Rocha, nosso enviado especial) — Todas as Comissões, em nome de 5, bem como o serviço de Secretaria, as reuniões plenárias e o próprio dormitório dos jornalistas e fotógrafos aqui presentes, funcionaram no prédio recém-inaugurado da Escola Normal, num local bastante alto e distante cerca de 1 quilômetro do centro da cidade. O tempo aqui estêve firme, fazendo muito calor principalmente entre 10 horas e meio dia. As noites são claras, soprando um vento fresco, provocando arrepios em pessoas de menores reservas caloríficas.

Quase que ninguém se afastou do recinto da Escola. Aqui, um grupo de senhoras serviam, constantemente, água e cafês-pequenos aos convencionais e aos jornalistas. Havia de tudo com facilidade. O povo calaborou, decisivamente, e acreditã na honestidade do Encontro.

Todos os delegados aqui presentes pareciam bastante preocupados com as soluções regionais, chegando alguns, nos debates, a serem rudes (em apartes) com os colegas que desejam se estender puerilmente em alguns assuntos.

O transporte do pessoal do prédio da Escola, para o centro, onde os convencionistas e os jornalistas fazem as principais refeições, é feito por dezenas de veículos, que ficam estacionados, permanentemente, em frente do prédio onde se realiza o Encontro. Ninguém pergunta nada: basta o convencional, ostentar o "crachar" no peito, para que tenha assegurada uma condução para a residência onde previamente ficara determinado que almoçaria e jantaria.

Tudo foi fácil e correu com a pontualidade e organização previstas pelo deputado Barreto Guimarães, que aqui estivera duas ou três vezes, antes. (*)

XX — A "CARTA" APROVADA MAS COM 3 EMENDAS

Salgueiro, 1 (De Alexandrino Rocha, enviado especial do *Jornal do Comércio*) — Terminou, hoje, às 13 horas, a última sessão plenária do Encontro do Salgueiro.

A Carta-Acôrdo, cujo texto o *Jornal do Comércio* publicou na edição de ontem, sofreu algumas alterações, entre as quais a supressão de dois dos seus artigos, além de modificações radicais na redação de outro graças à atuação do jornalista Mário Melo.

À tarde, a partir das 15 horas, realizou-se a discussão sobre a redação final do referido documento, que foi aprovado, por unanimidade de tôdas as delegações presentes a êste encontro.

Remessa imediata ao Presidente

Emocionado com o desenrolar dos debates sobre a Carta-Acôrdo o general Machado Lopes pediu a palavra, comprometendo-se a logo após a aprovação da Mensagem Reivindicatória, enviá-la, por intermédio de um Oficial do Estado-Maior da Região, ao presidente da República, que a entregaria, em mãos, ao sr. Juscelino Kubitschek.

Causou a mais viva repercussão, entre os presentes, a atitude assumida pelo comandante do IV Exército, general Machado Lopes, despojando-se de tôdas as condecorações que ostentava sobre o peito, para, do momento em que pisou o solo de Salgueiro, até o final do

(*) *Jornal do Comércio*. Recife, 2 de agosto de 1958.

Conclave, exhibir, apenas, o distintivo do Encontro, que lhe foi ofertado pelo deputado Barreto Guimarães.

Madrinha do Encontro

Numa homenagem realizada durante o almoço que foi oferecido pelo sr. Veremundo Soares aos jornalistas presentes ao Encontro de Salgueiro, os profissionais da imprensa elegeram a senhorinha Fátima Parahym, filha do deputado Orlando Parahym, madrinha do Encontro do Salgueiro, ofertando-lhe uma flâmula por todos êles autografada.

XXI — PARAÍBA PRESENTE POR SEU GOVERNADOR

Salgueiro, 1 (Alexandrino Rocha, enviado especial do *Jornal do Comércio*) — O governador da Paraíba, sr. Pedro Gondim, chegou, aqui, hoje, às 10,30 horas, a fim de participar das solenidades de encerramento do Encontro do Salgueiro. O chefe do Executivo paraibano que se fez acompanhar do seu ajudante de ordens, foi imediatamente recebido na Sala do Plenário, na Escola Normal.

Na oportunidade da chegada do governador paraibano a esta cidade sertaneja, discutia-se a redação final da Carta-Acôrdo, que regulamenta as atividades da Comissão da Área das Sêcas, sendo o sr. Pedro Gondim introduzido na sala dos debates por uma Comissão designada pelo deputado Barrêto Guimarães, presidente do Conclave.

Integrando a Mesa e tomando parte ativa nos debates, encontrava-se o general Machado Lopes, comandante do IV Exército e da Sétima Região Militar, na qualidade de representante do Presidente da República.

O governador paraibano foi saudado, em nome do Plenário, por um dos integrantes da delegação de Sergipe, jornalista João Marques Guimarães.

Com a palavra, o governador Pedro Gondim esclareceu que era com imenso prazer que via convencionais de tôda a região do Polígono das Sêcas resolverem os seus problemas com o apoio de representantes de todo o Brasil. Acrescentou que o Estado da Paraíba sentia as mesmas dificuldades de outros Estados da Federação situados nesta região, razão pela qual, naquela oportunidade, referia-se ao caso particular do Estado que governa.

Para concluir a sua oração, o governador paraibano dirigiu-se ao general Machado Lopes, pedindo-lhe transmitir ao presidente da República a sinceridade com que foram abordados os assuntos do En-

contro do Salgueiro. E fez um apêlo no sentido de que houvesse pontualidade no pagamento do pessoal assalariado da Frente de Serviço do Sertão, do D. N. O. C. S. e para a admissão de menores nesse serviço. Explicou que apenas o D. N. E. R. contrata menores, no seu Estado. E frisou ser de necessidade, atendendo ao número grandioso de famílias desamparadas, a contratação dêsses menores, sem que isso importasse em lançar crianças prematuramente ao trabalho.

O governador da Paraíba foi muito aplaudido.

Eis a relação completa dos paraibanos que participaram dos trabalhos das Comissões; Leon Clerot, Carlos Faria, Jacob Prante, Benigno Walter Garcia e Alkmar Coutinho. (*)

XX --- ENCONTRO DO SALGUEIRO FOI ENCERRADO
ONTEM À NOITE: TODOS OBJETIVOS CUMPRIDOS

Regresso Hoje das Várias Delegações

Salgueiro, 2 (De Alexandrino Rocha e Pedro Jorge, enviados especiais do *Jornal do Comércio*) — Com uma sessão solene, que teve início às 19 horas e um jantar de 250 talheres, oferecido aos convencionais pelo prefeito do Município, encerrou-se o Encontro do Salgueiro.

A sessão solene foi realizada em campo aberto, no mesmo local onde foi celebrada a Missa com que foi iniciado o certame.

Tomaram assento à Mesa Diretora dos trabalhos o deputado Barreto Guimarães, representando o governador Cordeiro de Farias; o general Machado Lopes, representante do Presidente da República, o governador Pedro Gondim, da Paraíba, o senador Jarbas Maranhão, o dr. Cândido da Mota Ribeiro, diretor do Departamento de Endemias Rurais, representante do Ministro da Saúde, delegados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Alagoas, de Pernambuco, de Sergipe e do Ceará.

Usaram da palavra, como oradores oficiais, os deputados Barreto Guimarães e Orlando Parahym, representantes, respectivamente, dos Podêres Executivo e Legislativo de Pernambuco, além de d. Antônio Campelo, bispo de Petrolina.

O regresso dos convencionais teve início logo após o encerramento das solenidades, devendo prolongar-se, durante o dia de hoje, quando daqui sairão um comboio da R.F.N., dois aviões da "Real", além de

(*) *Jornal do Comércio*. Recife, 2 de agosto de 1958.

automóveis particulares, onibus, autolotações, etc. que conduzirão às suas cidades os participantes do Encontro do Salgueiro.

Cooperação dos Radioamadores

Vale ressaltar, nesta oportunidade, o desempenho dos radioamadores pernambucanos Humberto Soares (PY-7-AGM) de Salgueiro; dr. Raimundo Diniz (PY-7-EP), de Olinda e nosso companheiro Romildo Cavalcanti (PY-7-ADN) que puseram à disposição das autoridades da imprensa e do rádio os seus equipamentos transmissores, fazendo a cobertura do certame, fornecendo e transmitindo notícias, e determinações, suprimindo, com grande êxito, a deficiência de comunicações existente entre Salgueiro e os Estados participantes do importante conclave.

XXIII -- PRIMEIRA COMISSÃO: O RESUMO DAS TESES

Salgueiro, 1 (De Pedro Jorge de Andrade, enviado especial) — Foram apresentadas na Primeira Comissão (Aspectos Sociais e Econômicos da Sêca do Nordeste), as seguintes teses, que ora recapitulamos, neste último dia do Encontro.

"A Recuperação do Cariri", pelo professor L.F.R. Clerot da Paraíba. O autor inicia a sua tese com uma descrição do Cariri paraibano como zona fisiogeográfica de maior superfície e mais sêca do Estado. Com fundamento nessa descrição, propõe medidas destinadas à recuperação do Cariri paraibano, orientadas, principalmente, no sentido de transformar progressivamente, essa região em zona pastoril, substituindo as culturas deficitárias pelo efeito das condições mesológicas da região, reservando-se tôda a área não cultivável, para o reflorestamento.

A necessidade da construção de um maior número de pequenos açudes também é defendida pelo sr. L.F.R. Clerot, que sustenta a necessidade de ser mantida, pelo govêrno da Paraíba, um serviço de veterinária permanente na região do Cariri, ao lado de cooperativas capazes de armazenar a produção de cereais obtida nos anos bonancosos, para garantir a manutenção das populações nos anos de escassez.

Outro trabalho apresentado à apreciação da Comissão foi o do sr. Carlos V. Faria, engenheiro agrônomo, componente da delegação paraibana, sôbre "A Solução racional do problema das sêcas, no qual destaca que o amparo dos flagelados deve ser dado com o sentido econômico e apresenta, entre as suas conclusões principais, a de uma revisão da politica da açudagem sob o prisma da irrigação.

Um "Plano para solução dos problemas decorrentes da estiagem prolongada" foi apresentado pelo deputado Jacob Frantz, também da representação paraibana.

O delegado da Paraíba considera, em sua tese, que os planos de combate às secas, em execução, reclamam revisões profundas, visto que na seca de 1958 o número de nordestinos flagelados é muito maior que os das secas anteriores, não obstante os dispêndios com aqueles planos ultrapassariam a soma de cem bilhões de cruzeiros. Sustenta que a flagelação de homens decorre da ausência de capacidade de poupança das massas rurais nordestinas nos anos de inverno normal, aferradas como estão, a relação de produções semifeudais, do que resultam índices de produção os mais insignificantes. A seu ver, nada impedirá o flagelo das massas nordestinas enquanto não forem removidos esses fatores negativos. Propõe, como providências capazes de modificar tal estado de coisas, medidas relacionadas com a expansão do crédito rural, a educação e a modificação de fatores institucionais que retardam o desenvolvimento econômico.

O Sr. Beroaldo Maia Gomes Rêgo, representante do Estado de Alagoas, apresentou tese subordinada ao tema "Os aspectos econômicos e sociais das secas e a industrialização do Nordeste", na qual advoga a necessidade de se procurar industrializar a produção regional. Sugere a criação pelo (existente) Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste de um Grupo Executivo da Indústria do Nordeste, articulado com subgrupos estaduais e destinado a tomar as medidas capazes de assegurar condições e bases necessárias ao desenvolvimento regional a caminho da industrialização.

Além dessas teses, cujos autores estiveram presentes às sessões desta Comissão, foram ainda enviadas à Mesa teses do prof. Tércio Rosado Maia, sobre a "Selvageria dos Currais de Leite", "Semi-estabilização e aproveitamento dos resíduos e reflorestamentos" e "Defesa e ampliação dos parques forrageiros", as quais foram apreciadas pelos membros da comissão. Pela SAIC de Pernambuco, foram submetidas à consideração dessa comissão duas contribuições referentes a "Financiamento Agropecuário" e "Preservação dos Recursos naturais através da defesa do solo, da flora e da fauna do Polígono».

Resoluções da 4ª Comissão: tópicos

Salgueiro (Dos enviados especiais) — Das sugestões aprovadas pela Quarta Comissão, destacamos o seguinte:

— Necessidade de uma legislação adequada que permita a utilização das terras irrigadas por toda a população;

- A necessidade de estudos sobre o seguro agrário;
 - O aproveitamento dos açudes, tanto quanto possível, para a piscicultura e para o abastecimento d'água às localidades vizinhas.
 - Criação de novas fontes de receita pública para aplicação nos planos de desenvolvimento do Nordeste, tais como selos especiais e taxas sobre os preços dos interesses dos divertimentos públicos.
- Essa Comissão foi presidida pelo professor Josué de Castro.

Teses: impressas, ou datilografadas

Salgueiro (Dos enviados especiais) — O aspecto das teses apresentadas variava bastante. Havia algumas datilografadas, muitas mimeografadas e até umas impressas. A referente à "Eletrificação das margens do São Francisco", do Departamento de Águas e Energias (Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco) era ilustrada por mapas, facilitando seu estudo pelos participantes.

De um modo geral, porém, tôdas as teses eram disputadas. Cada convencional queria guardar exemplares de todos os trabalhos debatidos e mesmo dos (poucos) que foram rejeitados.

Um açude, em cada cidade do agreste

Salgueiro, 31 (Dos enviados especiais) — O deputado Emídio Cavalcanti encaminhou aos convencionais a seguinte indicação:

«Indicamos à Mesa que, ouvido o Plenário, seja recomendado ao exmo. sr. presidente da República a inclusão no plano de combate às Sêcas, na região do Agreste pernambucano, como medida efetiva da utilização e recuperação econômica daquela região, a construção de um Açude público, de média capacidade, em cada um dos municípios da referida zona fisiográfica.

Justificação

Vale ressaltar o Agreste pernambucano, compreendendo 36 Municípios possuindo uma densidade demográfica de 75 habitantes por quilômetros quadrados e uma população de 1.367.761 almas, é a área do Polígono das Sêcas onde o pauperismo e as precárias condições de vida mais se agravam.

A rede de açudes acima mencionada, funcionará como Fazenda Pilôto, e ao lado da perenização dos rios Capibaribe, Una e Ipojuca poderá possibilitar, com a irrigação das suas terras marginais, uma

agricultura racional e intensiva capaz de abastecer com gêneros alimentícios tôdas as necessidades da região e do Estado e melhorar consideravelmente o padrão de vida das suas populações rurais". (*)

Mensagem do presidente Juscelino Kubitschek

Foi o seguinte a Mensagem dirigida pelo Presidente da República, sr. Juscelino Kubitschek, aos convencionais do Salgueiro e lida, ontem, pelo general Machado Lopes, comandante do IV Exército e da Sétima Região, que o representou no Encontro, por ocasião da sessão magna de encerramento, realizada em praça pública:

"Reiterando, nesta oportunidade, os votos para o completo êxito da reunião, espero que a mesma possa contribuir para a adoção de medidas úteis no interêsse do adequado aproveitamento econômico de tôda essa região, bem como para a melhor aplicação dos recursos a cargo da Administração Pública no Polígono das Sêcas.

No propósito de prestigiar a referida reunião, recomendei aos órgãos técnicos do Governo Federal que prestem tôda a colaboração ao seu alcance. a) — *Juscelino Kubitschek*, presidente da República.

DOCUMENTO QUE O GENERAL MACHADO LOPES ENVIARÁ AO RIO
ESTA SEMANA

*Últimos atos do Encontro — Homenagens — Oradores da sessão
de encerramento*

Salgueiro, 2 (De Fernando Luís Cascudo e Ernani Regis, enviados especiais do *Diário de Pernambuco*) — No mesmo ambiente de vibração, entusiasmo e confiança em dias melhores para o Nordeste, foi encerrado o "Encontro do Salgueiro", que congregou delegações de todos os Estados nordestinos, unidos no interêsse comum de encontrar novos rumos para uma política de maior assistência técnica e financeira ao polígono das sêcas, com o planejamento permanente de obras, cuja execução possa libertar êstes Estados da situação atual de subdesenvolvimento em que se encontram.

Na sessão de encerramento, realizada em praça pública, foram lidas tôdas as resoluções e recomendações que constituem o documento principal do "Encontro", cujo original, assinado por tôdas as delegações, foi entregue ao General Machado Lopes, representante do

(*) Jornal do Comércio. Recife, 2 de agosto de 1958.

Presidente da República, que o encaminhará, ainda esta semana, através de um oficial do seu Estado-Maior, às mãos do Presidente Juscelino Kubitschek.

Modificações na Carta-Acôrdo

O importante documento político do "Encontro", a chamada Carta-Acôrdo, ontem publicada na íntegra pelo *Diário de Pernambuco*, foi também assinada por tôdas as delegações presentes ao conclave. Em sua discussão, em plenário, sofreu ligeiras alterações com a retirada dos arts. 6º e 7º e com a nova redação do art. 5º, que ficou assim estabelecido: "As reivindicações constantes do Encontro de Salgueiro e de outras reuniões convocadas ou não pelas Assembléias Legislativas, desde que digam respeito à interêsses comuns aos Estados membros do Acôrdo, terão prioridade na ordem dos interêsses da CIPMA".

Escolhida pela Imprensa a "Madrinha do Encontro"

Os jornalistas que realizaram a cobertura do "Encontro de Salgueiro", não só do Recife como também de outras cidades nordestinas e do Rio de Janeiro, foram homenageados com um almoço na residência do Sr. Luís Soares Diniz. Na véspera, idêntica homenagem foi prestada também pelo Coronel Angelini, prestigioso líder político do município. Por unanimidade de votos, foi escolhida a senhorita Fátima Parahym, filha do Deputado Orlando Parahym e neta do Coronel Veremundo Soares, como "Madrinha do Encontro", numa homenagem prestada pela imprensa a beleza feminina da terra. Naquela ocasião, foi a mesma saudada pelo Jornalista Marques Guimarães, de Sergipe, recebendo uma flâmula com as assinaturas de todos os profissionais de imprensa presentes ao certame.

Oradores da Sessão de Encerramento

A solene sessão de encerramento do "Encontro do Salgueiro" contou com inúmeros oradores, todos bastante aplaudidos pela grande massa popular concentrada na praça Benjamim Soares. Além dos representantes de todos os Estados presentes ao "Encontro", usaram da palavra os Deputados Barreto Guimarães e Orlando Parahym, o Senador Jarbas Maranhão, o Doutor Cândido da Mata Ribeiro, representante do Ministro da Saúde, o Governador da Paraíba, Doutor Pedro Gondim, e finalmente o General Machado Lopes, que fez a leitura da mensagem do Presidente da República.

No banquete oferecido pela Prefeitura de Salgueiro aos conven-
cionais, usaram da palavra o Deputado Orlando Parahym, fazendo
a homenagem do jantar; o Doutor Jamesson Ferreira Lima, Presi-
dente da COAP, ressaltando o papel da imprensa na cobertura jorna-
listica do encontro, e finalmente o nosso companheiro Fernando Luis
Cascudo, em nome dos jornalistas presentes, agradecendo a homenagem.
Obteve grande repercussão, em toda cidade, o fato de ter a Rádio
Clube de Pernambuco, num esforço de reportagem, divulgado, às 20,30
horas da sexta-feira, numa gravação especial, feita através de uma
rede de rádioamadores, a mensagem do Presidente Juscelino
Kubitschek, quinze minutos antes da mesma ter sido divulgada pelo
General Machado Lopes em Salgueiro.

Colaboração dos Rádioamadores

Foi inestimável para a imprensa a colaboração prestada pelos
rádioamadores pernambucanos para o envio diário dos despachos
jornalísticos de Salgueiro. O rádioamador Humberto Soares PY7-AGH,
era um autêntico "quartel-general" do jornalismo, em constante ligação
com PY7-FB, Raimundo Diniz, em Olinda, além de ADN Romildo
Cavalcânti e Uchôa Cavalcânti. Graças a esse trabalho, foi possível
à imprensa recifense a cobertura apresentada. (*)

ENCERROU-SE O "ENCONTRO DO SALGUEIRO"; SEGUNDA-FEIRA, A ENTREGA
DAS RECOMENDAÇÕES A JUSCELINO

Lidas, ontem, mensagens do Presidente e do General Cordeiro

Salgueiro, 1 (De Ernani Regis e Fernando Luis, enviados especiais
do *Diário de Pernambuco*) — O General Machado Lopes comunicou
hoje, durante a reunião plenária, que na próxima segunda-feira, enviará
um oficial do Estado-Maior do IV Exército ao Rio, com a finalidade de
pessoalmente entregar ao Presidente Juscelino Kubitschek as conclusões
do "Encontro do Salgueiro".

Reputou o certame, que ora se realiza nesta cidade como da maior
importância para o Nordeste.

Salgueiro, 1 (De Fernando Luis e Ernani Regis, enviados especiais
do *Diário de Pernambuco*) — Sob a presidência do General Machado

(*) *Diário de Pernambuco* — Recife, 3/8/1958.

Lopes, comandante interino do IV Exército e representante pessoal do Presidente da República, encerrou-se hoje, à noite, o "Encontro do Salgueiro", promovido pela Comissão da Área das Sêcas, da Assembléia Legislativa de Pernambuco. O ato teve o comparecimento do governador paraibano Pedro Gondim, que hoje chegou aqui, pela manhã, procedente de João Pessoa; do técnico Cândido da Mata Ribeiro, do DNERu, representando o Ministro Mário Pinotti; autoridades locais e tôdas as delegações que participaram do certame.

A solenidade de encerramento realizou-se em praça pública, no mesmo local em que foi celebrada a missa inaugural do certame. Grande massa popular compareceu à reunião, que se iniciou com a leitura da mensagem presidencial, feita pelo General Machado Lopes, e de um telegrama do General Cordeiro de Farias ao Deputado Barreto Guimarães.

Em seguida, procedeu-se à leitura de tôdas as recomendações aprovadas no decorrer do certame, no sentido de que o govêrno as aproveite para uma nova política administrativa em relação ao Nordeste.

Depois, fêz-se a leitura da "Carta-Acôrdo", pela qual os legislativos nordestinos procurarão de futuro efetivar uma cooperação maior, no interêsse da economia regional, comprometendo-se inclusive a realizar movimentos conjuntos sempre que estiver em jôgo problemas de cada Estado dependendo da solução do Govêrno da República.

A solenidade terminou com os discursos de vários chefes de delegações estaduais.

E' o seguinte o texto da mensagem enviada pelo Presidente Juscelino Kubitschek ao "Encontro do Salgueiro";

Reiterando, nesta oportunidade, os votos para o completo êxito dessa reunião, espero que a mesma possa contribuir para medidas úteis, no interêsse do adequado aproveitamento econômico de tôda região, bem como para a melhor aplicação dos recursos da administração pública no Polígono das Sêcas.

No propósito de prestigiar a referida reunião, recomendei aos órgãos do govêrno federal que prestem tôda colaboração ao seu alcance.

Saudações, *Juscelino Kubitschek.*"

Foi êste o telegrama enviado pelo Governador Osvaldo Cordeiro de Farias ao Deputado Antônio Barreto Guimarães :

"Motivos superiores obrigam-me a não poder assistir ao encerramento do grande "Encontro do Salgueiro". Peço transmitir minhas

escusas ao plenário. Solicito ao nobre deputado, ilustre idealizador, incentivador e organizador do "Encontro", representar o Governador do Estado na solenidade final. Esta representação significa, antes de tudo, o reconhecimento do poder executivo ao mandatário do povo no Joaquim Nabuco, pelo magnífico serviço que está prestando ao Estado e todo o Nordeste".

Recepção na Escola Normal

Após as solenidades, o prefeito da cidade ofereceu às autoridades que participaram do "Encontro do Salgueiro" uma recepção na "Escola Normal", com o que ficou encerrado o certame. (*)

UM ESCRITÓRIO TÉCNICO PARA A IMIGRAÇÃO DE COLONOS JAPONESES
Será instalado no Nordeste — Secretário da embaixada nipônica esteve em Salgueiro — Rodovias e eletrificação

Salgueiro, 1 (De Fernando Luis e Ernani Regis, enviados especiais) — Na manhã de hoje, esteve nesta cidade o secretário da embaixada japonesa no Brasil, Sr. Koshi Ichitambe, que vem realizando estudos e observações em toda a região nordestina, sobre as suas possibilidades agropecuárias. Informou que esses estudos têm por finalidade a instalação, próximamente, de um escritório técnico para a imigração japonesa.

Homenagem

O General Machado Lopes, representante do Presidente da República, foi homenageado, hoje, na fazenda Monte Alegre, de propriedade do Coronel Veremundo Soares. Saudaram o homenageado os Srs. Barreto Guimarães, Orlando Parahym e Jorge Oliveira. O General Machado Lopes respondeu, agradecendo a manifestação.

Estradas de Rodagem

Salgueiro, 1 (De Ernani Regis e Fernando Luis, enviados especiais do Diário) — O Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco, apresentou uma série de

(*) *Diário de Pernambuco* — Recife, 2 de agosto de 1958.

sugestões ao "Encontro do Salgueiro", tendo sido feita, pelos debatedores, uma rápida demonstração do planejamento conjunto do D. E. R. e órgãos federais, para o combate às sêcas.

As conclusões e sugestões apresentadas pelo D. E. R. de Pernambuco foram no sentido de que os congressistas e os governos do Nordeste lutem pela não inclusão, nos planos de economia, das dotações destinadas a obras rodoviárias nos Estados do Polígono das Sêcas.

Recomendamos os técnicos do D.E.R. congressistas, devidamente assessorados pelos órgãos especializados de cada Estado, apresentem dotações maciças para as obras rodoviárias de maior importância regional, evitando-se ao máximo a dispersão de recursos financeiros.

Finalmente sugerem que sejam liberados e pagos todos os recursos financeiros destinados à construção de estradas de que à União seja devedora a Estados nordestinos, incluindo entre eles o Fundo Nacional de Pavimentação.

Eletrificação

Salgueiro, 1 (De Ernani Regis e Fernando Luís, enviados especiais do Diário) — A tese apresentada pelos engenheiros Arnaldo Barbalho e Rildo Marques, sobre a eletrificação das margens do São Francisco, como suporte de um programa de colonização, apesar das restrições que lhe foram opostas pelo representante da CHESF, obteve ampla repercussão entre todas as delegações ao "Encontro do Salgueiro". Foi aprovada por esmagadora maioria. (*)

XXVII — O AGRESTE PERNAMBUCANO VIVE NA IMINÊNCIA DE COLAPSO ECONÔMICO

Voltou, ontem, de Salgueiro o Deputado Emídio Cavalcânti — Certame do maior interesse para a economia nordestina

"Desde às 20,30 de ontem, até às 4,30 de hoje, estêve reunido o plenário do "Encontro do Salgueiro", para discutir e apreciar o relatório da Segunda Comissão Técnica. Por sinal o último relatório e as recomendações estudadas foram o da comissão por mim presidida, encarregada de relatar o tema "Obtenção e utilização da água na zona da sêca". E o órgão técnico por mim presidido, que foi a comissão mais numerosa, constituída de parlamentares, economistas e engenheiros,

desincumbiu-se muito bem de suas tarefas, formulando sugestões que despertaram o maior interesse entre todos os convencionais”.

Essas foram as declarações que nos prestou, à tarde de ontem, o Deputado Emídio Cavalcânti, um dos promotores do “Encontro do Salgueiro”, logo após desembarcar no Recife, procedente daquele município.

Reunião de grande importância para o nordeste

Abordado sobre as suas impressões gerais a respeito do certame, declarou que considera o “Encontro do Salgueiro”, uma reunião da maior importância para todo o Nordeste do país. “Nesse certame — acentuou — foram apresentados estudos e discutidos todos os aspectos da economia dos Estados situados no Polígono das Sêcas”.

Declarou mais que chamou a atenção do plenário para a importância fundamental do agreste na economia pernambucana, como região que possui uma densidade demográfica de 75 habitantes por quilômetro quadrado, compreendendo 36 municípios e abrigando mais de 1 milhão e 300 mil almas, quase um terço da população do Estado.

Acrescentou que esta região agrícola e cerealífera é uma das mais afetadas pelas sêcas e das mais pauperizadas do nordeste brasileiro, vivendo ameaçada de colapso econômico. Somente a retenção das águas dos rios do agreste e a média açudagem, para a promoção de uma agricultura racional, evitará tão sérias conseqüências.

— Fiz ver ainda — frisou o Deputado Emídio Cavalcânti — que se o drama sócio-econômico do agreste pernambucano não se apresenta mais alarmante é porque a maior parte dos seus trabalhadores das zonas rurais procura as usinas de açúcar da zona da mata, onde vive sob regime de alugado.

Finalizou dizendo que tudo isso concorre para piorar a situação diminuindo a produção de gêneros alimentícios no agreste, outrora celeiro do Estado, elevando o custo de vida e o desajustamento sócio-econômico de Pernambuco. (*)

XXVIII -- O ENCONTRO DO SALGUEIRO

Estou regressando do “Encontro do Salgueiro”, reunião promovida pela Comissão da Área da Sêca, da Assembléia Legislativa, entre interessados e autoridades e técnicos do Nordeste, para um plano de combate à calamidade.

(*) *Diário de Pernambuco* — Recife, 2/8/58.

Viajei de avião: mais ou menos duas horas de vôo, quer na ida quer na volta.

Fazia dezoito anos que não visitava a cidade do Salgueiro, onde tudo gira em tórno do venerando e, pela população venerado Veremundo Soares, que, à beira dos oitenta "cajús", tem sido e continua a ser a figura central daquele município. Salgueiro tem melhorado e crescido muito e continua a crescer, com especialidade no trecho onde as rodovias interestaduais se cruzam. E' que elas, em importância, estão para a Cidade, como o patriarca Veremunudo para o Município.

O "Encontro do Salgueiro" teve início com uma campal missa ao pé do monumento de Cristo Redentor, seguindo-se trabalho intensíssimo dos convencionais, tanto nas comissões especializadas, onde havia a trituração dos assuntos, como nas sessões plenárias.

Para ter-se idéia da intensificação do trabalho e do afinco dos convencionais, basta dizer — e sirva isso de exemplo à Assembléia Legislativa e às Câmaras Municipais onde o comparecimento é pago — que os debates da penúltima sessão plenária, iniciados após o jantar, se prolongaram até a madrugada do dia seguinte (5,30 horas), continuando os trabalhos das 10 às 14 horas, seguindo-se-lhes ainda, permanentemente, o da comissão de redação.

Nobilitante exemplo, nesta hora da campanha eleitoral, foi dado pelos dois candidatos.

Cid Sampaio compareceu como simples convencional, participou dos debates nas comissões parciais e nas plenárias, emitiu livremente sua opinião, defendendo princípios de interesse público e nem por sonho uma palavra sobre política, ou uma frase em que se pudesse vislumbrar política. Jarbas Maranhão compareceu à solenidade de encerramento em praça pública (para que toda população ficasse a par do que se passara e do que se resolvera), dirigiu uma saudação aos convencionais de todos os matizes e nem de leve tocou no assunto que o preocupa.

Tendo comparecido a dezenas de congêneres, tanto regionais como nacionais e internacionais, ainda não havia visto um de tão intensos trabalhos e de resultados imediatos tão práticos como êsse, para o que muito contribuiu seu orientador e dirigente o Deputado Barreto Guimarães. Pelo menos, nunca se exigiu de mim tanto esforço — 18 horas de trabalho em 24 — como nesse.

Basta dizer que não houve, à falta de tempo, programa social.

Tivemos todos que pegar no pesado, com verdadeiro espírito público, na esperança da prestação à Pátria dum serviço. —*Mário Melo.* (*)

XXIX — MENSAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ATRAVÉS
DO COMANDANTE DA 7.^a REGIÃO

O Deputado Barreto Guimarães, presidente do Encontro do Salgueiro, enviou ao General Machado Lopes, Comandante da 7.^a Região Militar, o seguinte ofício :

“Como houvesse V. Excia. assumido perante os convencionais do Encontro do Salgueiro o compromisso de fazer chegar às mãos do eminente brasileiro, Presidente Juscelino Kubitschek, as recomendações dêsse Conclave, estou enviando anexo não somente êste documento, como também a *Carta-Acôrdo* firmada por tôdas as representações dos Estados do Nordeste.

Louvo e exalto o espirito altamente patriótico com que Vossa Excelência soube participar do Encontro do Salgueiro, apreendendo os seus objetivos e sentindo de perto a inquietação do homem do Nordeste diante do drama decorrente da estiagem prolongada e o seu incoercível desejo de que sejam criadas condições para eliminar as características do pauperismo e subdesenvolvimento que predominam nesta região do País.

Valho-me da oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus protestos de estima e elevada consideração.

Eis, na íntegra, a carta ao Presidente da República, a que se refere o citado telegrama :

“Exmo. Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira :

A Comissão da Área das Sêcas da Assembléia Legislativa de Pernambuco, criada para o estudo e debate dos problemas decorrentes da estiagem prolongada e que há tanto tempo vem martirizando as populações dêste Estado e de todo o Nordeste, quando decidiu promover uma reunião com técnicos, cientistas, estudiosos e parlamentares, visava ao elevado e patriótico objetivo de estabelecer, pela primeira vez, entre

(*) *Jornal do Comércio* — Recife, 5/8/958.

nós, um planejamento global e coordenado para a solução desse problema.

O Encontro de Salgueiro teve, portanto, a finalidade de iniciar o planejamento referido em bases técnicas, científicas e racionais, de elaborar um plano de reivindicações para aplicação imediata a seu encaminhada a V. Exa. e de fortalecer a unidade de ação do Nordeste na defesa do seu legítimo interesse.

Preocupados em dar o sentido mais objetivo possível a esse Conclave escolhemos uma cidade do sertão pernambucano para servir de sede a essa reunião de amplitude regional em que os homens públicos e os técnicos dessa região do País debateram durante cinco dias num trabalho diuturno e sempre realizado com o mais vivo entusiasmo as questões ligadas ao subdesenvolvimento do Nordeste.

Uma constante descobrimos em todos os convencionais dos diversos Estados desta região: a convicção de que abandonado o Nordeste, enfraquecida esta região do País, teremos ameaçada a própria unidade política da Nação. E ninguém contaria um movimento separatista que viesse a eclodir resultante desse tratamento dispensado ao povo nordestino. Dá o sentido altamente patriótico do Encontro do Salgueiro que, longe de estimular esse movimento separatista, o que assegurou foi a unidade de ação do Nordeste para conquista do seu fortalecimento através do desenvolvimento econômico e social, porque somente assim teremos assegurada a unidade nacional. A *Carta-Acôrdo* firmada pelas representações de todos os Estados do Nordeste é a fiel tradução desses nossos propósitos.

Os convencionais do Encontro do Salgueiro souberam exaltar o permanente interesse de V. Excia. pela solução dos problemas desta região brasileira. Interesse revelado através de obras públicas e não somente em tôrno de pronunciamentos, em ação objetiva, em medidas práticas e concretas. Porisso confiam em que as recomendações desse conclave regional encontrarão no Governo de V. Exa. a melhor receptividade e todo apoio.

Agradecemos a representação de V. Exa. pelo ilustre General Machado Lopes, homem dotado de espirito público e estudioso dos problemas sociais do País e que soube se identificar perfeitamente com os participantes do Encontro do Salgueiro nas suas aspirações comuns e nos seus anseios de integração do Nordeste no quadro de uma política realista como obra de salvação e de patriotismo.

Passo as mãos de V. Exa. as recomendações do Encontro do

Salgueiro e o texto da *Carta-Acôrdo* firmada pelas representações de todos os Estados do Nordeste, participantes dêsse conclave.

Cordiais Saudações. --- *Deputado Barreto Guimarães* — (Presidente do Encontro do Salgueiro)". (*)

(*) *Jornal do Comércio*, 6 de agosto de 1958, Recife.

3. CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL — DEPUTADO COLOMBO DE SOUZA

ABRANGERIA TÔDAS AS REPARTIÇÕES QUE SE OCUPAM DOS PROBLEMAS ESPECÍFICOS DO NORDESTE E DA REGIÃO NORTE — O PROJETO DE LEI EM CURSO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em discurso pronunciado numa das últimas sessões do período legislativo encerrado a 15 de dezembro passado o Sr. Colombo de Souza (PSP-Ceará) encaminhou à Mesa da Câmara dos Deputados um projeto de lei criando o Ministério do Desenvolvimento Regional.

Pelo projeto, passariam para o controle dessa nova Secretaria de Estado todos os órgãos incumbidos de solucionar os problemas específicos das regiões Norte e Nordeste do País, tais como: o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a Comissão do Vale do São Francisco, a Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia e o Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará.

Ficaram ainda subordinados ao Ministério que se pretende criar o Banco do Nordeste do Brasil S. A. e o Banco de Crédito da Amazônia S. A.

O PROJETO

A proposição sugerida pelo Deputado Colombo de Souza tem a seguinte redação:

Art. 1º Fica criado o Ministério do Desenvolvimento Regional, que compreende os seguintes órgãos:

- I --- Gabinete do Ministro;
- II -- Órgãos de Administração Geral;
 - 1º) Departamento de Administração;
 - 2.º) Consultoria Jurídica;
- III — Órgãos de Administração Específica;
 - 1º) Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;

2º) Comissão do Vale do São Francisco;

3º) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

4º) Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará;

IV — Órgãos dependentes:

a) Banco do Nordeste do Brasil Sociedade Anônima;

b) Banco de Crédito da Amazônia Sociedade Anônima;

Art. 2.º As despesas de capital da União, quanto aos fins, serviços e empreendimentos da competência dos órgãos integrantes do Ministério do Desenvolvimento Regional serão objeto de planos, de vigência trienal organizados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Cada ano, tais planos serão reajustados, acrescentando-se-lhes as previsões de mais um ano de modo a assegurar a projeção trienal, contínua.

Art. 3.º A Proposta Orçamentária do Poder Executivo conterá o programa anual atualizado das obras e quaisquer outros investimentos previstos nos planos trienais.

Art. 4.º Fica criada uma Subcontadoria Seccional de Contadoria Seccional da Contadoria-Geral da República junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério do Desenvolvimento Regional o crédito de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), para atender a despesas de qualquer natureza com a instalação e funcionamento inicial dêsse Ministério.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Regiões subdesenvolvidas

Justificando a sua iniciativa argumenta o parlamentar cearense:

— Os povos devem montar a sua máquina administrativa de acôrdo com as suas necessidades, não se pode aceitar um figurino de administração. Assim é, que a França e Portugal têm o Ministério das Colônias; a Bolívia tem o dos Negócios Campesinos; a China conta com o Ministério das Regiões Atrasadas. No Brasil não temos colônias, mas temos, em nosso vastíssimo território, regiões, profundamente subdesenvolvidas e que estão criando um gravíssimo problema à nossa tranqüillidade e à nossa unidade. O Nordeste e o Norte, involuindo, enquanto Sul do Brasil avança vertiginosamente, reclamam uma assistência concentrada e ordenada. E' inadmissível que dentro de um

mesmo país, existam disparidades tão gritantes de níveis de vida. Por exemplo, a renda média do nordestino é de apenas 14% da renda do habitante do Distrito Federal diante disto não há dique que possa conter as avalanchas humanas que se dirigem do Nordeste para o Sul do País, criando os mais graves problemas de adaptação e ajustamento. O Nordeste é um verdadeiro país, com uma população de 16 milhões, igual à da Argentina, vivendo seus próprios problemas.

Órgão centralizador

A idéia do Ministério do Desenvolvimento Regional já está madura, de vez que, de há muito, se tornou necessário um órgão que centralizasse, suprimindo a falta de conexão existente, todos os esforços feitos pelo Governo Federal para solução dos problemas do Norte e do Nordeste do País. Por ocasião do Congresso dos Bispos, em Campina Grande, ficou evidenciada a multiplicidade de órgãos tratando do mesmo assunto, com um paralelismo esterilizador e um emprêgo de recursos contraproducente. E, tanto é assim, que o Governo reuniu um grande número de órgãos sem encontrar qualquer solução para os problemas focalizados. Por último, baixou um decreto criando um grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste, a fim de coordenar e possibilitar o aumento de rendimento dos programas federais naquela área e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento econômico, de maneira mais racional e ordenada. Antes, várias comissões tinham sido criadas com este mesmo objetivo.

Realizar algo de concreto pelo Nordeste e pelo Norte, só se consegue a muito custo devido à complexidade e morosidade da máquina burocrática.

Do primitivo esquema de reorganização da administração federal elaborado pelo Governo e entregue à Comissão Interpartidária, constava o Ministério do Interior com a "função de coordenar todos os grandes planos regionais de valorização e aproveitamento das áreas menos desenvolvidas do país, como a valorização da Amazônia, a recuperação do Nordeste e do Vale do São Francisco a colonização do Brasil Central, os Bancos regionais, etc." (Memória explicativa, pág. 27 do avulso).

De acôrdo com o anteprojeto, o Ministério do Interior (art. 30) compreendia a Administração dos Territórios, Conselhos e Serviços de Proteção dos Índios, Departamento Nacional de obras Contra as Secas, Departamento de Obras e Saneamento, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, ficando ainda sob sua jurisdição

o I. B. G. E. e os Bancos do Nordeste e de Crédito da Amazônia e a Fundação Brasil Central (pág. 39.140 do avulso).

Estudos anteriores

A Comissão Interpartidária foi de parecer contrário ao desdobramento em dois do atual Ministério da Justiça e Negócios Interiores, acentuando, porém, ser aceitável a idéia de se incluir, nos assuntos próprios do último termo da sua denominação, os que dizem respeito dos empreendimentos federais de caráter regional". (Pág. 59 do avulso).

Em face do parecer da Comissão Interpartidária o Governo refundiu seu estudo e formulou a mensagem nº 361-53, de 31 de agosto de 1953, remetendo o projeto que tomou o n.º 3.563-A53.

Nesse projeto, de acordo com o parecer da Comissão Interpartidária foi mantido o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e se fazendo incluir em referência a designação de Interiores, os negócios referentes aos empreendimentos federais de caráter regional.

Por esta razão ficou previsto que o Ministério da Justiça e Negócios Interiores "executará a política do Governo Federal relativa à manutenção da ordem jurídica e da segurança interna, à valorização, à recuperação e ao desenvolvimento regionais e a assistência técnica e financeira dos municípios..." (art. 27) pelo que ingreriam aquêlê Ministério, entre outros, os serviços da Comissão do Vale do São Francisco, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Banco de Crédito da Amazônia e a Fundação Brasil Central.

A êste projeto, emitiu parecer o Deputado Relator Gustavo Capanema do que resultou o substitutivo, ora em discussão, e apresentado pela Comissão Mista (Câmara-Senado).

Neste substitutivo, os problemas de recuperação regional das nossas áreas-problemas — norte e nordeste — estão diluídos, ao contrário do estudo primitivo, onde estavam concentrados.

Com efeito, do *Ministério da Justiça e Negócios Interiores* (assuntos políticos) constam a *Comissão do Vale do São Francisco*, a *Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia* e a *Fundação Brasil Central*.

O *Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas* fica integrando o *Ministério da Agricultura*, enquanto que os Bancos do *Nordeste* e de *Crédito da Amazônia* ficam subordinados ao *Ministério da Fazenda*.

Homogeneidade

Uma das condições para o rendimento e a eficácia da administração é a sua *homogeneidade*. Não se justifica que órgãos que cuidam do mesmo assunto e de problemas conexos, estejam tão diversificados. Por que o Departamento de Sêcas passar para o Ministério da Agricultura e a Comissão do Vale do São Francisco para o Ministério da Justiça? É imperioso agrupar todos estes órgãos, constituindo um só Ministério.

Os serviços já estão operando com *verbas e obrigações constitucionais* (art. 198, 199 da Constituição Federal e art. 29 do Ato das Disposições Transitórias). Já existe a função. Só falta criar o órgão que lhe dê *categoria ministerial*, dando assim relêvo ao problema que interessa a 20 milhões de brasileiros e a cerca de 2/3 do nosso território!

Por outro lado, com a reunião de todos estes órgãos que têm problemas paralelos, sob um mesmo Ministério, se daria maior organicidade aos esforços proporcionaria maior rendimento aos recursos empregados e concorreria para criação de uma mentalidade de assistência, amparo e fomento, indispensável a serviços dessa natureza.

Muitos dos problemas da Comissão do Vale do São Francisco (tais como drenagem de pântanos, desobstrução de rios, saneamento de zonas palustres, etc.), são os mesmos da Superintendência Econômica da Amazônia, enquanto que problemas do Departamento de Sêcas (perfuração de poços, açudagem, previsão de chuvas, análise e defesa do solo, reflorestamento, etc.) são os mesmos do Vale do São Francisco.

Uma aparelhagem adquirida por um serviço poderia ser logo utilizada pelo outro, que, aliás, atuam em áreas contíguas e sucessivas (São Francisco, Sêcas e Amazonas). A formação de equipes técnicas, a transmissão das experiências adquiridas, o *know-how*, enfim, seria comum para um trabalho similar.

Condições humanas e sociais

Por outro lado, o problema fundamental do Nordeste é o da *emigração* enquanto que o da Amazônia é o da *imigração*. Foi o Nordestino que desbravou e conquistou a Amazônia. É ele que deve povoar. No entanto não existe qualquer disposição planificada no sentido de acolher, em condições *humanas e sociais*, as constantes levas de nordestinos que se dirigem para a Amazônia. O imigrante

estrangeiro é recebido em ótimas condições, com garantia de subsistência, moradia, retôrno e um trato de terra e gado para cultivar.

O imigrante nordestino na Amazônia enfrenta a natureza áspera e infinita, no peito e na coragem.

Não existe a indispensável articulação entre êstes dois serviços que se ajustam e se completam nas suas missões específicas.

A designação e função do Ministério do Interior são tradicionais no Brasil. Chocou nossa sensibilidade sua alteração, embora nos Estado Unidos seja o *Ministério do Interior* o que cuida dos problemas regionais, tais a T.V.A., etc.

Propomos a designação de *Ministério do Desenvolvimento Regional*. Poder-se-á dizer que de *desenvolvimento* devem ser todos êles e que o problema é geral para o Brasil.

A questão de nome é secundária. Trata-se de Desenvolvimento específico para uma determinada região e oriunda de causas semelhantes a que se quer combater.

Não temos a veleidade de acreditar que com a criação dêste *Ministério do Desenvolvimento Regional* teremos resolvido os problemas do Nordeste e do Norte. Mas teremos criado um instrumento próprio de administração e que, nas mãos de quem queira trabalhar, muito rendimento produzirá."

4. CONVENIO DE ASSISTENCIA TÉCNICA E COLABORAÇÃO
ENTRE PODÉRES FEDERAIS E A A.M.P. — DEPUTADO
TEIXEIRA GUEIROS

PARECER FAVORÁVEL NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DA CÂMARA AO PROJETO OSWALDO LIMA FILHO

Apresentado pelo Deputado Osvaldo Lima Filho em sessão da Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do relator, Deputado Teixeira Gueiros, o projeto-lei que dispõe sobre a participação da Associação dos Municípios de Pernambuco no Orçamento geral da União, estabelecendo um convênio especial de colaboração e Assistência Técnica entre a entidade e o governo federal.

De acôrdo com os termos do projeto, o poder Executivo ficará autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, destinado à realização de uma série de atividades da A.M.P., inclusive a promoção de cursos de administração municipal, do concurso anual "Municípios Pernambucanos", da publicação de um boletim técnico da administração municipal, criação de assessoria técnica, reaparelhamento das instalações e sede, e periódica realização de concentrações regionais de Prefeitos e Vereadores da zona norte, sul, agreste e sertão de Pernambuco.

Parecer do Deputado

Foi o seguinte o parecer do Deputado Teixeira Gueiros na Comissão de Constituição e Justiça :

"O projeto 3.508 consoante reza a emenda, dispõe sobre a participação da Associação dos Municípios de Pernambuco no orçamento Geral de União, estabelece um Convênio Especial de Elaboração e Assistência Técnica e dá outras providências.

Justificação

Senhor Presidente :

O Projeto nº 3.508/58 consoante reza a ementa, dispõe sobre a participação da Associação dos Municípios de Pernambuco no Orça-

mento Geral da União, estabelece um Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica e dá outras providências.

É de autoria do ilustrado e operoso deputado Oswaldo Lima Filho. A matéria vem disciplinada através de 11 artigos e respectivos parágrafos, com tôdas as minúcias e esclarecimentos que o assunto reclama e como é do feitio do eminente autor.

A proposição é das mais sugestivas e oportunas. A preocupação e o interesse pelas comunas do imenso interior brasileiro, a cada dia assumem novos aspectos e encontram defensores e propugnadores. Em verdade, apesar dos insondáveis e imensos recusos naturais que o interior dêste País oferece, o trato que a êle se tem dado não corresponde as perspectivas e possibilidades que o mesmo oferece ao futuro do País. O Governo central em regra de longa data, tem tratado com muito descaso ou desaprêço as regiões interiores do País. Talvez a vastidão territorial e o rarefeito das populações tenham contribuído para isso. A circunstância de viver o interior abandonado, concorre, por outro lado, para o afluxo das populações aos burgos citadinos, onde é possível maior conforto. E fica-se num dilema: ou as cidades superlotadas, com os seus tremendos e crescentes problemas, ou o interior sem assistência, despovoando-se, por isso, a cada dia. Mas temos de reconhecer que as fontes de vida estão no interior. Ai, é que se encontram as riquezas, em potencial. O problema brasileiro atual, como sempre, há de ser êste: descongestionar as metrópoles, criando, no interior, condições de vida mais favoráveis ao homem.

E é aqui que entra a chamada Operação Município.

Os vários congressos de municipalistas que se tem realizado em diversos locais do País, desenvolvem uma consciência de vida para o hinterland. Vários conclaves municipais abrangendo municípios de quase todo o vasto território nacional já foram realizados: em Petrópolis (1950 — abril), em São Vicente (São Paulo, 1952), em São Lourenço (1954 — maio), e no Rio de Janeiro (1957 — maio). Breve será realizado o V Congresso Nacional de Municípios em Pernambuco. O autor reputa a lembrança auspiciosa, pois vem deslocar o eixo dêsses certames da área do sul do País, criando também, possibilidades idênticas para o Norte. O autor espera que nesse tempo já esteja convertido em lei o presente projeto. Isso dará um cunho de evidência e de estímulo a tais iniciativas.

O objetivo do projeto, segundo se vê da ementa, é estabelecer convênio entre o Governo da União e a Associação dos Municípios de Pernambuco, e disciplinar consoante as sugestões propostas nos vários itens do art. 3º, as normas gerais para o convênio em perspectivas.

O art. 4º do projeto, entre outras obrigações, estabelece a de um *Programa de Trabalho*, com assuntos prioritários, na aplicação dos recursos solicitados no projeto.

Os itens desse programa se resumem no seguinte :

1º) Curso de Administração Municipal ;

2º) Concurso Anual "Municípios de Pernambuco" com a distribuição de prêmios aos melhores trabalhos "sobre problemas de Governo e Administração Municipal";

3º) Boletim Técnico de Administração Municipal, com a finalidade de divulgação e propaganda dos objetivos convencionais;

4º) Assessoria Técnica, incumbida de investigar, formular e propor sugestões e medidas objetivas, tendo em vista a solução prática dos problemas fundamentais dos "municípios pernambucanos", etc.;

5º) O quinto item trata de aquisição de sede própria para a organização;

6º) O sexto item cuida da participação de todos os Municípios do Estado no V Congresso Nacional de Municípios, a realizar-se no Recife em 1959.

O art. 6º do projeto propõe a abertura do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado à fase preliminar do Convênio, enquanto não se concretiza a iniciativa do art. 1º, isto é, inclusão no orçamento do Governo de dotação especial, destinada aos objetivos colimados na proposição.

O art. 8º disciplina a forma de aplicação dos recursos de que trata o art. 6º, com a supervisão e exame através do órgão competente, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Estes são, *por summa capita*, os objetivos e alvos fundamentais da proposição, que o autor justifica em longa e erúditas dissertação, sempre no intuito de demonstrar a necessidade de maior e melhor assistência aos municípios filiados à organização já existente no grande Estado nordestino — o que é verdadeiro também em relação a todas as comunas do País.

O projeto é constitucional. Nada vemos nêle que contrarie os preceitos da Carta Magna do País. Pode tramitar, na Casa, competindo às outras Comissões dizer sobre as possibilidades da sua exequibilidade. E' o parecer."

Deputado Teixeira Gueiros. (Comissão de Constituição e Justiça — Câmara Federal) — (in *Jornal do Comércio*, Recife, 25/5/58).

5. O PROJETO DE LEI Nº 3.508/57 — DEPUTADO OSWALDO
LIMA FILHO

Dispõe sobre a participação da Associação dos Municípios de Pernambuco (A.M.P.) no Orçamento Geral da União, estabelece um Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta :

Art. 1º O Orçamento Geral da União consignará anualmente à Associação dos Municípios de Pernambuco (A.M.P.), anexo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, uma dotação orçamentária específica destinada à manutenção da Entidade e à realização do seu Programa de Trabalho.

Art. 2º A Associação dos Municípios de Pernambuco (A.M.P.) encaminhará, anualmente, ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dentro dos prazos legais relativos à elaboração orçamentária, Relatório circunstanciado das suas atividades, acompanhado de seu Programa de Trabalho devidamente justificado.

Parágrafo único. A Divisão de Orçamento do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores deverá examinar o Relatório da A.M.P., emitir parecer fundamentado sobre o mesmo e propor ao Ministro de Estado a dotação a ser consignada à Entidade na Proposta Orçamentária do Ministério.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar um Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica entre o Ministério da Justiça e a Associação dos Municípios de Pernambuco a ser periodicamente renovado no início de cada exercício financeiro em função do Programa de Trabalho previamente aprovado para execução conjunta e descentralizada.

§ 1º O referido Convênio disciplinará as relações de cooperação entre o Governo Federal e a A.M.P. tendo em vista estimular e assegurar a obtenção de melhores índices de eficiência no tocante às atividades,

ou realizações da Entidade, em benefício dos Municípios pernambucanos.

§ 2º Mediante representação documentada de qualquer Prefeitura ou Câmara Municipal de Pernambuco provando o inadimplemento ou deficiência da Entidade no pleno cumprimento das cláusulas e dispositivos básicos do Convênio, poderá ser o mesmo denunciado pelo Ministério da Justiça, sem prejuízo das providências simultâneas do Governo Federal no sentido da correção da irregularidade porventura ocorrida.

Art. 4º Além dos objetivos específicos e das iniciativas próprias da Entidade tais como a periódica realização de Conferências Regionais de Prefeitos e Vereadores das zonas da Mata, Agreste e Sertão e os Congressos bienais reunindo a totalidade dos Municípios Pernambucanos, consideram-se, desde já incorporados ao Programa de Trabalho da A.M.P. para o biênio 1958-1958 os seguintes empreendimentos prioritários que justificam a atribuição de recursos financeiros da União à Associação dos Municípios de Pernambuco :

I — Cursos de Administração Municipal (Inclusive por Correspondência e Rádioemissora, em colaboração com a Universidade do Recife);

II — Concurso Anual "Municípios Pernambucanos" (Prêmios em dinheiro, no valor total de Cr\$ 500.000,00 a serem atribuídos aos melhores trabalhos ou contribuições sobre problemas de Governo e Administração Municipal. Esse Concurso terá um Regulamento Especial a ser executado sob a jurisdição da Universidade do Recife e terá como finalidade primordial estimular as vocações universitárias, em Pernambuco para o estudo dos problemas de base do Estado; formação e especialização de profissionais competentes; desenvolvimento das ciências e técnicas de administração, planejamento econômico e urbanismo, de maior interesse para os Municípios Pernambucanos);

III — Boletim Técnico de Administração Municipal (Divulgação das atividades da A.M.P.; publicação das aulas e súmulas dos Cursos de Administração Municipal; publicação de estudos, informações, leis, projetos ou quaisquer trabalhos de interesse para os Municípios e para o Estado; orientação técnica das Prefeituras e Câmaras de Vereadores. O referido Boletim será intitulado "Municípios Pernambucanos" e deverá ser editado mensalmente);

IV — Assessoria Técnica (Grupo de Trabalho incumbido de investigar, formular e propor sugestões e medidas objetivas, ao Governo Estadual e à Assembléia Legislativa do Estado, às Prefeituras e Câmaras de Vereadores, tendo em vista a solução prática dos problemas

fundamentais dos Municípios Pernambucanos; realizar estudos técnicos; promover o advento e a progressiva execução de um Sistema Geral de Projetos tendo em vista: I — o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado; II — o Desenvolvimento Planificado dos Municípios Pernambucanos; realizar Missões especiais; planejar, executar e supervisionar acordos e convênios);

V — Aquisição de Sede Própria (Reaparelhamento e manutenção da Associação dos Municípios de Pernambuco);

VI — Participação de todos os Municípios a ser realizado no Recife, em 1959.

Art. 5º Independentemente da fiscalização do Tribunal de Contas da União, deverá o Ministério da Justiça e Negócios Interiores acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários consignados à execução do Programa de Trabalho da Entidade e respectivas metas preferenciais, como tais entendidas os empreendimentos prioritários referidos nos itens I — II — III — IV — V e VI do art. 4º da presente Lei.

Parágrafo único. A Associação dos Municípios de Pernambuco somente poderá utilizar os recursos financeiros que lhe forem consignados no Orçamento Geral da União para os fins especificamente enumerados do Programa de Trabalho objeto do Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica instituído nos termos do art. 3º desta Lei.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, enquanto não se concretizar a providência colimada pelo art. 1º desta lei, ou seja, a consignação de uma dotação orçamentária à Associação dos Municípios de Pernambuco destinada à realização do mencionado Programa de Trabalho segundo cláusulas e condições a serem estabelecidas pelo Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica.

Art. 7º O crédito de que trata esta lei será automaticamente registrado no Tribunal de Contas, distribuído ao Tesouro Nacional e pôsto à disposição da Associação dos Municípios de Pernambuco que o depositará no Banco do Nordeste, em conta especial vinculada à execução do Programa de Trabalho da Entidade.

Art. 8º A aplicação do crédito especial aberto nos termos do art. 6º deverá obedecer à seguinte distribuição: I — Cursos de Administração Municipal — Cr\$ 500.000,00; II — Concurso "Municípios Pernambucanos" — Cr\$ 500.000,00; III — Boletim Técnico de Admi-

nistração Municipal — Cr\$ 500.000,00; IV — Assessoria Técnica — Cr\$ 1.500.000,00; V — Participação de tôdas as Prefeituras e Câmaras de Vereadores do Estado no V Congresso Nacional de Municípios — Cr\$ 500.000,00; VI — Manutenção e Reparelhamento da Associação dos Municípios de Pernambuco; Reuniões ou Conferências Regionais de Prefeitos e Vereadores das onas da Mata, Agreste e Sertão; e demais iniciativas, empreendimentos ou serviços integrantes do Programa de Trabalho da Entidade — Cr\$ 1.500.000,00; Total de Cr\$ 5.000.000,00.

Art. 9º A aplicação do referido crédito será efetuada progressivamente depois de regularmente aprovado e expedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o Convênio Especial já mencionado.

Art. 10. O Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores designará, dentro de 30 dias, o funcionário do Ministério incumbido de representar o Governo Federal e colaborar com a Associação dos Municípios de Pernambuco na eficiente execução do Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica, plena observância de suas metas e prazos.

Parágrafo único. O Convênio Especial regulamentará, em seus dispositivos a execução da presente Lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de novembro de 1957. — *Oswaldo Lima Filho.*

Justificação

Senhor Presidente :

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência e de submeter à alta consideração do Congresso Nacional o Projeto de Lei anexo que dispõe sobre a participação da Associação dos Municípios de Pernambuco (A. M. P.) no Orçamento Geral da União, estabelece um Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica e dá outras providências.

Introdução : Razões de ser do Projeto. No Recife o V Congresso Nacional de Municípios. Pela primeira vez, no Nordeste uma Concentração geral dos Prefeitos e Vereadores do Brasil. Editorial do "Jornal do Comércio" de Pernambuco.

Dentre os motivos fundamentais que determinam e justificam as medidas consubstanciadas neste Projeto de Lei, destaco, Senhor Presidente, a realização do próximo V Congresso Nacional de Municípios precisamente na cidade do Recife — capital do Estado que me orgulho de representar nesta Casa.

O Nordeste e o Norte do País terão oportunidade de receber e homenagear, durante oito dias consecutivos, prefeitos, vereadores, deputados federais e estaduais, técnicos, autoridades e estudiosos de todo o País, expressamente reunidos com a finalidade precípua de examinar os problemas básicos dos Municípios brasileiros.

Peia primeira vez, desde que se instituíram as periódicas concentrações nacionais de prefeituras e câmaras municipais, em busca de soluções concretas para os seus múltiplos problemas, deverá ser efetuada uma verdadeira mobilização de esforços no sentido de desiocar essas grandes concentrações dos mais autorizados representantes do Povo brasileiro para as regiões que mais necessidade sentem de semelhantes concíaves.

Efetivamente, Senhor Presidente, é nas zonas subdesenvolvidas do Nordeste e do Norte do País que se fazia mister levar a efeito um empreendimento dessa ordem — até agora privilégio exclusivo do sul do País.

A realização, no Recife, do V Congresso Nacional de Municípios tornará mais fácil o comparecimento maciço das Prefeituras e Câmaras Municipais da Amazônia, do Maranhão e do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, da Bahia as quais não se puderam representar condignamente nos quatro Congressos Nacionais de Municípios até agora realizados, respectivamente em Petrópolis (Estado do Rio de Janeiro) em abril de 1950; em São Vicente (São Paulo) em 1952; em São Lourenço, (Minas Gerais) em maio de 1954 e, finalmente, no Rio de Janeiro, em maio de 1957. Muito especialmente centenas de Câmaras do Polígono das Sêcas que pelas suas condições precárias de atraso, orçamentos insignificantes e desequilibrados pelas imensas distâncias e dificuldades de toda ordem sempre permaneceram à margem dos estudos, debates e iniciativas características dos Congressos Nacionais de Municípios, poderão tirar proveito de uma participação direta: — a observação, o contacto pessoal, o estímulo proporcionado pelo conhecimento das realizações e problemas dos Municípios mais adiantados, constituirão uma experiência de benéficos efeitos para essas Comunas extremamente necessitadas de uma maior compreensão e ajuda da tarefa do Governo Federal e das administrações estaduais. Desta vez é quase certo que

os Municípios do Norte e do Nordeste comparecerão em massa e receberão condignamente os seus irmãos do Centro, do Leste e do Sul do País onde indiscutivelmente se encontram os Municípios mais ricos e desenvolvidos, em que pese o fenômeno da ocorrência de algumas raras comunidades nordestinas em condições de sustentarem qualquer comparação com as mais progressistas do Brasil.

A realização no Recife do V Congresso Nacional de Municípios — de 1 a 8 de dezembro de 1959 — torna imperativa e urgente a aprovação do Projeto de Lei que tenho a honra de apresentar. Trata-se, Senhor Presidente, de preparar o advento do Conclave do Recife e, sobretudo, tomar as providências indispensáveis ao pleno êxito dessa magna Concentração das Prefeituras e Câmaras Municipais de todo o País. Ao mesmo tempo urge dar início a um sistema de cooperação e assistência técnica entre o Governo Federal e a Associação dos Municípios de Pernambuco (A.M.P.) que é a instituição sobre a qual pesam as maiores responsabilidades no tocante ao êxito e aos resultados práticos do Congresso do Recife.

A expectativa em torno desse empreendimento é extraordinária. Transcrevo a seguir o editorial que o "Jornal do Comércio" do Recife publicou sobre o assunto em sua edição de 8 de novembro do corrente: "Congresso de Municípios — o fato de se reunirem, todos os anos, Congressos Nacionais de Municípios, não deixa de ser singificativa da compreensão da vida brasileira.

Há nesse movimento, decerto, a intenção de aplicar os dispositivos da Carta Magna, considerada a mais municipalista das nossas Constituições e elaborada, sob esse aspecto, à base de um conhecimento melhor e mais amplo da nossa realidade econômica.

E' possível que, na prática, esses Congressos não consigam oferecer de maneira absolutamente satisfatória os resultados que um certame dessa natureza deve sugerir. Isso por uma razão: porque as teses nem sempre correspondem às necessidades vitais da organização nacional. Nesse terreno, como de resto, em quase tudo quanto diga respeito aos nossos problemas, as teorias e doutrinas freqüentemente representam ensaios e experiências que não se ajustam ao cotidiano. E quando acontece que determinadas reivindicações estão contidas em novas conquistas legais, observa-se que a tendência para o encargo redundante, não raro, em negação dos princípios estabelecidos.

Por exemplo: a autonomia municipal é um desses princípios que, contido nas suas limitações constitucionais, representa um dos elementos de vitalidade e desenvolvimento das Comunas. Mas, geralmente, ao invés de conformarmos o dispositivo à nossa realidade, exorbitamos

dela, dando-se-lhe perigosa elasticidade que pode chegar ao ponto de comprometer a organização mestra dos Municípios.

Congressos Municipais de caráter nacional, como os que têm sido realizados, devem ter, primordialmente, um objetivo: traçar roteiros seguros para o progresso local. Basta isso para que tenhamos já uma ampla e complexa, exigindo que os técnicos e os dirigentes se preocupem com a maneira mais fácil de executar um programa municipalista sem exaêros nem contrafações, no qual se objetivam os meios de alcançar, na prática, o melhor rendimento das possibilidades locais.

A atenção que se vem dando, ultimamente, ao Município e a amplitude que se lhe conferiu na Carta Federal vigente tem o mérito de valorizar, em tãrmos econômicos de acentuada oportunidade, o papel que lhe cabe. Como quase tudo no Brasil, o Município tem sido estragado pela política apaixonada e preconcebida, que entende a Comuna como uma área eleitoral sob a influência de chefes indiscutíveis. Tal mentalidade vai cedendo, aos poucos, ao influxo dos próprios fatos, que se encarregam de demonstrar qual o itinerário que a economia tem a seguir, sob pena de a organização municipal se transformar num cáos.

Será de justiça salientar que, em Pernambuco, as Semanas Rurallistas, reunindo Prefeitos da mesma zona, interessando no debate de assuntos da Região as autoridades e os entendidos, vêm contribuindo para fazer do Municipalismo uma fôrça orgânica e consciente, cujo êxito estará, precisamente, na ausência de qualquer influência política co-partidária.

As aspirações regionais, ligadas aos Municípios onde os problemas e reivindicações são praticamente equivalentes, se exprimem nos mesmos programas e nas mesmas lutas. Daí a vantagem que há em tôdas as reuniões que tenham por objetivo um conhecimento das situações e o desejo comum de se entrelaçarem as atividades, à busca de soluções gerais, que comportem, em uma palavra, os mesmos fatôres.

O verdadeiro Municipalismo, tantas vêzes apregoadado, mas quase sempre humilhado, terá de ir adquirindo, aos poucos, pela fôrça mesma das circunstâncias, a consistência econômica que deve animá-lo, poupando aos Municípios a experiência tantas vêzes prejudicial da política desenfreada que, ao invés de promover a união de interêsses, divide-os, separá-os, agrava-os.

Daí porque os Congressos de Municípios devem ter em vista que o seu comportamento se cinge aos propósitos efetivos de u'a melhoria

de condições pela associação de esforços e de empenhos, capazes de aglutinar as reivindicações mais imperiosas.

Tendo sido o Recife escolhido para sede do próximo Congresso Nacional de Municípios, o fato é auspicioso, sem dúvida, como oportunidade para debates e soluções dos problemas pernambucanos, que estão, por sinal, equacionados em planejamentos e contribuições constantes de numerosos estudos, apelos, relatórios, memoriais que representam, nestes últimos anos, o melhor testemunho de um trabalho sistemático em benefício das nossas necessidades.

Um certame de tais proporções não encontra o Estado desprevenido quanto ao conhecimento das dificuldades que entravam, dia a dia, o nosso desenvolvimento. Mas, isso, decerto, não significa tudo, pois que os planos traçados apenas têm valido como sugestões, em face da precariedade de recursos financeiros para convertê-los em remédios eficazes.

De suma importância para o Nordeste, principalmente, será o Congresso Nacional de Municípios, desde que se volte, especificamente, para os nossos problemas e para as suas características regionais. E vários são os aspectos a considerar, notadamente os que dizem respeito aos transportes, ao crédito bancário, ao financiamento, aos desenvolvimentos da agricultura — a toda uma série de assuntos que, no momento assumem especial relevo em face das possibilidades que, com a energia da "Paulo Afonso", poderão resultar na redenção econômica que foi assegurada ao Nordeste.

O Congresso Municipalista a realizar-se no Recife, no ano próximo, será o coroamento de reuniões outras que, com objetivos relevantes, ofereceram contribuições digna do melhor registro aos estados e encaminhamento dos nossos problemas.

Afinal, tantos movimentos em que se exaltam os interesses nordestinos e em que se fixam as melhores diretrizes para o desenvolvimento das possibilidades industriais de Pernambuco, não poderão deixar de representar um esforço meritório em prol das grandes causas que animam a vida regional.

Certamente, o Congresso de Municípios constituirá uma cooperação apreciável, no domínio das nossas aspirações mais justas e mais diretamente ligadas à sobrevivência econômica do Estado e da Região." — "Jornal do Comércio" — Recife, 8 de novembro de 1957).

Os conceitos emitidos por esse grande órgão da imprensa nordestina e brasileira reforçam, Senhor Presidente, os argumentos no sentido de ser quanto antes aparelhada a Associação dos Municípios de Pernam-

bucu (A.M.P.) — dinâmica e inteligentemente dirigida pelo ilustre Prefeito de Paudalho, Dr. Almani Sampaio, o qual desde já se encontra em plena atividade articulando o apoio e a colaboração dos órgãos do Governo Federal e dos Governos Estaduais, da Associação Brasileira de Municípios e das demais Associações Regionais de Municípios, de todos os Partidos Políticos, sem exceção, — a fim de que o Congresso do Recife, rigorosamente técnico e cultural, obtenha o mais absoluto sucesso. E' conveniente acentuar que se deverão representar nesse empreendimento, tôdas as correntes partidárias, as classes conservadoras, os sindicatos de classe e os órgãos culturais do País. Tudo indica que será um Congresso diferente, eminentemente prático.

O GOVÊRNO FEDERAL E AS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE MUNICÍPIOS,
NECESSIDADE DE UM CONVÊNIO ESPECIAL DE COLABORAÇÃO
E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

As Prefeituras e Câmaras Municipais, sentem necessidade, de vez em quando, de recorrer aos Ministérios governamentais, entidades autárquicas e mesmo empresas privadas, solicitando a prestação dos mais variados tipos de assistência. Os Municípios não podem prescindir ou dispensar a colaboração e assistência dos Governos Estaduais e principalmente, dos órgãos do sistema administrativo da União.

A experiência, todavia, demonstra que os Prefeitos e Vereadores raramente são atendidos, permanecendo sem resposta satisfatória as mais simples consultas pelos mesmos formuladas no interesse dos respectivos Municípios. O fato conhecido é que os problemas continuam à espera de solução sempre proteladas e as principais reivindicações municipais não são atendidas. Nos diversos Congressos Nacionais e Regionais que vêm sendo realizados desde 1950, insistem os Municípios, pela voz autorizada de seus representantes, na conveniência de implantação de serviços especializados em condições de atender às suas queixas, reclamações ou consultas.

Ora, a prestação de assistência técnica é uma das responsabilidades fundamentais da Associação Brasileira e das Associações Regionais de Municípios. Mas, em face da precariedade dos recursos financeiros e da inexistência de equipes especializadas, não se encontram essas Entidades devidamente aparelhadas para se desincumbirem dessas atribuições. Ainda durante muitos anos caberá ao Governo Federal orientar, estimular e realizar essa assistência tão reclamada pelos Prefeitos e Vereadores.

No entanto há uma solução para esse problema: enquanto a A.B.M. se reorganiza e se fortalece com as providências sugeridas pelo

IV Congresso Nacional de Municípios recentemente encerrado na Capital Federal, é perfeitamente possível, com o indispensável auxílio do Governo Federal, descentralizar alguns dos encargos básicos da Entidade, notadamente os que estão situados no âmbito da assistência técnica. Essa descentralização, por outro lado, além de resolver o impasse virá contribuir para acelerar o desenvolvimento dos Municípios, — refiro-me, especialmente, à realização de um grupo de Acordos e Convênios objetivos: de início, é perfeitamente exequível — tanto do ponto de vista técnico e administrativo, como do financeiro — o adequado planejamento e execução dos seguintes Acordos ou Convênios: com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores; o Ministério da Educação e Cultura; o Ministério da Viação e Obras Públicas; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; o Departamento Administrativo do Serviço Público; a Fundação Getúlio Vargas; o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação; a Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia; o Banco do Nordeste do Brasil; o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico; o Conselho Nacional de Pesquisas, para citar apenas os mais urgentes.

A realização de Acórdos ou Convênios descentralizados e especificamente relacionados ao Projeto de Reorganização Administrativa da A.B.M. que a 27 de maio do corrente o representante do Território do Rio Branco, Sr. Araújo Cavalcanti encaminhou ao Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Celso Melo de Azevedo, Presidente da Entidade (Resolução n.º 1 — Dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Associação Brasileira de Municípios, estabelece as Diretrizes e Bases do seu funcionamento e dá outras providências. Documento anexo n.º 1). Além do mais, o estabelecimento desse conjunto de Acórdos especiais é medida preliminar necessária ao advento do Sistema Geral da Operação Município, suas Projeções Regionais e Locais.

A realização de Acordos ou Convênios descentralizados e específicos não apresenta nenhuma dificuldade. Como é do conhecimento público, desde sua fundação até o presente momento vem a A.B.M. desenvolvendo uma singular atuação, concentrando esforços na organização periódica de Congressos Regionais ou Nacionais de Municípios. A experiência aconselha, todavia, que chegou o momento de promover — em escala adequada à complexidade dos problemas — uma atuação mais prática tendo em vista a prestação de assistência técnica, financeira e cultural em caráter permanente. Daí o Projeto de Lei ora apresentado que é o primeiro neste sentido, objetivando descentralizar essa assistência através de um Convênio com a Associação dos Municípios de Pernambuco. A esse Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica deverão seguir-se outros idênticos com as demais

Associações Regionais — todos na mais íntima articulação com a Associação Brasileira de Municípios. A razão de ser da escolha da Associação dos Municípios de Pernambuco para realização de um convênio pioneiro, consiste no fato de se tratar da mais ativa e dinâmica Associação Regional em funcionamento efetivo e, principalmente, porque as responsabilidades dessa Associação são as maiores, no momento, em virtude da realização no Recife do V Congresso Nacional de Municípios (de 1 a 8 de dezembro de 1959).

Em Pernambuco, Sr. Presidente, encontra-se organizada, instalada e em plena atividade a Associação dos Municípios Pernambucanos (A.M.P.). Graças à sua atuação, eficiência e, sobretudo, graças à alta envergadura moral e comprovada capacidade de seus líderes e dirigentes — figuras exponenciais da administração, da técnica, da política e da cultura — encontra-se a A.M.P. plenamente consolidada.

E' um órgão útil e prestigiado pelo muito que está fazendo dentro das naturais limitações dos recursos de que dispõe. E', sobretudo, uma Entidade dinâmica que se encontra perfeitamente aparelhada para o bom desempenho de suas atribuições. Levando em consideração todos esses fatores, foi que a Reunião conjunta dos Conselhos da Associação Brasileira de Municípios votou uma Moção especial de aplausos e estímulo à Associação dos Municípios de Pernambuco.

Encerrada a reunião dos Conselhos da entidade máxima do municipalismo, a A.B.M. torna-se indispensável dar execução às principais recomendações então aprovadas e, ao mesmo tempo, realizar os seus objetivos estatutários.

O Convênio a ser firmado entre a Associação dos Municípios de Pernambuco e o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, — seus objetivos, cláusulas, prazos e condições específicas, além de outras providências, — deve, naturalmente ser precedido de amplos entendimentos entre os dirigentes da instituição e o Ministério da Justiça. De qualquer forma, é inadiável o entrosamento entre a Entidade e o Governo Federal. Trata-se de providência de grande repercussão, pelos benéficos resultados e que certamente contribuirá para fortalecer o Movimento Municipalista brasileiro, para dar-lhe, sobretudo, um cunho mais prático e possibilitar uma maior concentração de esforços tendo em vista, entre outros objetivos, a plena execução do Sistema Geral da Operação Município, suas Projeções Regionais e Locais.

Ao Convênio entre o Ministério da Justiça e a Associação dos Municípios de Pernambuco, seguir-se-ão, oportunamente, outros idênticos como as Associações Regionais de São Paulo, Minas Gerais, Estado do

Rio, Alagoas, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, Paraíba, Santa Catarina e Rio Grande do Norte que são os Estados cujas Associações precisam ser dinamizadas e igualmente merecem plena cooperação e apoio do Governô Federal.

Uma das vantagens do Projeto de Lei que tenho a satisfação de submeter à alta deliberação do Parlamento é exatamente essa de abrir o caminho e servir de modelo para iniciativas semelhantes. A realização de tais Convênios terá, na prática inúmeras vantagens, a maior das quais reside, precisamente, na possibilidade de se dar ao Municipalismo uma substância concreta, tornando possível o atendimento de suas principais reivindicações sem prejudicar de forma alguma, os interesses dos Estados e da União.

A reorganização administrativa e dinamização da A. B. M.

Um modelo a ser adotado pelas associações regionais

O representante do Território Federal do Rio Branco no Conselho Deliberativo da A.B.M., Sr. Araújo Cavalcânti, encaminhou ao Prefeito Celso Melo de Azevedo, Presidente da Entidade, uma Resolução que dispõe sobre a reorganização administrativa da A.B.M., estabelece diretrizes e bases de seu funcionamento e dá outras providências. Um dos primeiros atos do Prefeito de Belo Horizonte ao assumir a Presidência da entidade máxima do municipalismo consistiu, exatamente, em solicitar a elaboração de rigoroso estudo e formulação objetiva das providências mais urgentes a serem tomadas, no sentido de uma reestruturação integral e progressiva da Associação Brasileira de Municípios.

O Conselheiro pelo Rio Branco deu imediato cumprimento às determinações do IV Congresso Nacional de Municípios que evidenciam, antes de tudo, uma preocupação absorvente no sentido de restabelecer a confiança na A.B.M., tornando-a realmente um organismo atuante. O IV Congresso Nacional de Municípios realizado de 27 de abril a 5 de maio do corrente, traduziu o clamor unânime das Prefeituras e Câmaras Municipais de todo o País em tórno de uma completa e decisiva renovação da A.B.M.

As providências consubstanciadas na Reorganização proposta pelo representante do Rio Branco têm como objetivo primordial dar forma e conteúdo prático às exigências e aos generalizados anseios de renovação de que o mencionado Congresso foi uma demonstração enérgica, concreta e inequívoca.

Urge, de fato, aperfeiçoar, dinamizar e descentralizar a Associação Brasileira de Municípios tanto no que se refere aos órgãos de sua estrutura básica, como no tocante ao respectivo funcionamento, aos princípios, técnicas e métodos de atuação. Esta é, em resumo a substância da renovação que as Comunas brasileiras vinham exigindo desde longa data. Renovação tanto mais urgente quanto é certo que ela condiciona em seus aspectos essenciais, a magna tarefa de assegurar a sobrevivência da Instituição sem embargo de sua reintegração no império da mais absoluta legalidade e plena articulação com os órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo da Federação. Dessa reestruturação depende, inclusive, o próprio fortalecimento do Movimento Municipalista perante a Opinião Pública. Sem uma reorganização integral jamais poderia a A.B.M. realizar qualquer esforço eficiente em benefício das Comunas, principalmente através da pronta execução do excelente e singular conjunto de projetos consubstanciados na Operação Município.

As naturais dificuldades de uma reorganização elaborada em função das necessidades, limitações e problemas peculiares à A.B.M. e às Associações Regionais sob sua jurisdição crescem de vulto e complexidade quando se tem em vista que as Comunas brasileiras atribuíram a essas entidades novas, sérias e complexas atribuições. E essas responsabilidades aumentam progressivamente na medida em que os problemas se ampliam e se agravam.

Os Prefeitos e Vereadores confiam em que a A.B.M. e as Associações Regionais de Municípios por ela coordenadas possam corresponder às esperanças que nelas depositam o Povo brasileiro em geral e as nossas Comunas em particular. Esperanças que estão resumidas no Sistema Geral da Operação Município. A este respeito os Municípios brasileiros, aguardam as iniciativas e providências não somente das entidades municipalistas como, notadamente dos órgãos federais e estaduais — quer governamentais, quer privados, que devem contribuir para o fortalecimento do Municipalismo em benefício da Nação em geral, e do Interior do País, em particular.

E enquanto são tomadas essas providências a Associação dos Municípios Pernambucanos já se antecipa na forma do Convênio Especial de Colaboração e Assistência Técnica que tenho a honra de propor. Convênio que deverá marcar o início de uma nova fase no quadro das relações intergovernamentais e interadministrativas.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1957. — *Oswaldo Lima Filho.*

DOCUMENTO ANEXO Nº 1

Associação Brasileira de Municípios

Sede própria: Av. Almirante Barroso, 2 — 3º andar — Tel. 22-9243
— D.F.

Circular nº 4/57

Em 18 de junho de 1957.

Do Presidente do Conselho Diretor.

Aos Conselheiros da A.B.M., Prefeitos, Vereadores e Autoridades.

Assunto: Submete à Crítica Projeto de Resolução Relativo à Reorganização Administrativa do Conselho Diretor da A.B.M.

Prezado Amigo.

Tenho a satisfação de remeter a V. S. o Projeto anexo de proposta de reorganização administrativa do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Municípios, elaborada pelo Conselheiro por Rio Branco, Doutor Araújo Cavalcânti.

Permito-me solicitar a V. S. que examine detidamente o referido Projeto e a respeito dêle ofereça tôda sugestão que lhe ocorrer. Nosso propósito é tão sômente o de aperfeiçoar um instrumento de trabalho, fazendo-o realmente ajustável à A.B.M. e a esta entidade permitindo que realize os seus objetivos.

Convencido de que V. S. atenderá ao apêlo que ora se lhe faz, apresento-lhe meus antecipados agradecimentos, com a expressão de distinto aprêço.

Atenciosamente. — *Celso Mello de Azevedo*, Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Municípios.

RESOLUÇÃO Nº 1

Dispõe sôbre a Reorganização Administrativa do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Municípios, estabelece as Diretrizes e Bases do seu Funcionamento e dá outras providências.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Estrutura Básica do Conselho Diretor

Art. 1º O Sistema Administrativo da Associação Brasileira de Municípios é constituído pelo conjunto de Órgãos, Setores ou Serviços

especiais, integrantes do Conselho Diretor da Entidade, diretamente subordinados ao seu Presidente.

Art. 2º A estrutura administrativa do Conselho Diretor da Associação Brasileira de Municípios fica instituída e organizada, nos termos desta Resolução da seguinte forma:

- I — Presidente (C.D.1).
- II — Órgãos Integrantes da Presidência (CD.2).
- III — Setores Específicos (CD.3).
- IV — Projeções Regionais e Locais (CD.4).
- V — Serviços Especiais (CD.5).

Parágrafo único. Além dos Órgãos, Setores, Projeções e Serviços ora previstos, estabelecidos e enumerados, o Presidente do Conselho Diretor poderá instituir, no uso de suas atribuições e mediante Resolução específica, Comissões Especiais ou Grupos de Trabalho, se assim o exigirem os imperativos ou conveniências da **reestruturação e dinamização da Associação**, as necessidades ou exigências do **Movimento Municipalista em geral e das Comunas brasileiras em particular**.

FUNÇÕES E FINALIDADES DOS ÓRGÃOS

Funcionamento do Conselho Diretor

- I — Presidente (CD.1).

Art. 3º Ao Presidente do Conselho Diretor da Associação (CD.1) compete o pleno exercício de suas atribuições e prerrogativas como principal responsável pela gestão dos negócios, iniciativas, atividades ou providências da Entidade, notadamente:

a) praticar todos os atos necessários à administração e representação da Associação Brasileira de Municípios;

b) planejar, orientar, dirigir, superintender, coordenar e fiscalizar a administração da Entidade, expedindo para esse fim Resoluções, Ordens de Serviço, Instruções ou quaisquer Atos Normativos indispensáveis ao cabal desempenho das atribuições de sua competência, à plena eficiência de sua atuação, realização integral das finalidades da A.B.M., e especificamente, o Programa de Trabalho consubstanciado na presente Resolução.

- II — Órgãos Integrantes da Presidência (CD.2).

Art. 4º São os seguintes os Órgãos integrantes da Presidência do Conselho Diretor da A.B.M. (CD.2):

- I — Gabinete da Presidência (CD.2/1);
- II — Assessoria Técnica (CD.2/2);

III — Movimento Municipalista Brasileiro (CD.2/3) — (em organização).

Art. 5º O Gabinete da Presidência (CD.2/1) tem a seu cargo o assessoramento do Presidente no planejamento, administração, superintendência, controle, coordenação e fiscalização das múltiplas atividades do Conselho Diretor.

Parágrafo único. São atribuições específicas do Gabinete :

a) auxiliar o Presidente no estudo e decisão de todos os assuntos políticos, administrativos, econômicos, financeiros, técnicos, culturais e sociais submetidos à sua deliberação ;

b) prestar completa assistência ao Presidente em tudo que se referir à administração da Associação Brasileira de Municípios realizada por intermédio do Conselho Diretor;

c) coordenar e acompanhar o funcionamento, por determinação do Presidente, dos Órgãos, Setores, Projeções e Serviços integrantes do Conselho Diretor, tendo em vista estimular ou aumentar os respectivos coeficientes de produtividade;

d) preparo de todos os Atos decorrentes das iniciativas, ordens ou decisões do Presidente ;

e) assegurar plena manutenção e estreitar cordiais e permanentes relações com os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Associação e com as autoridades civis e militares da União, dos Estados e Municípios ;

f) desempenhar os encargos inerentes à representação, ou quando fôr o caso, delegação de funções da Presidência ;

g) resolver os casos omissos.

Assessoria Técnica (CD.2/2)

Art. 6º A Assessoria Técnica (CD.2/2) tem a seu cargo, além do assessoramento especializado do Presidente do Conselho Diretor, a execução de Missões Concretas que pelo mesmo lhe foram atribuídas, tendo em vista, o equacionamento definitivo, as soluções exatas e práticas dos problemas fundamentais das Comunas Brasileiras e do Movimento Municipalista.

Art. 7º À Assessoria Técnica incumbe auxiliar o Presidente do Conselho Diretor no planejamento e execução de um conjunto de Acordos e Convênios entre a A.B.M. e os principais órgãos do sistema administrativo da União ou dos Estados.

Art. 8º ríca desde já autorizada a realização de Acordos, Convênios ou Contratos entre a A.B.M. e as Instituições a seguir mencionadas :

a) com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para uma atuação conjunta, sinérgica e harmônica no tocante à publicação da "Revista dos Municípios" (I); realização em bases nacionais do "Concurso Teixeira de Freitas" — prêmios Calógeras, Mauá e Euclides da Cunha, ou seja, o Municipalismo a serviço da Técnica e da Cultura (II);

b) com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, para prestação de assistência técnica às Prefeituras e Câmaras Municipais, na forma do art. 26 dos Estatutos da A.B.M. (III);

c) com o Departamento Administrativo do Serviço Público, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas para execução conjunta dos Cursos de Administração Municipal — inclusive por correspondência e pelo rádio — consoante Resolução aprovada pelos Conselhos reunidos da A.B.M., a 21 de janeiro de 1957 (IV);

d) com o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e o Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas para organização e distribuição do "Manual dos Prefeitos e Vereadores" — Elementos de Pesquisas e Fontes de Informações Especializadas sobre os Problemas Municipais, Legislação Básica. Roteiro Bibliográfico para o Estudo da Administração Municipal — ainda de acôrdo com a mencionada Resolução de 21 de janeiro de 1957 (V);

e) com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico para realização de inquéritos técnicos, análises econômicas e preparo de um Anteprojeto de Lei relativo ao desenvolvimento planejado dos Municípios brasileiros no quadro dos planos governamentais de desenvolvimento econômico e social do País — trabalho êsse fundamental para solução definitiva dos problemas da participação dos Municípios no Orçamento Geral e nos Orçamentos Cambiais da União; investimentos em obras, empreendimentos e serviços geradores de riqueza; coordenação dos programas regionais e locais com os planos nacionais de desenvolvimento (VI);

f) com o Banco do Nordeste do Brasil e a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para investigação, traçado e elaboração de «projetos piloto» e estudos especializados regionais sobre determinadas "áreas-problema" situadas nas zonas mais subdesenvolvidas e retardadas da Amazônia e do Nordeste (VII).

Art. 9º Situam-se, além disso, no âmbito de competência da Assessoria Técnica :

a) traçar planos e projetos destinados ao progressivo desenvolvimento do Movimento Municipalista aperfeiçoamento estrutural, expansão e fortalecimento da Associação Brasileira de Municípios, colimando uma atuação mais prática, técnica e eficiente da Entidade ;

b) promover investigações e trabalhos objetivos, tendo em vista o desenvolvimento planejado dos Municípios brasileiros;

c) manter uma articulação dinâmica, funcional e permanente com o Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas dos Estados;

d) efetuar um rigoso levantamento de todos os projetos de interesse das Prefeituras ou Câmaras Municipais em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como acompanhar a discussão e votação dos mesmos;

e) examinar e acompanhar, no interesse dos Municípios, a elaboração e execução do Orçamento Geral e dos Orçamentos Cambiais da União ;

f) investigar, formular e propor ao Presidente, diretrizes, medidas, sugestões, projetos de lei, substitutivos e outras providências relativas à solução de quaisquer problemas ou assuntos de importância para o desenvolvimento dos Municípios e o bem-estar de seus habitantes ;

g) ultimar os estudos técnicos e promover, por todos os meios, o advento de uma nova discriminação de rendas simultaneamente com a progressiva execução do Sistema Geral da *Operação Município* ;

h) sugerir e providenciar os atos ou medidas imprescindíveis à execução das principais reivindicações das Comunas brasileiras tais como aprovadas pelos Congressos Nacionais de Municípios.

MOVIMENTO MUNICIPALISTA BRASILEIRO (CD. 2/3)

(*Em Organização*)

Art. 10. Ficam centralizadas na Presidência do Conselho Diretor todas as atividades de organização, comando e coordenação do Movimento Municipalista brasileiro (CD. 2/3).

Parágrafo único. Logo que forem preliminares que a respeito estão encerrados os estudos e trabalhos sendo realizados, o Presidente do Conselho Diretor expedirá uma Resolução Especial sobre o Magno Projeto (M. M. B.).

III — Esquema dos Setores Específicos (CD 3)

Art. 11. Integrados na estrutura do Conselho Diretor e diretamente subordinados ao Presidente, ficam instituídos os cinco *Setores Específicos* (D. 3) abaixo enumerados :

- s.1 — Setor Administrativo (CD 3/1);
- s.2 — Setor Financeiro (CD 3/2);
- s.3 — Setor de Documentação e Relações Públicas (CD 3/3);
- s.4 — Setor de Estudos, Consultas e Pareceres (CD 3/4);
- s.5 — Setor de Representação dos Municípios (CD 3/5).

Art. 12. Ao Setor Administrativo (CD 3/1) compete orientar, executar, fiscalizar e coordenar as atividades relativas à Administração de Pessoal, à Elaboração, Aquisição e Contrôlo de Material, Almoxarifado, implantação dos Serviços de Comunicações, Mecanografia e Arquivo.

§ 1º As demais atividades de administração geral da A.B.M., como tais entendidas as de Contabilidade, Tesouraria, Documentação e Relações Públicas serão exercidas através dos Setores Específicos referidos do artigo anterior.

§ 2º Além das incumbências referentes à supervisão dos serviços de secretaria; preparo do expediente, da correspondência e do Relatório Anual da Associação: manutenção do Arquivo e assim por diante ficam expressamente atribuídos ao Setor Administrativo os seguintes encargos adicionais :

a) organização e execução de uma Campanha Nacional de sócios naturais, coletivo e individuais, destinada a ampliar e consolidar o quadro Social da Entidade e, dest'arte, fortalecer as suas fontes de receita;

b) colaborar na Reforma dos Estatutos da Associação e estimular, mediante amplos contactos, entendimentos diretos e íntima cooperação, um movimento nacional destinado a reestruturar e dinamizar as Associações Regionais em função dos ideais e projetos de renovação e modernização do Movimento Municipalista Brasileiro;

c) funcionar em regime de articulação integral com o Setor Financeiro, além de manter o mais estreito contacto possível com os demais Setores e órgãos a fim de elaborar os anteprojetos de Plano de Trabalho e Orçamento anuais da Associação a serem encaminhados ao Presidente do Conselho Diretor.

Art. 13. O Setor Financeiro (CD.3/2) tem a seu cargo a imoan-
tação e perfeito funcionamento dos Serviços Auxiliares indispensáveis
à execução Orçamentária (Receita e Despesa) e à gestão Patrimonial
da Associação.

Art. 14. Ao Setor de Documentação e Relações Públicas
(CD 3/3) incumbe as responsabilidades de planejar e executar
programas relacionados com a pesquisa, critica, elaboração e divul-
gação de dados, estudos ou informações de interêsse para a A.B.M. e
notadamente :

a) a investigação, análise e preparo dos elementos indispensáveis
ao equacionamento exato e à solução precisa não sòmente dos problemas
ou assuntos relacionados com os Municípios, como, também, de tudo
quanto se refere à própria Associação ;

b) promoção e coordenação das atividades referentes ao aperfei-
çoamento técnico-cultural do Movimento Municipalista, bem como
amparo a quaisquer iniciativas orientadas no sentido do desenvolvi-
mento das Comunas brasileiras ;

c) realização de inquéritos, intercâmbio e campanhas de âmbito
nacional com a colaboração dos governos municipais, estaduais e
federal sòbre qualquer projeto iniciativa, empreendimento, serviço ou
tema de utilidade para os Municípios;

d) levar a efeito o registro preciso e a divulgação sistemática das
informações, notícias, ocorrências, direta ou indiretamente viculadas à
A.B.M. e ao Movimento Municipalista;

e) publicar mensalmente o Boletim Informativo da A.B.M.;

f) preparar e expedir os Comunicados oficiais periódicos do
Presidente para os Jornais, rádioemissoras, Prefeituras e Câmaras
Municipais de todo o País;

g) levar a efeito e manter amplos entendimentos com o I.B.G.E.
para uma participação mais intensa da A.B.M. no preparo e divulgação
da "Revista dos Municípios";

h) organizar e fazer funcionar uma Biblioteca Especializada.

Art. 15. O Setor de Estudos, Consultas e Pareceres (CD 3/4)
tem por finalidade :

a) efetuar as pesquisas, levantamentos e estudos que lhes forem
solicitados pelo Presidente do Conselho Diretor ;

b) opinar sòbre os temas, questões ou problemas que condicionam
a própria existência da Entidade e do Movimento Municipalista ;

c) realizar investigações objetivas e de sentido prático sobre as finalidades, processos, experiências, técnicas ou métodos de Governo e Administração Municipal ;

d) apreciar e dar parecer, com base nos estudos efetuados, sobre as condições necessárias, aspectos, objetivos, problemas e tendências dos Municípios brasileiros tendo em vista as melhores soluções para cada caso ;

e) atende aos pedidos de informações ou consultas das Prefeituras, Câmaras, Assembléias Legislativas, Instituições Culturais, autoridades, estudiosos dos problemas econômicos, financeiros, administrativos ou sociais dos Municípios ;

f) sugerir ou propôr quaisquer medidas que possam contribuir para a racionalização da administração municipal ;

g) proporcionar aos diversos Órgãos, Setores, Serviços ou Projeções da A.B.M. as informações ou elementos indispensáveis ao satisfatório desempenho de suas incumbências ;

h) colaborar com os Podêres constituídos, as instituições e organizações públicas ou privadas, com as autoridades, em geral, sempre que solicitado.

Art. 16. O Setor de Representação dos Municípios (CD. 3/5), tem por objetivo prestar uma assistência direta e de cunho prático às Prefeituras e Câmaras Municipais no que se refere ao andamento e solução dos respectivos problemas ou interesses.

Parágrafo único. Sem prejuízo de quaisquer outras atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Presidente do Conselho Diretor, compete, primordialmente, ao referido Setor :

a) acompanhar o andamento dos officios ou solicitações das Prefeituras ou Câmaras Municipais nos órgãos integrantes dos Ministérios, Entidades Autárquicas ou Repartições Públicas, de modo geral, federais estaduais ou municipais ;

b) desembaraçar verbas, auxílios, contribuições, empréstimos, subvenções e cotas devidas aos Municípios, de acordo com a orientação e instruções recebidas de cada Prefeitura ou Câmara;

c) cuidar, junto às Repartições públicas de qualquer assunto vinculado às Prefeituras e Câmaras Municipais;

d) desincumbir-se, em suma, dos serviços pertinentes aos interesses das Prefeituras ou Câmaras Municipais, prestando-lhes toda e qualquer assistência que se fizer necessária de tudo dando ciência aos interessados.

NÚCLEOS E CLUBES MUNICIPALISTAS

Art. 17. A fim de criar condições favoráveis ao pleno êxito da reestruturação geral, dinamização e aperfeiçoamento da Associação Brasileira de Municípios; descentralização de suas funções, atividades, encargos especiais e recursos; consolidação, fortalecimento e expansão do Movimento Municipalista Brasileiro ficam criadas as Projeções Regionais e Locais do referido Movimento.

§ 1º Para os efeitos de reorganização ora prevista, consideram-se Projeções Regionais ou Locais do Movimento Municipalista Brasileiro as Associações Regionais ou Estaduais de Municípios devidamente reestruturadas, instaladas e, em pleno funcionamento, assim como os Núcleos ou Clubes que forem sendo paulatinamente instalados.

§ 2º O estabelecimento dessas Unidades descentralizadas de atuação municipalista deverá obedecer a cuidadoso planejamento de maneira a que, além das suas finalidades principais de fortalecer e acelerar o ritmo do Movimento Municipalista elas sejam, também, ativos centros de estudo, pesquisas e debates dos problemas regionais ou locais.

§ 3º O Presidente do Conselho Diretor da A.B.M. providenciará a organização e instalação das referidas Associações nos Estados Territórios da Federação onde elas não existirem ou, por motivo qualquer, hajam deixado de funcionar em condições satisfatórias de eficiência e regularidade.

§ 4º O Presidente do Conselho Diretor estimulará, outrossim a instalação progressiva de Núcleos ou Clubes Municipalistas nas principais cidades do País, os quais deverão funcionar em regime de completa descentralização embora devidamente entrosados e coordenados com as Associações Regionais e Estaduais porventura existentes.

Art. 18. As Projeções Regionais e Locais do Movimento Municipalista através da Rede Nacional de Núcleos, clubes ou Associações — deverão constituir na plenitude de seu funcionamento, um poderoso fator de brasilidade e civismo a serviço da Cultura, da Técnica e da Ciência.

Parágrafo único. Constitui responsabilidade fundamental da A.B.M. em sua nova fase, proporcionar um significado adicional ao Municipalismo: — neste sentido cumpre utilizar as suas virtualidades em benefício do aprimoramento ético e cultural simultaneamente com o esforço sem paralelo destinado a melhorar as condições materiais e o padrão de vida do Povo brasileiro.

V — SERVIÇOS ESPECIAIS (CD. 5)

Art. 19. Os Serviços Especiais (CD. 5), mencionados no artigo 2º, item V, desta Resolução, são Empreendimentos, Órgãos, Atividades ou Realizações para as quais a experiência aconselha um regime especial de funcionamento descentralizado sem prejuízo, contudo, do respectivo enquadramento na órbita de jurisdição da Presidência do Conselho Diretor.

Art. 20. São três os Serviços Especiais ora criados, como decorrência da Reunião Conjunta dos Conselhos Deliberativo, Diretor e Fiscal da A.B.M., levada a efeito a 21 de janeiro de 1957, a saber :

- I — Cursos de Administração Municipal (CD./1);
- II — Manual dos Prefeitos e Vereadores (CD.5/2); e
- III — Concurso Teixeira de Freitas (CD.5/3).

Art. 21. Embora instituídos em caráter experimental os referidos Serviços representam, isoladamente ou no conjunto, uma arca peculiar na estrutura do Conselho Diretor, predestinada a uma radical ampliação, aperfeiçoamento potencial e fortalecimento da Entidade.

§ 1º A utilidade e o significado técnico-cultural de cada um dos mencionados Serviços Especiais adquirem maior relevo porque eles constituem a primeira iniciativa concreta da A.B.M. no campo das realizações de vulto.

§ 2º A natureza, as características e as finalidades dos três empreendimentos garantem a sua plena exequibilidade técnica, financeira e administrativa no conjunto dos Acórdos e Convênios previstos pelos art. 7º e 8º da presente Resolução.

§ 3º A breve realização dos três primeiros Convênios da A.B.M. marca o início de novo ciclo na evolução do Movimento Municipalista e representa, na verdade, o prelúdio dos arrojados empreendimentos e variadas iniciativas que as Prefeituras e Câmaras Municipais de todo o País aguardam com justificada expectativa.

Art. 22. A estrutura geral e o programa dos Cursos de Administração Municipal (CD.5/1) abrangem, em resumo, quatro grupos principais de problemas:

Iº Parte — Problemas de Organização e Administração do Município Moderno; II Parte — Planejamento. Tributação. Orçamento. Contabilidade; III Parte — Planejamento. Urbanismo. Obras, Empreendimentos e Serviços. Investimentos. A Operação Município, IV Parte — Formação e Treinamento de Servidores Municipais.

Parágrafo único. A cada uma dessas partes deverão corresponder no mínimo 15 aulas sobre os problemas mais urgentes e importantes de Governo e Administração Municipal.

Art. 23. O Manual dos Prefeitos e Vereadores (CD. 5/2) é uma contribuição técnica destinada a proporcionar aos Prefeitos, Vereadores e estudiosos de Governo e Administração Municipal um serviço especial da máxima utilidade prática, fornecendo-lhes um roteiro objetivo para o estudo dos referidos problemas. Trata-se da organização em bases científicas e rigorosamente técnicas dos elementos de pesquisas, fontes de informações especializadas e da legislação básica que os administradores das nossas Comunas, na qualidade de Prefeitos e Vereadores, consideram indispensáveis ao exercício cotidiano de suas funções executivas ou legislativas.

Art. 24. O Concurso Teixeira de Freitas (CD. 5/3) empreende, entre outras providências de ampla repercussão educacional, a criação de três prêmios respectivamente denominados Calógeras, Mauá e Euclides da Cunha, no valor de Cr\$ 250.000,00 cada prêmio.

§ 1º O Concurso Teixeira de Freitas é de âmbito nacional, correspondendo a cada um dos três prêmios que o integram um determinado problema de grande importância para os Municípios brasileiros.

§ 2º O objetivo básico do Concurso Teixeira de Freitas é promover a modernização das técnicas de Governo e Administração Municipal, contribuindo, além disso, subsidiariamente, para estimular o desenvolvimento científico e o aperfeiçoamento técnico do País.

§ 3º O Concurso Teixeira de Freitas determinará em pouco tempo um sério movimento de sentido universitário, principalmente nas escolas superiores de engenharia, agronomia, administração, economia e finanças, destinado a estimular as vocações universitárias para a investigação científica das soluções técnicas que os problemas fundamentais de quase 2.500 Comunas estão exigindo, soluções de envergadura, objetivas e rápidas.

§ 4º O estabelecimento de um Concurso desta ordem fará convergir para o Movimento Municipalista as atenções, a simpatia e o respeito das classes universitárias — mestres e estudantes das nossas escolas superiores; reunirá técnicos e administradores em torno dos "Problemas de Base" do Brasil aos quais Teixeira de Freitas dedicou toda sua existência.

§ 5º Efetivamente, se o Municipalismo deve sobreviver e ser transformado em um poderoso instrumento a serviço da técnica e da

cultura, urge reunir em tórno dêsse sadio movimento os nossos melhores engenheiros, urbanistas, técnicos de administração, agrônomos, estatísticos e profissionais de nível superior cujos conhecimentos e experiência profissional possam contribuir para acelerar o ritmo de desenvolvimento geral dos Municípios. Com a realização do Concurso Teixeira de Freitas a A.B.M. conseguirá equacionar com exatidão entre outros os problemas vinculados ao subdesenvolvimento do Interior e o lamentável pauperismo das massas rurais.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. A fim de assegurar à Associação Brasileira de Municípios, com a reestruturação geral ora iniciada as indispensáveis condições de êxito, eficiência e regularidade de funcionamento, o Presidente do Conselho Diretor expedirá as Resoluções, Ordens de Serviço e demais Atos complementares necessários à perfeita execução das providências consubstanciadas na presente Resolução.

Parágrafo único. Fica, dest'arte, automaticamente iniciada a execução das atividades, empreendimentos, projetos especiais e iniciativas diversas dos Órgãos, Setores, Projetos e Serviços integrados ou coordenados nos Planos e Programas básicos do Conselho Diretor.

Rio de Janeiro, em 27 de maio de 1957.

Na Assembléia Legislativa de Pernambuco

COINCIDEM DIRETRIZES DA OPERAÇÃO NORDESTE E AS DO ENCONTRO DO SALGUEIRO

É o que declara o Deputado Barreto Guimarães, em discurso ontem proferido.

O deputado Barreto Guimarães, ocupando a tribuna, na sessão de ontem, falou sobre a sua participação na reunião dos governadores, quando foi feito o lançamento da chamada Operação Nordeste.

Declarou que se sentia realizado quando, nos últimos dias do exercício do seu mandato, tivera a oportunidade de tomar parte num movimento pela recuperação do Nordeste. E maior o seu entusiasmo quando verificou a coincidência entre as diretrizes estabelecidas pela SUDENO e as recomendações do Encontro do Salgueiro. Era fundamental a reforma agrária, disse o Senhor Barreto Guimarães. Também considera imprescindível a colaboração dos técnicos da região com os estudos que já fizeram sobre os problemas básicos do Nordeste. Citou o Canal Sobradinho-Moxotó, a perenização dos rios sertanejos Pajeú,

Brígida e Moxotó, os sistemas ferroviários e rodoviários de interesse econômico e social para a região.

Disse ainda o deputado pessedista: «O presidente Juscelino Kubitschek seria um desvairado, um louco, se desvirtuasse o sentido da Operação Nordeste ou negasse recursos financeiros para a execução dos seus planos. O Governo está diante de um dilema muito sério: a salvação nacional pelo fortalecimento do Nordeste ou a subversão e o caos pelo desespêro do povo nordestino».

Em seguida, enviou à Mesa o seguinte requerimento:

«Considerando que seria uma incoerência do Governo Central, lançar a chamada Operação Nordeste e fazer incluir, ao mesmo tempo, no Plano de Economia, as verbas destinadas à realização de obras fundamentais para o desenvolvimento desta região;

Considerando que a conclusão das obras da Estrada de Ferro Central de Pernambuco interessa não somente ao desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, como de grande parte do Nordeste, uma vez que, atingindo a cidade de Petrolina, dará lugar à formação de um grande centro ferroviário, interligando os sistemas da Rêde Viação Cearense, Rêde Ferroviária do Nordeste e Viação Férrea Leste Brasileiro, além de estabelecer ligação com o sistema fluvial do Alto São Francisco;

Considerando que os Ministros da Viação e da Fazenda e o Dr. Celso Furtado, Presidente da SUDENO, já se manifestaram favoravelmente à conclusão dessa obra ferroviária;

Requeiro à Mesa, nos termos do Regimento, que se dirija ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicitando que seja mantida a dotação orçamentária destinada ao prosseguimento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco até Salgueiro, a fim de evitar, inclusive, que milhares de sertanejos sejam dispensados dessa frente de trabalho, agravando, assim, o problema social que define e caracteriza esta região subdesenvolvida do país”.

Jornal do Comércio. Recife, 8 de fevereiro de 1959.

SUMÁRIO

| | PÁGS. |
|---|-------|
| APRESENTAÇÃO | 3 |
| O SENTIDO NACIONAL DOS PROBLEMAS DO NOR- DESTE BRASILEIRO | 7 |
| O ENCONTRO DO SALGUEIRO — Mensagem de Fé e Con- fiança no Futuro do Nordeste | 35 |
| AS RECOMENDAÇÕES DO ENCONTRO DO SALGUEIRO | 43 |
| A «CARTA-ACÓRDO» DO NORDESTE: — UM DOCUMEN- TO HISTÓRICO | 51 |

DOCUMENTAÇÃO ANEXA

| | |
|--|-----|
| 1. A Mensagem de Salgueiro — Editorial | 63 |
| 2. A Repercussão do "Encontro do Salgueiro" na Imprensa Nordestina | 67 |
| 3. Criação do Ministério do Desenvolvimento Regional | 119 |
| 4. Convênio de Assistência Técnica e Colaboração entre Podêres Federais e a A. M. P. | 125 |
| 5. Projeto de Lei n.º 3.508-57 | 129 |
| 6. Na Assembléia Legislativa de Pernambuco | 153 |